

# RELATÓRIO DE EXECUÇÃO 2010

VOLUME I I

**INCENTIVOS ÀS EMPRESAS QREN E COMPETE**

## **FICHA TÉCNICA**

**Relatório de Execução 2010 do COMPETE**

**VOLUME II – INCENTIVOS ÀS EMPRESAS DOS SI QREN E COMPETE**

## ÍNDICE GERAL

	Página
ÍNDICE GERAL .....	i
ÍNDICE DE TABELAS: .....	iii
ÍNDICE DE FIGURAS .....	iv
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	v
INTRODUÇÃO .....	vii
<b>1. COMPETE e Sistemas de Incentivos.....</b>	<b>9</b>
<b>2. Análise Global dos Apoios dos Sistemas de Incentivos.....</b>	<b>15</b>
<b>3. Caracterização das Empresas Beneficiárias .....</b>	<b>31</b>
<b>4. I&amp;D e Inovação.....</b>	<b>47</b>
4.1 TIPOLOGIAS DE APOIO PREVISTAS .....	55
4.2 APOIOS CONCEDIDOS ATÉ FINAL DE 2010.....	56
<b>5. Tecnologias de Informação e Comunicação .....</b>	<b>61</b>
5.1 TIPOLOGIAS DE APOIO PREVISTAS .....	68
5.2 APOIOS CONCEDIDOS ATÉ FINAL DE 2010.....	69
<b>6. Diversificação e Eficiência Energética.....</b>	<b>73</b>
6.1 TIPOLOGIAS DE APOIO PREVISTAS .....	79
6.2 APOIOS CONCEDIDOS ATÉ FINAL DE 2010.....	80
<b>7. Empreendedorismo Qualificado e Apoio às PME .....</b>	<b>85</b>
7.1 TIPOLOGIAS DE APOIO PREVISTAS .....	93
7.2 APOIOS CONCEDIDOS ATÉ FINAL DE 2010.....	94
7.2.1 Apoios ao Empreendedorismo Qualificado (SI Inovação).....	94
7.2.2 Apoios a empresas novas e nascentes.....	95
7.2.3 Apoios a PME.....	98
<b>8. Internacionalização .....</b>	<b>101</b>
8.1 TIPOLOGIAS DE APOIO PREVISTAS .....	107
8.2 APOIOS CONCEDIDOS ATÉ FINAL DE 2010.....	108
8.2.1 Apoios a Empresas Exportadoras .....	108
8.2.2 Apoios Directos à Internacionalização.....	113
<b>9. Estratégias de Eficiência Colectiva .....</b>	<b>119</b>
9.1 DINAMIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS EEC .....	122
9.2 IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA E PROGRAMA DE ACÇÃO .....	125
9.2.1 Equipa Técnica e Órgãos Sociais.....	125
9.2.2 Projectos Âncora e Complementares.....	129

9.2.3. <i>Actividades de promoção e Networking</i> .....	137
9.2.4. <i>Actividades de Disseminação de Conhecimento e de Transferência de Tecnologia</i> .....	141
9.3 BALANÇO DO ANO DE 2010 (AUTOAVALIAÇÃO) .....	145
9.4 CONCLUSÕES .....	148
<b>Quadros-Síntese</b> .....	<b>151</b>
<b>Glossário de siglas</b> .....	<b>155</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>157</b>

## ÍNDICE DE TABELAS:

	PÁGINA
Tabela 1.1: Determinação da Autoridade de Gestão Competente .....	12
Tabela 2.1: Candidaturas e Aprovações por Sistema de Incentivo, por Autoridade de Gestão, 2007-2010.....	20
Tabela 2.2: Candidaturas e Aprovações por Sistema de Incentivo, por Sistema de Incentivos, 2007-2010.....	20
Tabela 2.3: Apoios dos Sistemas de Incentivos, por Agrupamento Sectorial, 2007-2010 .....	23
Tabela 2.4: Apoios dos Sistemas de Incentivos –Divisões da CAE com Mais Projectos, 2007-2010.....	24
Tabela 2.5: Evolução do Emprego nas Empresas Promotoras Apoiadas entre o Pré e o Pós-Projecto, 2007-2010.....	28
Tabela 2.5: Apoios dos Sistemas de Incentivos ao Empreendedorismo Feminino, por Autoridade de Gestão, 2007-2010 .....	29
Tabela 3.1: Delimitação do “Contexto SI” de cada PO ou Região .....	34
Tabela 3.2: CAE Enquadráveis nos Sistemas de Incentivos do QREN (DL n.º 65/2009, de 20 de Março) .....	34
Tabela 4.1: Apoios à I&DT e à Inovação, nos SI, por Autoridade de Gestão, 2007-2010.....	56
Tabela 4.2: Apoios à I&DT e à Inovação, nos SI, por Medida, 2007-2010 .....	57
Tabela 4.3: Apoios à I&DT e à Inovação, nos SI, por Medida, 2007-2010 .....	58
Tabela 5.1: Apoios a Actividades no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação, 2007-2010.....	69
Tabela 5.2: Apoios a Redes de Nova Geração, 2007-2010.....	71
Tabela 6.1: Candidaturas e Aprovações nos AAC n.º 17/2009 e n.º 18/2009, dos SI, 2007-2010.....	81
Tabela 6.2: Projectos e Investimento Elegível Aprovados nos SI, no domínio da “Diversificação e Eficiência Energética”, por Medida, 2007-2010.....	82
Tabela 8.1: Principais Bens e Serviços Exportados, 2010.....	102
Tabela 8.2: Apoios a Empresas Exportadoras nos SI, 2007-2010 .....	109
Tabela 8.3: Apoios a Empresas Exportadoras nos SI, por AG e Agrupamento Sectorial, 2007-2010 .....	110
Tabela 8.4: Apoios Directos à Internacionalização, 2007-2010.....	113
Tabela 8.5: Sector de Actividade dos Projectos SIAC Internacionalização, 2007-2010.....	117
Tabela 8.6: Principais Outputs dos Projectos SIAC Internacionalização, 2007-2010.....	118
Tabela 9.1: Lista de Pólos de Competitividade e Tecnologia reconhecidos.....	120
Tabela 9.2: Lista de “Outros Clusters” reconhecidos.....	121
Tabela 9.3: Caracterização da Actividade das Empresas Associadas dos PCT/OC.....	128



## ÍNDICE DE FIGURAS

| iv

	PÁGINA
Figura 2.1 : Investimento Elegível Aprovado nos SI QREN, 2007-2010.....	18
Figura 2.2 : Investimento Elegível Aprovado nos SI QREN, por Sistema de Incentivos, 2007-2010 .....	19
Figura 3.1 : Contributo das NUTS II para o VABpm de cada CAE - “Contexto SI”, 2008.....	38
Figura 7.1: Fundos de Capital de Risco no Ciclo de Vida da Empresa .....	97

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1: Candidaturas aos Sistemas de Incentivos por Fase, 2007-2010 .....	17
Gráfico 2.2: Projectos Aprovados nos Sistemas de Incentivo, por Fase de Candidatura, 2007-2010 .....	21
Gráfico 2.3: Apoios dos Sistemas de Incentivo, por Região, 2007-2010 .....	21
Gráfico 2.4: Apoios dos Sistemas de Incentivo, por Dimensão da Empresa, 2007-2010 .....	22
Gráfico 2.5: Apoios dos Sistemas de Incentivo, por Sector de Actividade, 2007-2010 .....	22
Gráfico 2.6: Apoios dos Sistemas de Incentivo, por Medida e Sector de Actividade, 2007-2010 .....	23
Gráfico 2.7: Apoios dos Sistemas de Incentivos, por Região, no Aviso 19/2009 – MERCA, 2007-2010 .....	26
Gráfico 2.8: Peso das Empresas de Capital Estrangeiro nos Sistemas de Incentivo, 2007-2010 .....	26
Gráfico 2.9: Investimento Elegível de Projectos de Empresas detidas em 10% ou mais por Capital Estrangeiro, por Dimensão de Empresa, 2007-2010 .....	27
Gráfico 2.10: Investimento Elegível de Projectos de Empresas detidas em 10% ou mais por Capital Estrangeiro, por Sector de Actividade, 2007-2010 .....	27
Gráfico 2.8: Taxa de Enquadramento Média (PT Qualificados/PT Totais) das Empresas Promotoras Apoiadas no Pré e no Pós-Projecto, 2007-2010 .....	29
Gráfico 3.1: “Empresas SI” por ano pré-projecto .....	33
Gráfico 3.2: “Contexto SI” no total das Empresas Nacionais, 2008 .....	35
Gráfico 3.3: Grau de Cobertura das “Empresas SI” face ao “Contexto SI” .....	36
Gráfico 3.4: Estrutura do VABpm por Programa - “Empresas SI” e “Contexto SI” .....	36
Gráfico 3.5: Estrutura do VABpm por Região - “Empresas SI” e “Contexto SI” .....	36
Gráfico 3.6: Estrutura do VABpm por Sector - “Empresas SI” e “Contexto SI”, 2008 .....	37
Gráfico 3.7: Estrutura do VABpm por CAE – Maiores diferenças entre “Empresas SI” e “Contexto SI” .....	39
Gráfico 3.8: Estrutura do VABpm por Dimensão .....	40
Gráfico 3.9: Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis .....	40
Gráfico 3.10: Empresas de CAE de Sectores TIC .....	41
Gráfico 3.11: Intensidade Tecnológica (Indústria Transformadora) .....	41
Gráfico 3.12: Intensidade de Conhecimento (Serviços) .....	42
Gráfico 3.13: Grau de Autonomia Financeira .....	43
Gráfico 3.14: Intensidade Exportadora .....	43
Gráfico 3.15: Produtividade Aparente do Capital .....	44
Gráfico 3.16: Produtividade Aparente do Trabalho .....	44
Gráfico 3.17: VAB/Volume de Negócios .....	45
Gráfico 4.1: Indicadores do Índice Europeu de Inovação 2010: Posicionamento e Evolução face à Média Europeia .....	50
Gráfico 4.2: Despesa em I&D em percentagem do PIB, 1995-2008 .....	51
Gráfico 4.3: Composição da Despesa em I&D, 1995-2007 .....	52
Gráfico 4.4: Repartição da Despesa do Estado em I&D por Objectivos Socioeconómicos, 2008 .....	52
Gráfico 4.5: Diplomados com Ensino Superior em Áreas Científicas e Tecnológicas, 2008 .....	53
Gráfico 4.6: Intensidade de I&D por Região, 2007 .....	53
Gráfico 4.7: Despesa em I&D por Região, 1995 e 2007 .....	54
Gráfico 4.8: Recursos Humanos em I&D (ETI) na População Activa, por Região, 1999 e 2008 .....	54
Gráfico 4.9: Despesa em I&D das Empresas por Região, 1995 e 2007 .....	54
Gráfico 4.10: Recursos Humanos em I&D (ETI) nas Empresas, por Região, 1995 e 2008 .....	54
Gráfico 4.11: Despesa em I&D por Região e Sector Executante (Despesa de I&D total Nacional), 2007 .....	54
Gráfico 4.12: Apoios à I&DT e à Inovação, por Tipo, 2007-2010 .....	56
Gráfico 4.13: Apoios à I&DT e à Inovação, nos SI, por Sector de Actividade, 2007-2010 .....	57
Gráfico 4.14: Apoios à I&DT e à Inovação, nos SI, por Agrupamento, 2007-2010 .....	58
Gráfico 4.15: Apoios à I&DT e à Inovação, nos SI, por Dimensão da Empresa, 2007-2010 .....	59
Gráfico 4.16: Apoios do SI Inovação, por Tipo de Inovação, 2007-2010 .....	59
Gráfico 4.17: Projectos Aprovados e Investimento Elegível no domínio da Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia, 2007-2010 .....	60
Gráfico 5.1: Empresas (10 ou mais trabalhadores) com Encomendas On-line (+1% do total), 2009 .....	65
Gráfico 5.2: Despesas Totais em Tecnologias de Informação e de Comunicação .....	66
Gráfico 5.3: Lares com acesso à Internet de banda larga por NUTS II, 2010 .....	67
Gráfico 5.4: Empresas que utilizam a Internet na Interacção com o Estado, 2004-2009 .....	67
Gráfico 5.5: Projectos Aprovados nos SI em Sectores TIC, por Autoridade de Gestão, 2007-2010 .....	69
Gráfico 5.6: Projectos Aprovados em Sectores TIC, por Sistema de Incentivos, 2007-2010 .....	70
Gráfico 5.7: Projectos Aprovados com Investimento em TIC, por Sistema de Incentivos, 2007-2010 .....	70
Gráfico 5.8: Projectos aprovados com investimentos em Economia Digital, nos SI, por Sector de Actividade, 2007-2010 .....	71
Gráfico 6.1: Produção de Energia Primária (1.000 tep) – Energia Eólica, 2008 .....	78
Gráfico 6.2: Produção de Energia Primária (1.000 tep) – Energia Hidrica, 2008 .....	78
Gráfico 6.3: Produção de Energia Primária (1.000 tep) – Energia Solar, 2008 .....	78
Gráfico 6.4: Electricidade Gerada a partir de Fontes Renováveis, 2008 .....	78
Gráfico 6.5: Candidaturas ao Aviso 03/2010 – Solar Térmico, por NUTS II, 2010 .....	81

Gráfico 6.6: Investimento Elegível no domínio da Energia e Eficiência Energética, por Tipologia de Intervenção, 2007-2010 .....	83
Gráfico 6.7: Investimento Elegível Apoiado nos SI, no domínio da Diversificação e Eficiência Energética, por Sector de Actividade, 2007-2010.....	83
Gráfico 6.8: Investimento Elegível Apoiado nos SI, no domínio da Diversificação e Eficiência Energética, por Autoridade de Gestão, 2007-2010 .....	83
Gráfico 7.1: Taxas de Natalidade, de Mortalidade e de Sobrevivência de Empresas, por Sector de Actividade, 2007 .....	88
Gráfico 7.2: Taxas de Natalidade, de Mortalidade e de Sobrevivência de Empresas, 2006 .....	89
Gráfico 7.3: Taxas de Natalidade, Mortalidade e Sobrevivência de Empresas por NUTS II, 2007 .....	89
Gráfico 7.4: Nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia, 2004-2007 .....	90
Gráfico 7.5: Estrutura Empresarial por Dimensão da Empresa, Portugal e UE-27, 2006 .....	90
Gráfico 7.6: Investimento em Capital de Risco, 2000-2008 .....	92
Gráfico 7.7: Apoios ao Empreendedorismo Qualificado, por Ano de Concurso, 2007-2010 .....	94
Gráfico 7.8: Apoios ao Empreendedorismo Qualificado, por tipologia, 2007-2010.....	94
Gráfico 7.9: Apoios ao Empreendedorismo Qualificado, por AG, 2007-2010.....	95
Gráfico 7.10: Apoios ao Empreendedorismo Qualificado, por Sector, 2007-2010 .....	95
Gráfico 7.11: Apoios a Empresas Novas e Nascentes, por Região, 2007-2010.....	95
Gráfico 7.12: Apoios a empresas novas e nascentes, por dimensão, 2007-2010.....	96
Gráfico 7.13: Apoios a PME, por Sector de Actividade, 2007-2010.....	96
Gráfico 7.14: Apoios a Empresas Novas e Nascentes da Indústria Transformadora, por Intensidade tecnológica, 2007-2010 .....	96
Gráfico 7.15: Apoios a Empresas Novas e Nascentes dos Serviços, por Intensidade de Conhecimento, 2007-2010 .....	96
Gráfico 7.16: Apoios a PME, por Sistema de Incentivos, 2007-2010 .....	98
Gráfico 7.17: Apoios a PME, dos SI, por Autoridade de Gestão, 2007-2010 .....	99
Gráfico 7.18: Apoios a PME, dos SI, por Dimensão de Empresa, 2007-2010.....	99
Gráfico 7.19: Apoios a PME, dos SI, por Região, 2007-2010 .....	99
Gráfico 7.20: Apoios a PME, dos SI, por Sector de Actividade, 2007-2010 .....	99
Gráfico 7.21: Apoios a PME, dos SI, por Agrupamento Sectorial, 2007-2010.....	100
Gráfico 7.22: Apoios a PME, por Intensidade tecnológica na Ind. Transformadora, 2007-2010 .....	100
Gráfico 7.23: Apoios a PME, por Intensidade de Conhecimento nos Serviços, 2007-2010 .....	100
Gráfico 8.1: Destino das Exportações de Bens e Serviços, 2010.....	103
Gráfico 8.2: Origem das Exportações de Bens, 2010 .....	103
Gráfico 8.3: Origem e Destino das Exportações de Bens, 2010.....	104
Gráfico 8.4: Exportações de Bens por Agrupamento Sectorial, 2010.....	105
Gráfico 8.5: Exportações de Bens por Dimensão das Empresas e por Região, 2010 .....	105
Gráfico 8.6: Exportações de Serviços, por Tipologia, 2010 .....	106
Gráfico 8.7: N.º de Empresas com Actividade Internacional, 2006-2009 .....	106
Gráfico 8.8: Evolução do Rácio Exportações/PIB, 1995-2010.....	106
Gráfico 8.9: Apoios a Actividades de Produção de Bens Transaccionáveis ou Serviços Internacionalizáveis nos Sistemas de Incentivos, 2007-2010 .....	108
Gráfico 8.10: Apoios a Empresas Exportadoras, por Sistema de Incentivos, 2007-2010.....	109
Gráfico 8.11: Empresas Exportadoras nos SI, por AG e Sector de Actividade, 2007-2010 .....	110
Gráfico 8.12: Apoios a Empresas Exportadoras, por Região e Dimensão de Empresa, 2007-2010.....	111
Gráfico 8.13: Apoios a Empresas Exportadoras, por Região, 2007-2010 .....	112
Gráfico 8.14: Evolução da Intensidade Exportadora das Empresas Beneficiárias, por Tipologia de Intervenção, 2007-2010 .....	112
Gráfico 8.15: Apoios do SI PME, por Tipologia de Intervenção, 2007-2010.....	113
Gráfico 8.16: Apoios a Projectos de Internacionalização no SI PME, por Agrupamento Sectorial, 2007-2010 .....	114
Gráfico 8.17: Vendas para os Mercados Externos das Empresas Apoiadas nos Projectos de Internacionalização do SI PME (P. Individuais e em Cooperação), por Mercado-Alvo, 2007-2010 .....	115
Gráfico 8.18: Presenças em Mercados Externos de Empresas Apoiadas nos Projectos Conjuntos Internacionalização do SI PME, por Mercado-Alvo, 2007-2010 .....	115
Gráfico 8.19: Apoios à Internacionalização por Tipologia de Despesas, 2007-2010.....	116
Gráfico 8.20: Investimento Elegível Apoiado a Projectos SIAC, por Mercado Alvo, 2007-2009 .....	117
Gráfico 9.1: Dinâmica na Rede de Associados dos PCT.....	128
Gráfico 9.2: Dinâmica na Rede de Associados dos OC.....	129
Gráfico 9.3: Projectos Âncora Previstos e Aprovados, por PCT.....	131
Gráfico 9.4: Incentivo e Número de Projectos Aprovados, por PCT .....	131
Gráfico 9.5: Projectos Âncora Previstos e Aprovados, por OC.....	132
Gráfico 9.6: Incentivo e Número de Projectos Aprovados, por OC.....	132
Gráfico 9.7: Candidaturas ao Orçamento Específico nos AAC dos Sistemas de Incentivos.....	134
Gráfico 9.8: Número e Incentivo dos Projectos Complementares Aprovados .....	135
Gráfico 9.9: Peso Relativo do Apoio a Projectos Complementares, por Autoridade de Gestão do QREN (incentivo).....	135
Gráfico 9.10: Incentivo e Número de Projectos Complementares Aprovados, por PCT .....	135
Gráfico 9.11: Incentivo e Número de Projectos Complementares Aprovados, por OC .....	136
Gráfico 9.12: Incentivo Contratado e Taxa de Pagamento dos Projectos SIAC-dinamização, PCT .....	136
Gráfico 9.13: Incentivo Contratado e Taxa de Pagamento dos Projectos SIAC-dinamização, OC .....	137

## INTRODUÇÃO

Com um período de vigência de 2007 a 2013, a Agenda da Competitividade do QREN assume como principal objectivo a contribuição para a promoção de níveis de crescimento económico que assegurem a retoma sustentada da trajectória de convergência real da economia portuguesa com a União Europeia, baseada na competitividade do país e das suas regiões, das empresas e dos territórios.

Os últimos dois anos, caracterizados por um contexto socioeconómico (nacional e internacional) pouco favorável ao desenvolvimento do país, vieram agravar e colocar novos entraves a este processo de convergência, constituindo novos desafios para os Programas Operacionais. Mais que nunca, é importante apostar nas empresas, em especial naquelas com maior vocação internacional e criadoras de maior valor acrescentado, aumentando as exportações portuguesas e assim, contribuindo para minimizar os desequilíbrios externos, aumentando o bem-estar e a riqueza nacionais.

Parte integrante do Relatório de Execução do COMPETE, o presente documento aborda algumas das áreas-chave no quadro dos objectivos específicos da Agenda da Competitividade, como sejam, a orientação para os mercados internacionais, a aposta na I&D e na Inovação ou o empreendedorismo, complementando a análise por Eixo Prioritário efectuada no Volume anterior.

Para cada uma das áreas, apresentam-se dados sobre o contexto nacional e regional, bem como as principais medidas de política económica implementadas em 2010. Segue-se uma apresentação dos diferentes instrumentos de apoio e dos respectivos resultados obtidos até ao final do ano.

Para além da análise temática, inclui-se ainda uma caracterização das empresas beneficiárias dos Sistemas de Incentivos, que contribui para uma melhor percepção do grau de penetração dos apoios sobre o tecido empresarial.

Dada a lógica de complementaridade entre os diferentes Programas da Agenda da Competitividade e também, no âmbito do papel de coordenação da rede “Sistemas de Incentivos” assumido pela Autoridade de Gestão do COMPETE, optou-se por incluir, neste Relatório, para além dos dados relativos ao COMPETE, também os apoios concedidos nos Sistemas de Incentivos dos cinco Programas Regionais do Continente – PO Norte, PO Centro, PO Lisboa, PO Alentejo e PO Algarve.

Assim sendo, este documento pode constituir uma referência para todos os que queiram medir os contributos dos Sistemas de Incentivos e do COMPETE, até ao final de 2010, para áreas determinantes para o crescimento e aumento da competitividade nacional, bem como para compreender o grau de resposta dos agentes económicos, em particular das empresas, a este tipo de instrumentos de política económica.



---

# 1. COMPETE E SISTEMAS DE INCENTIVOS



## 1. COMPETE E SISTEMAS DE INCENTIVOS

Visando a promoção do crescimento económico, da competitividade do país e da coesão entre as suas regiões, a Agenda da Competitividade, uma das três Agendas temáticas do QREN, encerra um conjunto de objectivos específicos, consubstanciados através de seis Programas Operacionais (um programa temático e cinco regionais):

- Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC - COMPETE)
- Programa Operacional Regional do Norte (PO Norte)
- Programa Operacional Regional do Centro (PO Centro)
- Programa Operacional Regional do Alentejo (PO Alentejo)
- Programa Operacional Regional do Algarve (PO Algarve)
- Programa Operacional Regional de Lisboa (PO Lisboa)

As dotações e a forma de actuação dos Programas Operacionais diferem consoante as regiões a que se destinam. Os regulamentos comunitários definem como regiões de convergência, aquelas cujo PIB *per capita*, em paridade de poder de compra, para o período 2000-2002 é inferior a 75% da média da UE-25. No Continente, as regiões de convergência são o Norte, o Centro e o Alentejo, sendo que é para estas que se dirige a maior fatia dos fundos estruturais.

É neste sentido que o COMPETE se dirige apenas para as regiões de convergência acima referidas, a par com os PO Norte, PO Centro e PO Alentejo, ficando o PO Lisboa e o PO Algarve com a generalidade dos apoios às respectivas regiões.

Os princípios orientadores do QREN, nomeadamente em termos de simplificação, exigiram uma articulação entre as Autoridades de Gestão destes Programas, da qual resultou a definição de instrumentos comuns, entre os quais se destacam, pela sua importância ao nível da competitividade do tecido empresarial, os Sistemas de Incentivos.

Existem, no âmbito da Agenda da Competitividade, três Sistemas de Incentivos:

- **SI I&DT** – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas: visa intensificar o esforço nacional de I&DT e criar novos conhecimentos que contribuam para o aumento da competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT);

- **SI Inovação** – Sistema de Incentivos à Inovação: visa a inovação no tecido empresarial, pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a progressão das empresas na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como do estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial crescimento;
- **SI Qualificação PME** – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME: visa a promoção da competitividade das PME, através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença activa no mercado global.

| 12

A articulação, ao nível dos Sistemas de Incentivos às empresas, nos vários PO, é assegurada pela Rede de Sistemas de Incentivos QREN, constituída pelas Autoridades de Gestão e pelos Organismos Intermédios e cuja coordenação está a cargo da Autoridade de Gestão do COMPETE, tal como estabelecido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007, de 12 de Outubro.

Considerando que o COMPETE e os PO Regionais das regiões de convergência Norte, Centro e Alentejo partilham o âmbito territorial e, de acordo com o modelo de gestão estabelecido no Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de Agosto, definiu-se que, de uma forma geral, os projectos se enquadram no COMPETE ou nos PO Regionais, consoante a dimensão da empresa promotora, sendo que ficam a cargo da gestão nacional os projectos das empresas de maior dimensão. Inserem-se, igualmente, no COMPETE, os projectos com investimentos em mais do que uma região de convergência. Assim, de uma forma mais específica, para os vários instrumentos dentro de cada Sistema de Incentivos, a delimitação entre estes Programas faz-se conforme apresentado na tabela 1.1:

Tabela 1.1: Determinação da Autoridade de Gestão Competente		
Tipologia de Projecto	COMPETE	PO Regional
SI I&DT – Proj. de I&DT em Co-Promoção	Liderados por Médias empresas e empresas não PME; Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência ou com instituições do sistema científico e tecnológico de Lisboa e/ou Algarve	Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência
SI I&DT – Projectos Mobilizadores	Todos os projectos	-
SI I&DT – Projectos de I&DT Individuais SI I&DT – Núcleos e Centros de I&DT SI I&DT – Projectos Demonstradores SI I&DT – Vale I&DT SI PME – Proj. Individual e em Cooperação SI PME – Vale Inovação SI Inovação - Inovação Produtiva SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado;	Promovido por Médias empresas e empresas não PME; Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência	Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência
SI I&DT – I&DT Colectiva SI PME - Projectos Conjuntos	Localizado em várias regiões de Convergência	Localizado em apenas uma região de Convergência

Note-se que, por acordo expesso entre as Autoridades de Gestão, poderão verificar-se situações de excepção ao princípio de afectação de micro e pequenas empresas situadas nas regiões de Convergência, podendo os projectos ser afectos, nas situações acordadas, ao PO Temático.

Para além dos incentivos directos às empresas, a Agenda da Competitividade compreende outros apoios à envolvente, designadamente a entidades do Sistema Científico e Tecnológico, procurando estimular as actividades de I&D e a articulação com as empresas, à Administração Pública, fomentando a sua modernização, eficiência e qualidade de serviço, ao sistema financeiro, promovendo a criação de formas inovadoras de financiamento de empresas.

No COMPETE, para além dos Sistemas de Incentivos, existem os seguintes apoios:

- **SAESCTN** – Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional: visa o crescimento e reforço do sistema científico e tecnológico nacional, tornando-o mais competitivo e agilizando a articulação entre os centros de saber e as empresas;
- **SAFPRI** - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação: visa impulsionar a disseminação de instrumentos de financiamento mais favoráveis às PME;
- **SAMA** - Sistema de Apoios à Modernização Administrativa: tem como objectivos criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas;
- **SIAC** - Sistema de Apoio a Acções Colectivas: apoia projectos públicos, privados ou público-privados e outras iniciativas de resposta a riscos e oportunidades comuns, cujos resultados se traduzam na provisão de bens públicos e na geração de externalidades positivas e sejam insusceptíveis de apropriação privada ou de conferir vantagem a uma empresa individualmente considerada ou a um grupo restrito de empresas.

A análise efectuada ao longo deste volume terá em conta a totalidade dos três Sistemas de Incentivos da Agenda da Competitividade (incluindo COMPETE e PO Regionais), sendo complementada com os apoios à envolvente inseridos no COMPETE, não obstante poderem existir as mesmas ou outras tipologias de apoio ao nível dos Programas Operacionais Regionais.



## 2. ANÁLISE GLOBAL DOS APOIOS DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS

<b>Aprovações</b>	<p>4.479 projectos aprovados</p> <p>6,6 mil milhões de euros de investimento elegível</p> <p>2,5 mil milhões de euros de Incentivo</p>
<b>Empresas</b>	3.975 empresas apoiadas directamente
<b>Criação Líquida de Postos de Trabalho</b>	<p>Prevê-se a criação líquida de mais de 32 mil postos de trabalho, dos quais 65% são qualificados</p> <p>A taxa de enquadramento das empresas deverá crescer, em média 8 p.p. entre o pré e o pós-projecto.</p>
<b>PME</b>	<p>91% dos projectos e 61% do incentivo aprovado</p> <p>1,5 mil milhões de euros de incentivo</p>
<b>Regiões de Convergência</b>	<p>92% dos projectos e 96% do incentivo aprovado</p> <p>2,4 mil milhões de euros de incentivo</p>
<b>Produção Transaccionável</b>	91% do incentivo dirige-se a actividades de produção de bens transaccionáveis ou serviços internacionalizáveis.
<b>Sectores de Actividade</b>	Indústria: 50% dos projectos e 66% do incentivo
<b>Investimento Directo Estrangeiro</b>	6,4% das empresas apoiadas inserem-se neste conceito, envolvendo 16% do incentivo aprovado
<b>Intensidade Tecnológica e de Conhecimento</b>	<p>36% das empresas apoiadas na Indústria Transformadora inserem-se em actividades intensivas em tecnologia (28% na economia nacional)</p> <p>76% das empresas apoiadas nos Serviços inserem-se em actividades intensivas em conhecimento (40% na economia nacional)</p>
<b>Igualdade de Oportunidades</b>	71 projectos aprovados, com um investimento elegível de 325 mil euros

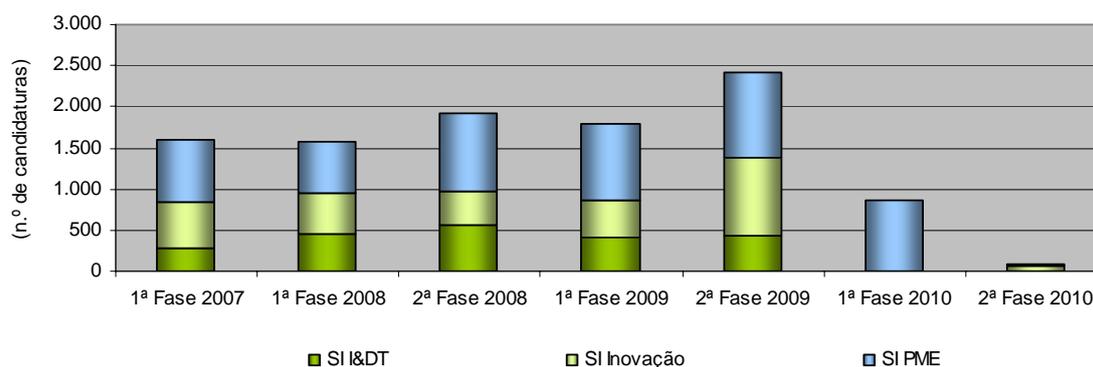


## 2. ANÁLISE GLOBAL DOS APOIOS DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS

No total, os três Sistemas de Incentivos do QREN receberam, até ao final de 2010, mais de **10.000 candidaturas**, envolvendo intenções de investimento na ordem dos 17,7 mil milhões de euros. Considerando a distribuição dos projectos a concurso em cada fase, verifica-se um afluxo considerável de projectos na última fase de 2009, em especial no SI Inovação. Não obstante encontrarem-se ainda a decorrer concursos a 31 de Dezembro, o ano de 2010 foi menos profícuo em termos de candidaturas, designadamente como consequência da redução do número de concursos abertos.

| 17

Gráfico 2.1: Candidaturas aos Sistemas de Incentivos por Fase, 2007-2010



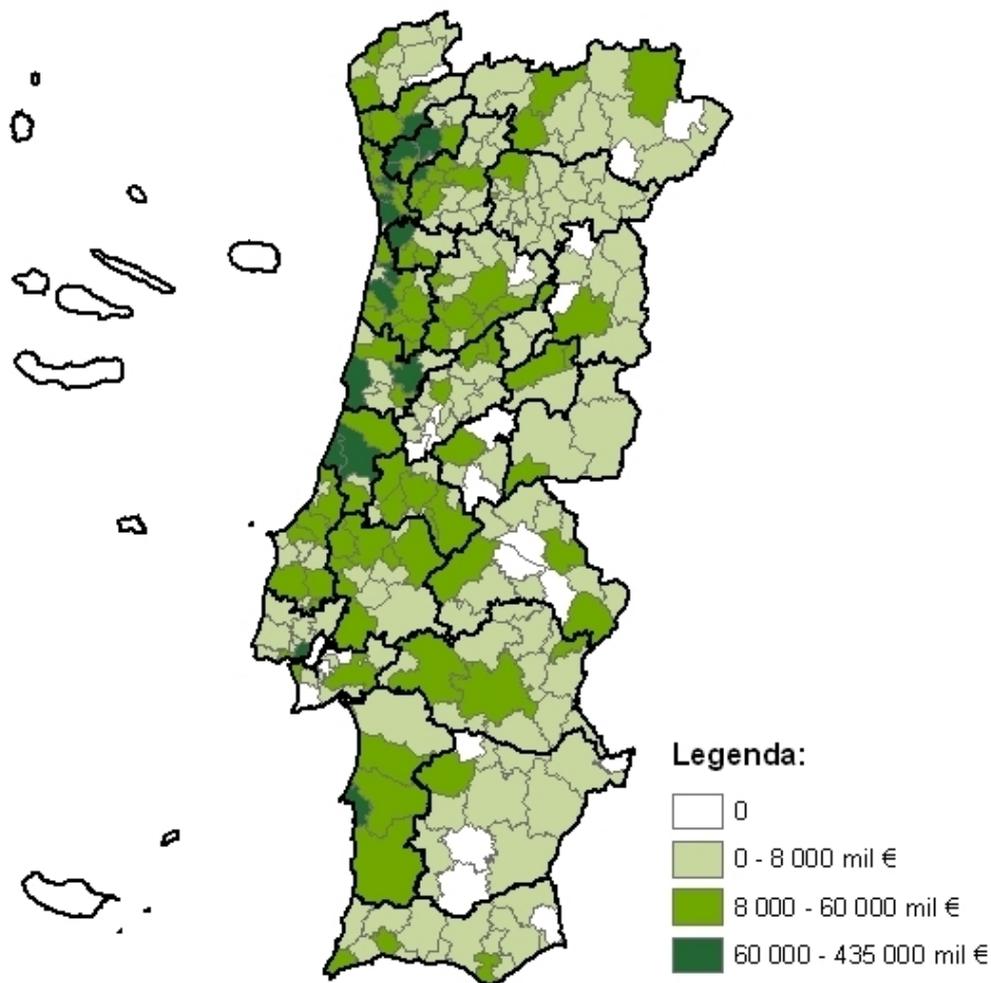
Fonte: SI QREN

No final de 2010, encontravam-se **aprovados 4.779 projectos** (46%), com um investimento elegível de 6,6 mil milhões de euros e um incentivo superior a 2,5 mil milhões de euros.

As figuras seguintes apresentam a distribuição, por concelho, do investimento elegível apoiado, quer para a totalidade dos Sistemas de Incentivos, quer para cada um deles em particular, permitindo constatar uma maior concentração dos apoios no litoral do país, principalmente a norte. Esta diferença acentua-se sobretudo no SI I&DT, onde é relativamente fácil associar os concelhos com maior investimento à presença de centros de saber (designadamente, entidades do sistema científico e tecnológico) e núcleos empresariais com maior intensidade de I&D.

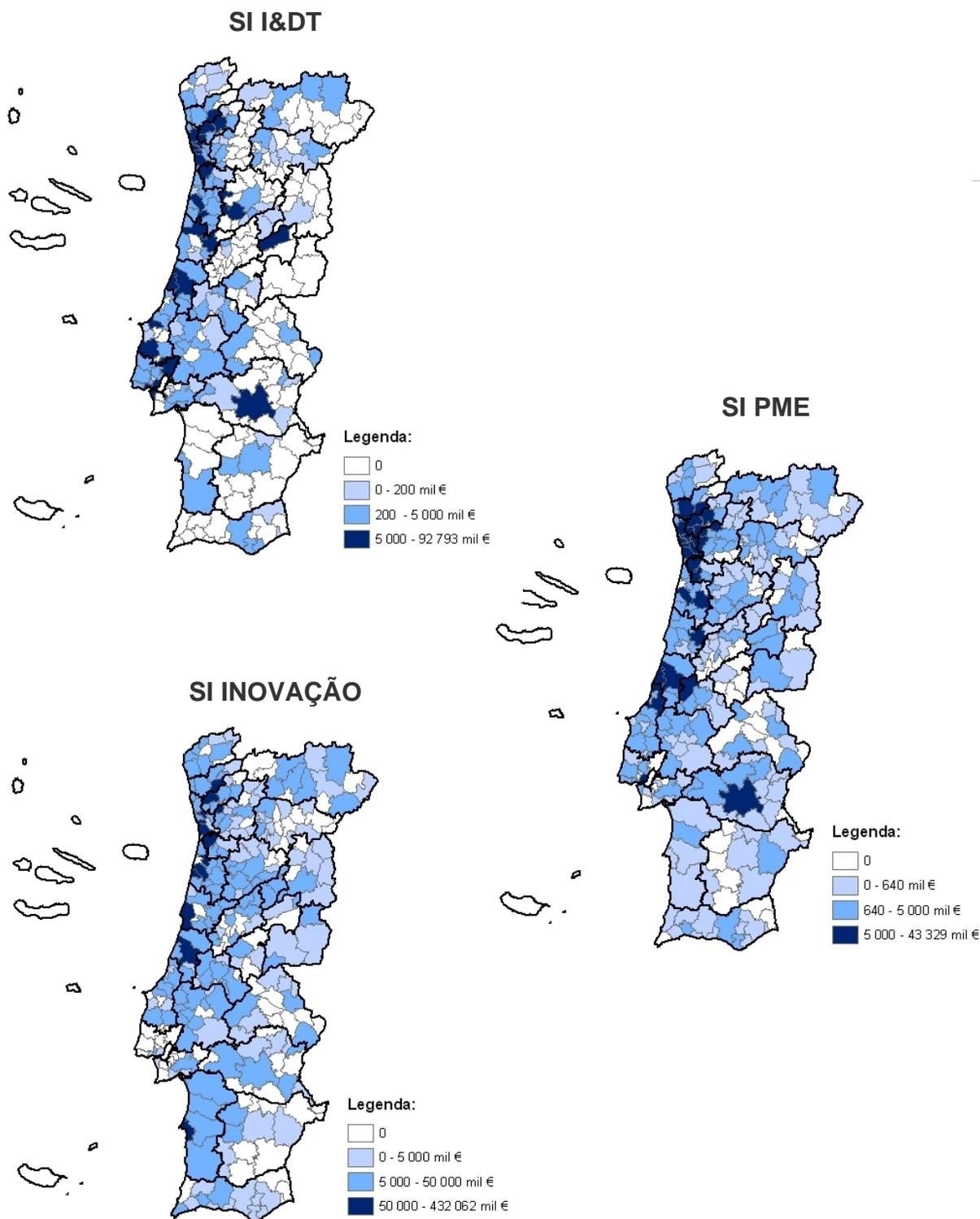
Figura 2.1 : Investimento Elegível Aprovado nos SI QREN, 2007-2010

**TOTAL**



Fonte: SI QREN

Figura 2.2 : Investimento Elegível Aprovado nos SI QREN, por Sistema de Incentivos, 2007-2010



Fonte: SI QREN

Com a aprovação dos projectos nos Sistemas de Incentivos do QREN, foram apoiadas, de forma directa, 3.642 empresas. Adicionando a estas, as empresas apoiadas no âmbito dos 13 projectos conjuntos encerrados até ao fim do ano em análise<sup>1</sup>, obtém-se um total de **3.975 empresas apoiadas**, 749 no SI I&DT, 1.100 no SI Inovação, e 2.606 no SI PME.<sup>2</sup>

O COMPETE soma o maior número de projectos aprovados (1.681), aos quais corresponde 66% do total do incentivo concedido. Seguem-se os PO Regionais Norte, Centro e Alentejo e por fim, com menos projectos e menor volume de incentivo, Lisboa e Algarve.

**Tabela 2.1: Candidaturas e Aprovações por Sistema de Incentivo, por Autoridade de Gestão, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

Autoridade de Gestão	Candidaturas		Projectos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
PO FC	2.960	12.268.768	1.681	5.083.183	1.667.511
PO Norte	3.519	1.958.608	1.552	584.830	340.737
PO Centro	2.187	1.399.234	975	465.175	277.717
PO Lisboa	827	1.095.445	222	137.711	68.797
PO Alentejo	538	636.443	248	273.724	136.729
PO Algarve	309	309.555	101	92.222	21.666
<b>Total Geral</b>	<b>10.340</b>	<b>17.668.053</b>	<b>4.779</b>	<b>6.636.845</b>	<b>2.513.158</b>

Fonte: SI QREN

Mais de 70% do incentivo concedido foi veiculado a partir do SI Inovação, onde se insere a maior parte dos projectos de maior dimensão, incluindo os do regime especial e de interesse estratégico. O incentivo médio por projecto é, neste SI, de 1,55 milhões de euros, respectivamente, cerca de 4 e 12 vezes mais que o incentivo médio no SI I&DT e no SI PME.

**Tabela 2.2: Candidaturas e Aprovações por Sistema de Incentivo, por Sistema de Incentivos, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

Sistema de Incentivos	Candidaturas		Projectos Aprovados			
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Invest. Elegível	Incentivo	Incentivo/projecto
SI I&DT	2.151	1.911.772	1.004	710.489	389.632	388
SI Inovação	3.006	13.932.427	1.142	5.153.788	1.770.327	1.550
SI PME	5.183	1.823.854	2.633	772.569	353.199	134
<b>Total Geral</b>	<b>10.340</b>	<b>17.668.053</b>	<b>4.779</b>	<b>6.636.845</b>	<b>2.513.158</b>	<b>526</b>

Fonte: SI QREN

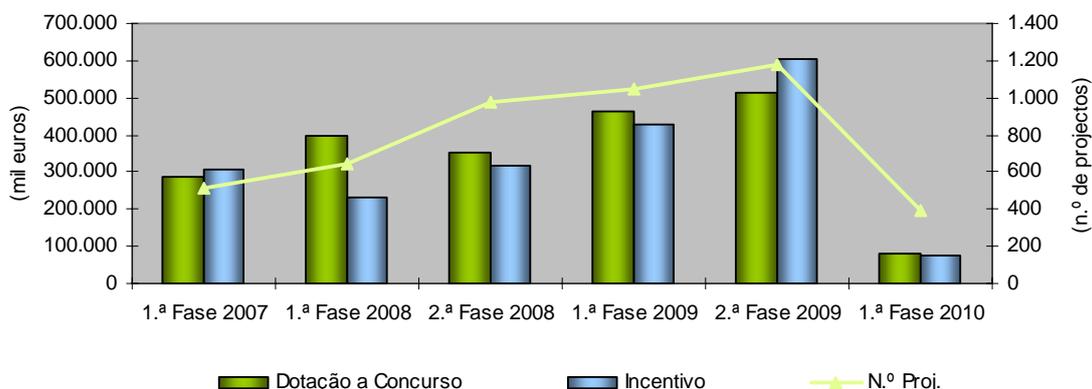
Do total do incentivo aprovado, mais de 78% resultou de Concursos distribuídos ao longo de 7 fases de candidatura, para os quais se previu uma dotação orçamental de 2,4 mil milhões de euros. Refira-se que, a 31 de Dezembro, se encontravam em decisão alguns projectos relativos à primeira fase de 2010 e que estavam, ainda, a decorrer os concursos relativos à 2.ª fase.

<sup>1</sup> Em sede de candidatura é apenas indicado um n.º previsto de empresas abrangidas pelos projectos, pelo que só em sede de encerramento é possível saber o n.º exacto de empresas apoiadas.

<sup>2</sup> Os dados por SI não são somáveis, dado que a mesma empresa pode candidatar-se a mais do que um SI.

Exceptuando a quebra verificada em 2010, que resulta das razões anteriormente descritas, verifica-se uma tendência crescente de aprovações, que atingiu um pico na segunda fase de 2009, com 1.182 projectos aprovados e 603 milhões de euros de incentivo atribuído. Conforme se pode verificar pelo gráfico 2.2, este afluxo de projectos implicou um reforço na ordem dos 91 milhões de euros face à dotação orçamental inicialmente prevista.

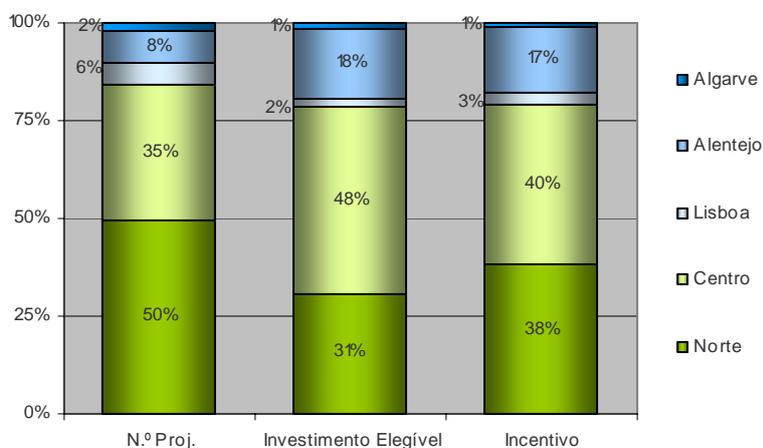
**Gráfico 2.2: Projectos Aprovados nos Sistemas de Incentivo, por Fase de Candidatura, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

Considerando novamente a totalidade dos projectos, salienta-se a expectável preponderância das regiões de Convergência, com o Norte a liderar em termos de número de projectos e o Centro, quando considerado o peso do investimento elegível e do incentivo atribuído.

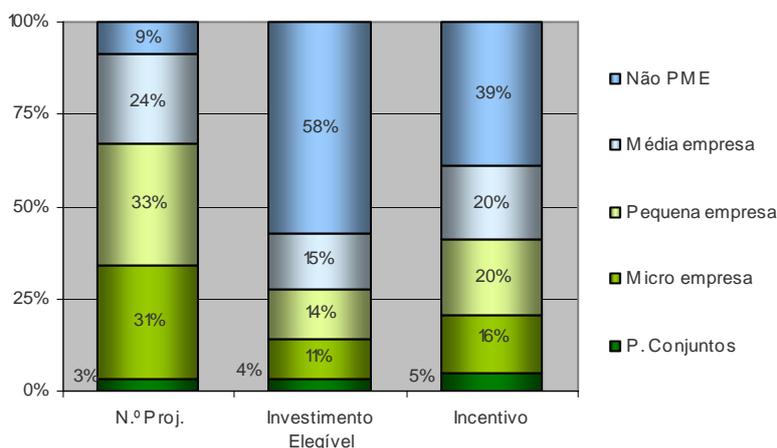
**Gráfico 2.3: Apoios dos Sistemas de Incentivo, por Região, 2007-2010**



Nota: Foram distribuídos os projectos multi-regiões. Fonte: SI QREN

Quanto à dimensão das empresas apoiadas, 91% dos projectos são de PME, aos quais se associa 61% do incentivo concedido (os apoios a PME serão apresentados com maior detalhe no ponto 7 deste relatório).

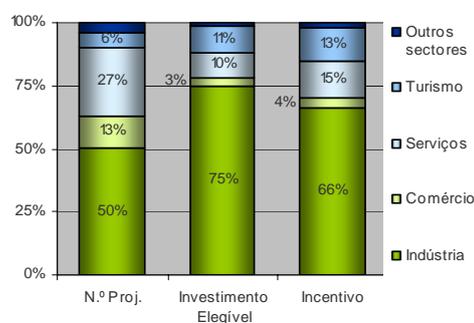
**Gráfico 2.4: Apoios dos Sistemas de Incentivo, por Dimensão da Empresa, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

Em termos sectoriais, é para a Indústria que se dirige a maior parte dos apoios concedidos até 31 de Dezembro de 2010. Neste sector, inserem-se metade dos projectos aprovados, cuja realização pressupõe a execução de 1,3 mil milhões de euros de investimento elegível (cerca de 75% do total dos projectos), absorvendo cerca de 66% do incentivo aprovado. Seguem-se os Serviços, com 15% dos apoios e o Turismo, com 13%.

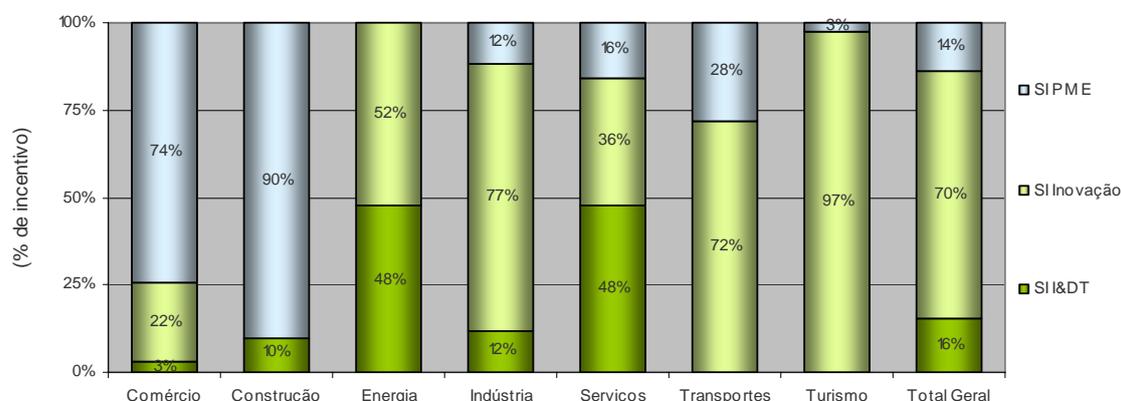
**Gráfico 2.5: Apoios dos Sistemas de Incentivo, por Sector de Actividade, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

A distribuição por Medida revela uma maior representatividade dos apoios do SI Inovação em todos os sectores, à excepção do Comércio e da Construção (este último, não elegível no âmbito deste instrumento), onde o SI PME ganha importância. O SI I&DT tem maior peso nos sectores da Energia (designadamente graças a 3 projectos da CAE 35113 - Produção de electricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem, n.e) e nos Serviços, em que se destacam as CAE “62 - Consultoria e programação informática e actividades relacionadas”, “71 - Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas” e “72 - Actividades de investigação científica e de desenvolvimento”.

Gráfico 2.6: Apoios dos Sistemas de Incentivo, por Medida e Sector de Actividade, 2007-2010



Fonte: SI QREN

Considerando a totalidade dos projectos apoiados nos Sistemas de Incentivos por Agrupamento, verifica-se que os Serviços Empresariais somam 25% dos projectos, sendo de destacar, neste âmbito as actividades da CAE “62 - Consultoria e programação informática e actividades relacionadas”. Em termos de investimento elegível, refira-se a importância da Mecânica e Electrónica, em especial da CAE “27 - Fabricação de equipamento eléctrico” e da Química, em particular na CAE “20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos”.

Tabela 2.3: Apoios dos Sistemas de Incentivos, por Agrupamento Sectorial, 2007-2010

Unid: Mil Euros

Agrupamentos	Nº Proj.		Investimento Elegível		Incentivo	
Serviços Empresariais	1.178	25%	529.077	8%	289.105	12%
Química	259	5%	987.306	15%	277.584	11%
Hotelaria e Restauração	215	4%	552.791	8%	264.089	11%
Metálica	452	9%	499.769	8%	250.706	10%
Mecânica e Electrónica	322	7%	1.207.698	18%	208.199	8%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	288	6%	420.134	6%	177.690	7%
Material de Construção	214	4%	291.472	4%	149.367	6%
Têxtil, Vestuário e Calçado	387	8%	302.554	5%	141.952	6%
Papel e Publicações	117	2%	482.977	7%	134.408	5%
Material de Transporte	101	2%	344.543	5%	131.825	5%
Alimentar	235	5%	276.412	4%	130.530	5%
Transportes, Logística e Distribuição	437	9%	187.395	3%	91.999	4%
Indústria Extractiva	71	1%	184.526	3%	80.522	3%
Educação, Saúde e Cultura	78	2%	172.962	3%	78.727	3%
Energia e Ambiente	64	1%	111.700	2%	62.249	2%
Comércio	231	5%	48.517	1%	25.532	1%
Construção	118	2%	25.546	0%	12.019	0%
Agricultura, Silvicultura e Pescas	12	0%	11.465	0%	6.655	0%
<b>Total Geral</b>	<b>4.779</b>	<b>100%</b>	<b>6.636.845</b>	<b>100%</b>	<b>2.513.158</b>	<b>100%</b>

Fonte: SI QREN

De realçar, igualmente, os apoios no âmbito da Hotelaria e Restauração (Turismo), que representam 11% do incentivo concedido. Na tabela seguinte, apresentam-se as 10 principais divisões da CAE, no que respeita aos apoios dos Sistemas de Incentivos.

**Tabela 2.4: Apoios dos Sistemas de Incentivos – Divisões da CAE com Mais Projectos, 2007-2010**

Divisão da CAE (Rev.3)	Unid: Mil Euros	
	N.º Proj.	Incentivo
55 - Alojamento	158	255.590
25 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	356	191.847
20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	87	151.877
23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	214	149.367
62 - Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	404	120.908
17 - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	45	113.438
29 - Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis	84	112.483
27 - Fabricação de equipamento eléctrico	74	112.350
10 - Indústrias alimentares	143	91.482
16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria	130	90.460

Fonte: SI QREN

Cerca de 5% do incentivo aprovado dirige-se ao agrupamento “Material de transporte”. Neste âmbito, há a reportar, em 2009, a abertura de 3 concursos específicos, no SI Inovação e SI I&DT (Projectos Individuais e Projectos em Co-Promoção) para a **indústria automóvel**, com uma dotação inicial de 45 milhões de euros.

Estes concursos surgem na sequência das orientações da União Europeia no sentido da aposta em “tecnologias limpas” e na mobilidade, como fontes de geração de desenvolvimento económico, emprego e bem-estar e têm como objectivo preparar o sector para o próximo ciclo da indústria, caracterizado por fortes exigências designadamente em matéria de optimização da gestão da produção, ambiente e desempenho energético. Pretende-se, igualmente, dado o carácter estruturante e a abrangência da indústria automóvel sob outros sectores industriais, tirar partido de sinergias e maximizar os efeitos sobre a cadeia de valor nacional.

Assim, foram apoiados 15 projectos com um investimento elegível próximo dos 21 milhões de euros e um incentivo de 10,4 milhões de euros. Destes, 8 inscreveram-se no SI Inovação, obtendo um incentivo de 6,4 milhões de euros. No SI I&DT, foram aprovados 7 projectos, 6 dos quais em co-promoção.

Refira-se também, a abertura de um aviso específico para o **sector de transportes** (AAC n.º 20/2009), também no âmbito do crescimento sustentável, com o objectivo de incentivar as empresas de transporte rodoviário de mercadorias a adoptar medidas que contribuam para reduzir a emissão de partículas poluentes. Das 5 candidaturas recebidas, foram aprovados 3 projectos, com um incentivo de 245 milhões de euros.

No âmbito da Estratégia Europa 2020, a Comissão apresentou em 2010, a iniciativa **“Uma política industrial para a era de globalização”**, uma das sete iniciativas emblemáticas para a prossecução de uma economia inteligente, sustentável e inclusiva, visando melhorar o ambiente empresarial, especialmente para as PME, e apoiar o desenvolvimento de uma base industrial forte e sustentável, suscetível de enfrentar a concorrência mundial (cf. caixa).

### Europa 2020 – “Uma política industrial para a era de globalização”

A indústria desempenha um papel central na Europa, quer em termos de emprego, quer de criação de riqueza, sendo grande o seu potencial para atingir os objectivos da política europeia para 2020. Esta iniciativa visa constituir o enquadramento para uma nova política industrial, que promova a competitividade da economia europeia, o crescimento, a criação de empregos e a transição para uma economia de baixo-carbono e eficiente em termos de recursos. Propõe:

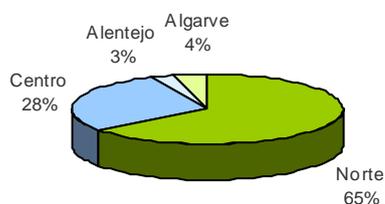
- Melhorar as condições de contexto para a Indústria:
  - Implementar regulamentação inteligente e com verificado impacte sobre a competitividade;
  - Melhorar o acesso ao financiamento (designadamente via capital de risco e IDE);
- Fortalecer o mercado único:
  - Desenvolver o mercado único e reforçar o Sistema de Propriedade Intelectual (patente europeia e sistema de litígio de patentes);
  - Estimular a concorrência (impedir formas de concentração ilegais, evitar a distorção pelas Ajudas de Estado);
  - Melhorar as infra-estruturas (energia, transportes e comunicações);
  - Apostar na estandardização;
- Implementar uma nova política industrial de inovação:
  - Estimular a inovação industrial (apostar nas áreas das novas tecnologias – biotecnologias, nanotecnologias, micro e nano-electrónicas,..., aumentar a base de conhecimento, fomentar o uso das TIC, aumentar a interação sectorial, implementação de redes e clusters);
  - Aumentar as competências;
- Capitalizar a Globalização:
  - Apostar na internacionalização principalmente das PME, desenvolver cooperação internacional (desenvolver regras compatíveis, standards, estabelecer acordos comerciais) e garantir a concorrência no mercado internacional;
  - Garantir o acesso a matérias-primas e outros produtos críticos (não só através dos países terceiros, mas também a nível da exploração sustentável dos recursos internos, bem como do aumento da eficiência na utilização de recursos e da reciclagem);
- Promover a modernização industrial:
  - Estimular a transição para uma economia eficiente em recursos, energia e de baixo consumo de carbono;
  - Auxiliar a indústria na recuperação e ajustamentos pós- crise (reestruturação e qualificação do mercado de trabalho; investimento em I&DT, inovação e TIC);
  - Promover a responsabilidade social nas empresas.

Inclui ainda uma abordagem focalizada em torno de áreas específicas: indústria espacial, mobilidade sustentável, desafios sociais (mudanças climáticas, saúde e segurança), sectores com grande impacte na cadeia de valor (química, engenharia, equipamento de transporte, ...) e sectores intensivos em energia.

CE, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Concelho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – An Integrated Industrial Policy for the Globalisation Era – Putting Competitiveness and Sustainability at Centre Stage, COM (2010) 614, EN;

Foram ainda abertos 2 concursos para o sector do Comércio e Serviços, no âmbito da **Iniciativa MERCA**: AAC n.º 19/2009 (SI Inovação) e AAC n.º 02/2008 (SIAC), não tendo este último aprovações no COMPETE. Relativamente ao AAC n.º 19/2009, das 222 candidaturas recebidas, foram aprovados 143 projectos, envolvendo cerca de 15 milhões de euros de incentivo, 65% do qual na região Norte.

**Gráfico 2.7: Apoios dos Sistemas de Incentivos, por Região, no Aviso 19/2009 – MERCA, 2007-2010**

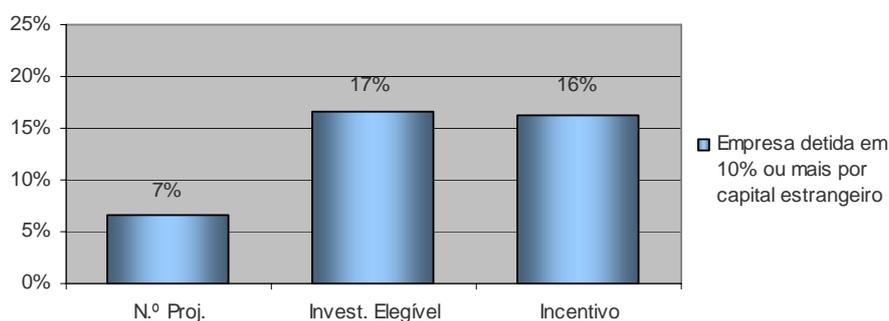


Fonte: SI QREN

Interessa igualmente analisar, do investimento apoiado pelos Sistemas de Incentivos do QREN, qual pode ser **investimento directo estrangeiro (IDE)**. Para tal, recorreu-se à definição de IDE utilizada pelo FMI<sup>3</sup>, considerando-se, como tal, o investimento de empresas detidas em 10% ou mais por capital estrangeiro.

Das empresas apoiadas pelos SI QREN<sup>4</sup>, 233 cumprem este critério, o que corresponde a 6,4% do total das empresas apoiadas e às quais se associam 7% dos projectos, 17% do investimento elegível, o que perfaz de 1.063 milhões de euros, e 16% do incentivo. Refira-se ainda que, destas, 71% possuem mais de 50% de capital estrangeiro e 39% são totalmente de capital estrangeiro.

**Gráfico 2.8: Peso das Empresas de Capital Estrangeiro nos Sistemas de Incentivo, 2007-2010**



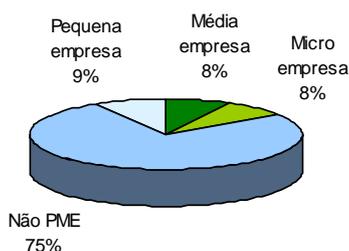
Fonte: SI QREN

<sup>3</sup> IMF, Balance of Payments and International Investment Position Manual (2009): 101.

<sup>4</sup> Não foram considerados projectos conjuntos e de I&DT Colectiva.

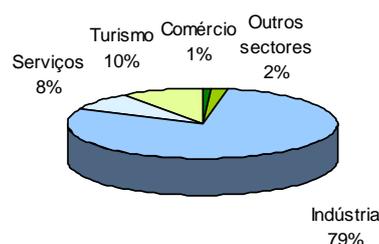
Analisando o investimento elegível destas empresas, constata-se que mais de  $\frac{3}{4}$  corresponde a Não PME e 79% se inscreve no Sector da Indústria, com particular destaque para o agrupamento Material de Transporte.

**Gráfico 2.9: Investimento Elegível de Projectos de Empresas detidas em 10% ou mais por Capital Estrangeiro, por Dimensão de Empresa, 2007-2010**



Fonte: SI QREN.

**Gráfico 2.10: Investimento Elegível de Projectos de Empresas detidas em 10% ou mais por Capital Estrangeiro, por Sector de Actividade, 2007-2010**



Fonte: SI QREN.

Mais de metade deste investimento elegível corresponde a projectos que se candidataram em 2008, sendo que 2009 foi o ano, até agora, com maior número de projectos aprovados (136 projectos). Por Programa, 83% do investimento elegível enquadra-se no COMPETE, seguindo-se o PO Alentejo (6%) e o PO Norte (4%).

O SI Inovação é o instrumento onde se insere a maior parte destes projectos, em particular na componente “Inovação Produtiva, que tem associados 48% do investimento elegível destas empresas.

Importa, igualmente, referir o papel dos Sistemas de Incentivos no que concerne à **criação de Emprego**. A tabela seguinte resume, por sector de actividade, dimensão e região, as expectativas das empresas promotoras no que respeita à criação de Postos de Trabalho, entre o pré e o pós-projecto.

Não considerando os projectos Conjuntos, os Vales I&DT e Inovação e a I&DT Colectiva, perspectiva-se, no total, a criação líquida de mais de 32 mil Postos de Trabalho (PT), dos quais 19.759 ou seja, cerca de 62% são qualificados. Do total dos PT a criar, 37% correspondem a empresas com menos de 3 anos à data da candidatura.

Em termos absolutos é na Indústria que há mais criação líquida de PT, seguindo-se os Serviços. É também de relevar o Turismo, sector onde os PT totais quase que duplicam e em que os PT Qualificados crescem 187%.

Por dimensão, são as Não PME que prevêm criar mais PT, não obstante as microempresas apresentarem taxas de criação líquida de PT muito mais elevadas (169% face ao pré-projecto), mais de metade dos quais em empresas novas.

Tabela 2.5: Evolução do Emprego nas Empresas Promotoras Apoiadas entre o Pré e o Pós-Projecto, 2007-2010

Unid.: N.º de PT

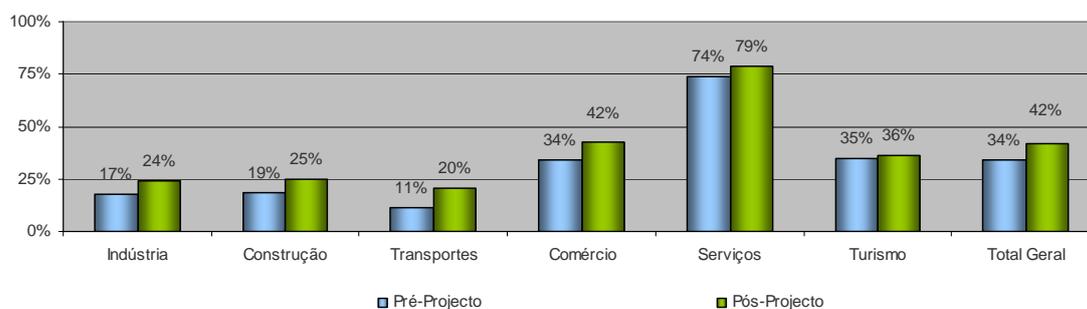
	PT Totais						PT Qualificados					
	Pré-Projecto	Pós-Projecto	Criação Líquida de PT Totais		Criação Líquida de PT em empresas novas		Pré-Projecto	Pós-Projecto	Criação líquida de PT Qualificados		Criação Líquida de PT Qualif. Em empresas novas	
	(1)	(2)	(3)	(3)/(1)	(4)	(4)/(3)	(5)	(6)	(7)	(7)/(5)	(8)	(8)/(5)
Indústria	105.896	120.545	14.649	14%	6.185	42%	15.261	22.745	7.484	49%	2.373	32%
Construção	4.935	5.328	393	8%	59	15%	835	1.072	237	28%	35	15%
Transportes	2.121	2.643	522	25%	74	14%	116	264	148	128%	44	30%
Comércio	8.045	10.056	2.011	25%	740	37%	1.742	2.891	1.149	66%	442	38%
Serviços	20.028	30.825	10.797	54%	3.415	32%	11.436	20.519	9.083	79%	2.863	32%
Turismo	3.767	7.192	3.425	91%	1.406	41%	752	2.159	1.407	187%	596	42%
Outros sectores	1.614	1.889	275	17%	126	46%	329	580	251	76%	124	49%
Micro empresa	3.715	9.995	6.280	169%	3.577	57%	1.591	5.691	4.100	258%	2.281	56%
Pequena empresa	21.091	29.232	8.141	39%	2.777	34%	5.359	10.353	4.994	93%	1.441	29%
Média empresa	55.299	63.003	7.704	14%	1.504	20%	8.432	13.667	5.235	62%	672	13%
Não PME	66.301	76.248	9.947	15%	4.147	42%	15.089	20.519	5.430	36%	2.083	38%
<b>Total Geral</b>	<b>146.406</b>	<b>178.478</b>	<b>32.072</b>	<b>22%</b>	<b>12.005</b>	<b>37%</b>	<b>30.471</b>	<b>50.230</b>	<b>19.759</b>	<b>65%</b>	<b>6.477</b>	<b>33%</b>
Norte	71.349	85.260	13.911	19%	4.050	29%	12.279	20.828	8.549	70%	2.321	27%
Centro	45.673	57.272	11.599	25%	5.331	46%	8.591	15.322	6.731	78%	2.497	37%
Lisboa	11.136	13.049	1.913	17%	450	24%	5.464	7.427	1.963	36%	454	23%
Alentejo	7.264	10.643	3.379	47%	1.885	56%	1.318	3.060	1.742	132%	1.025	59%
Algarve	2.001	2.743	742	37%	168	23%	471	777	306	65%	110	36%
Multi-Regiões	8.983	9.511	528	6%	121	23%	2.348	2.816	468	20%	70	15%
<b>TOTAL</b>	<b>146.406</b>	<b>178.478</b>	<b>32.072</b>	<b>22%</b>	<b>12.005</b>	<b>37%</b>	<b>30.471</b>	<b>50.230</b>	<b>19.759</b>	<b>65%</b>	<b>6.477</b>	<b>33%</b>

Notas: Não foram incluídos os projectos Conjuntos, os Vales I&DT e Inovação e a I&DT Colectiva. Nas empresas com mais do que um projecto aprovado foi considerado, como PT pré-projecto, o n.º de PT apresentados no pré-projecto do primeiro projecto e como PT pós-projecto o n.º de PT apresentados no pós-projecto do último projecto; Empresas Novas- empresas com menos de 3 anos de actividade à data da candidatura. Legenda: PT – Postos de Trabalho. Fonte: SI QREN.

Por região, é no Norte que se perspectiva um maior crescimento líquido de PT, sendo que, em termos percentuais face ao pré-projecto, é na região do Alentejo que se espera um maior aumento do emprego, em especial na componente qualificada.

O gráfico seguinte apresenta a média (por projecto) das taxas de enquadramento (PT Qualificados/PT Totais) por Sector de Actividade. Verifica-se uma maior predominância do trabalho qualificado nos Serviços (cerca de ¾ dos PT das empresas no pré-projecto são qualificados). No geral, os dados relativos a todos os sectores apontam para uma melhoria do nível de qualificação das empresas, na sequência da realização dos projectos. Em termos globais, prevê-se que a taxa de enquadramento cresça dos 34% para os 42% entre o pré e o pós-projecto.

Gráfico 2.11: Taxa de Enquadramento Média (PT Qualificados/PT Totais) das Empresas Promotoras Apoiadas no Pré e no Pós-Projecto, 2007-2010



Fonte: SI QREN

Em termos de **Igualdade de Oportunidades**, uma das tipologias do SI PME contempla o apoio a projectos de definição e implementação de planos de igualdade com contributos efectivos para a conciliação da vida profissional com a vida familiar, bem como de facilitação do mercado de trabalho inclusivo. Foram apoiados 11 projectos com um investimento elegível nesta área, num montante global de 325 mil euros.

No âmbito do SI Inovação, destaca-se, a abertura de um concurso específico para empreendedorismo feminino (AAC n.º 24/2008), que contabiliza, no final de 2010, 13 projectos aprovados, um investimento elegível na ordem dos 5,8 milhões de euros e um incentivo de 4,3 milhões de euros. Somam-se a estes, mais 47 projectos de empreendedorismo qualificado, aos quais foi atribuída a majoração de 10 p.p. relativa a empreendedorismo feminino.

A tabela seguinte apresenta a distribuição sectorial destes 60 projectos por Autoridade de Gestão. Refira-se, ainda, que 1/3 dos mesmos se enquadra nos sectores da Hotelaria e da Restauração, seguindo-se os Serviços Empresariais, com 28%.

Tabela 2.6: Apoios dos Sistemas de Incentivos ao Empreendedorismo Feminino, por Autoridade de Gestão, 2007-2010

*Unid: Mil Euros*

Autoridade de Gestão	Nº Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
PO FC	4	3.563	2.611
PO Norte	25	22.501	17.208
PO Centro	13	10.814	7.997
PO Lisboa	3	889	624
PO Alentejo	12	15.452	10.776
PO Algarve	3	2.785	2.089
<b>Total Geral</b>	<b>60</b>	<b>56.003</b>	<b>41.305</b>

Fonte: SI QREN.



---

### 3. CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS BENEFICIÁRIAS

<b>VAB pm</b>	As empresas apoiadas representam, pelo menos, 11% do VABpm dos sectores enquadráveis nos Programas, bem como:
<b>Pessoal ao Serviço</b>	7% do pessoal ao serviço
<b>Volume de Negócios</b>	9% do volume de negócios
<b>Exportações</b>	25% das exportações
<b>Intensidade Exportadora</b>	49% para os projectos aprovados nos SI face a 18% nos sectores enquadráveis nos Programas



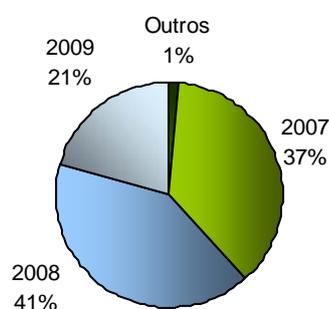
### 3. CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS BENEFICIÁRIAS

Neste capítulo apresenta-se uma caracterização das empresas apoiadas até 2010, no âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN, tendo em conta um conjunto de indicadores económico-financeiros fornecidos pelas mesmas para o ano pré-projecto, com destaque para a sua contribuição em termos de Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Para o efeito, não são considerados projectos Conjuntos, projectos de I&DT em Co-Promoção, Vales I&DT e Vales Inovação. No caso de empresas com mais do que um projecto, foi seleccionado apenas o mais recente.

No total, os dados apresentados referem-se a 2.899 projectos/empresas, cuja distribuição por ano pré-projecto se apresenta no gráfico 3.1. A este conjunto de empresas, passará aqui a designar-se como “**Empresas SI**”.

Gráfico 3.1: “Empresas SI” por ano pré-projecto



Fonte: SIQREN;

Um dos objectivos da análise consiste em perceber qual a importância das empresas apoiadas no contexto nacional e, mais precisamente, no contexto de cada Programa Operacional, (definido de acordo com as actividades e regiões enquadráveis), aqui denominado como “**Contexto SI**”.

Ou seja, mais concretamente, o “Contexto SI” é o valor apurado na economia portuguesa, a partir dos dados do Sistema de Contas Integradas das Empresas para o ano de 2008, correspondente às empresas de CAE enquadráveis nos diferentes Programas, de acordo com o definido no Enquadramento dos Sistemas de Incentivos (Decreto-Lei n.º 65/2009) e tal como apresentado nas tabelas seguintes:

**Tabela 3.1: Delimitação do “Contexto SI” de cada PO ou Região**

Programa Operacional	Contexto SI
POFC	Médias e Grandes Empresas das CAE enquadráveis nos Sistemas de Incentivos das NUTS II Norte, Centro e Alentejo
PO Norte	Micro e Pequenas Empresas das CAE enquadráveis nos Sistemas de Incentivos da NUTS II Norte
PO Centro	Micro e Pequenas Empresas das CAE enquadráveis nos Sistemas de Incentivos da NUTS II Centro
PO Lisboa	Empresas das CAE enquadráveis nos Sistemas de Incentivos da NUTS II Lisboa
PO Alentejo	Micro e Pequenas Empresas das CAE enquadráveis nos Sistemas de Incentivos da NUTS II Alentejo
PO Algarve	Empresas das CAE enquadráveis nos Sistemas de Incentivos da NUTS II Algarve
Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve	Empresas das CAE enquadráveis nos Sistemas de Incentivos da NUTS II em questão

**Tabela 3.2: CAE Enquadráveis nos Sistemas de Incentivos do QREN (DL n.º 65/2009, de 20 de Março)**

Sector	CAE
Indústria	Divisões da CAE 05 a 33;
Comércio	Divisões da CAE 45 a 47 (só para PME)
Serviços	Divisões 37 a 39, 58, 59, 62, 63, 69, 70 a 74, 77, com exclusão do Grupo 771 e da Subclasse 77210, 78, 80 a 82, 90, com exclusão da Subclasse 90040, 91, com exclusão das Subclasses 91041, 91042, e 95; Grupos 016, 022, 024 e 799 da CAE; Subclasse 64202 da CAE;
Turismo	Divisão 55 da CAE; Grupos 561, 563, 771 e 791 da CAE; Actividades declaradas de interesse para o Turismo que se insiram nas Subclasses 77210, 90040, 91041, 91042, 93110, 93192, 93210, 93292, 93293, 93294 e 96040 da CAE;
Energia	Divisão 35 da CAE (só produção);
Transportes e Logística	Grupos 493, 494 da CAE; Divisão 52 da CAE;

Nota: Não se consideraram as empresas inseridas nos Grupos 016, 022, 024, nem na divisão 64 da CAE.

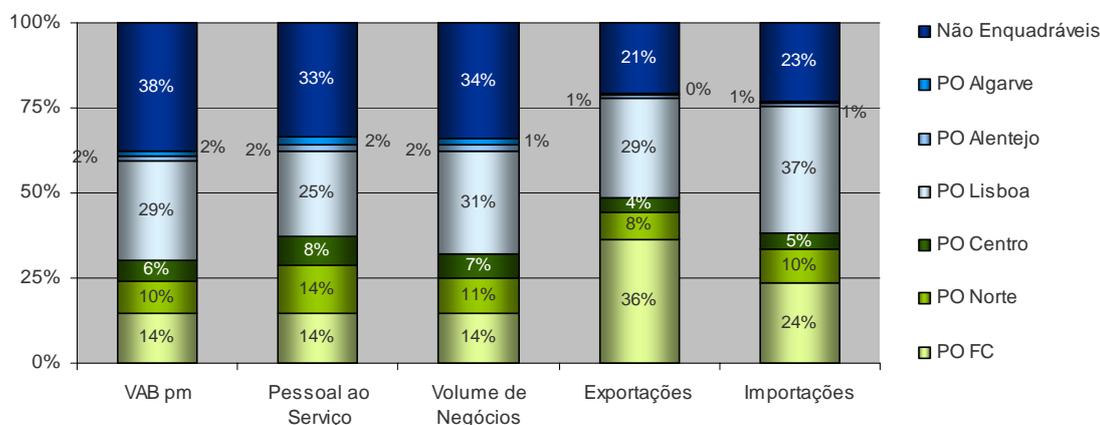
De acordo com o gráfico 3.2, os potenciais beneficiários dos Sistemas de Incentivos – “Contexto SI” - representam 62% do VAB gerado pelas empresas não financeiras em Portugal, sendo que metade deste valor se inscreve nas regiões de convergência. Os restantes 38% referem-se a CAE não enquadráveis nos Sistemas de Incentivos (ex. Actividades Imobiliárias, Telecomunicações, Construção, Não PME do Comércio, ...).

Relativamente ao pessoal ao serviço e ao volume de negócios, o Contexto SI representa 67% e 64% do total, respectivamente, sendo que, em termos de exportações e importações e fruto

da orientação para as actividades transaccionáveis, o peso do “Contexto SI” sobe para os 79% e 77% do total, respectivamente.

O PO Lisboa é o Programa com maior peso dos potenciais beneficiários, em todos os indicadores, o que resulta do maior grau de desenvolvimento da região. De registar também, a concentração de empresas exportadoras no COMPETE, como potenciais beneficiárias, que pode resultar da orientação do Programa para as empresas de maior dimensão, nomeadamente do sector da Indústria.

**Gráfico 3.2: “Contexto SI” no total das Empresas Nacionais, 2008**

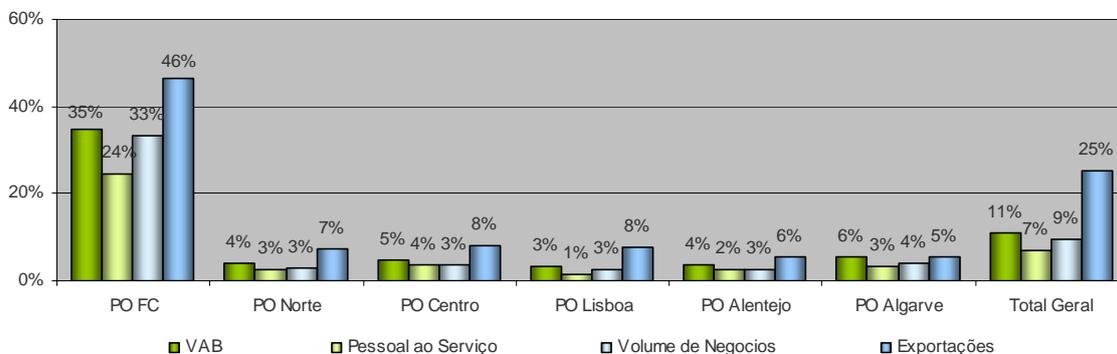


Fonte: INE, SCIE, 2008; GEA/COMPETE

Analisado o potencial de cada PO, importa agora perceber, qual a abrangência dos Sistemas de Incentivos face ao mesmo. O gráfico 3.3 apresenta o grau de cobertura do “Contexto SI” pelos apoios dos Sistemas de Incentivos concedidos até ao final de 2010, no que respeita ao VAB, Pessoal ao Serviço, Volume de Negócios e Exportações. Constata-se que as empresas apoiadas representam cerca de 11% do VAB do “Contexto SI” (comparando com o total do VAB gerado pelas empresas incluindo os sectores não enquadráveis, a taxa passa para 7%), sendo que é o COMPETE que apresenta um maior grau de cobertura face ao seu contexto.

Os números comprovam a clara orientação para empresas exportadoras - as empresas apoiadas representam 25% das exportações do “Contexto SI”, 46% no COMPETE (note-se que não estão aqui incluídas as empresas envolvidas em projectos conjuntos de internacionalização pelo que a taxa de cobertura dos Programas deverá ser superior).

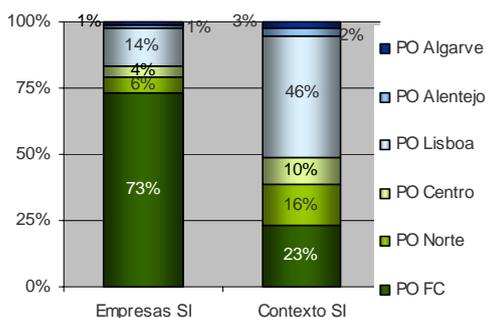
Gráfico 3.3: Grau de Cobertura das “Empresas SI” face ao “Contexto SI”



Fonte: INE, SCIE, 2008; SI QREN.

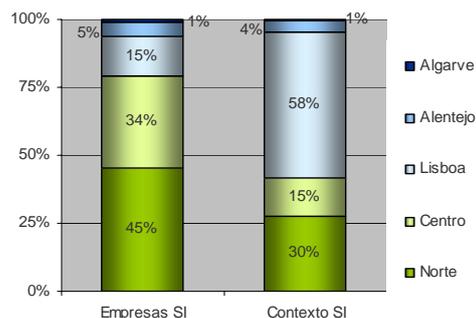
Comparando a estrutura do VAB das empresas apoiadas nos Sistemas de Incentivos (“Empresas SI”) com a estrutura do VAB das empresas potencialmente enquadráveis (“Contexto SI”), obtém-se o gráfico 3.4, que traduz as opções políticas de concentração dos apoios nas regiões menos favorecidas – em conjunto, o COMPETE, PO Norte, PO Centro e PO Alentejo representam 84,6% do VAB das empresas apoiadas, enquanto a sua importância no contexto nacional é pouco superior a 50%.

Gráfico 3.4: Estrutura do VABpm por Programa - “Empresas SI” e “Contexto SI”



Fonte: INE, SCIE, 2008; SI QREN.

Gráfico 3.5: Estrutura do VABpm por Região - “Empresas SI” e “Contexto SI”

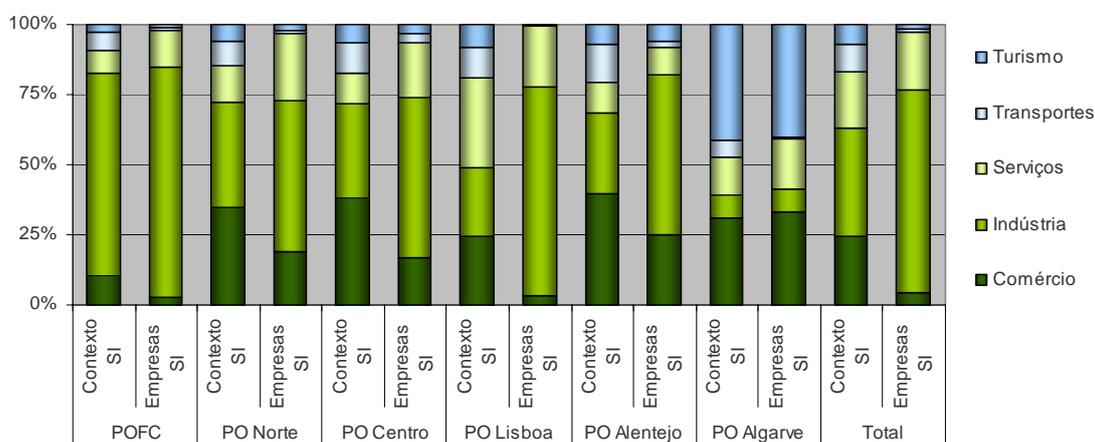


Fonte: INE, SCIE, 2008; SI QREN.

Por região (gráfico 3.5) observa-se uma clara orientação dos Sistemas de Incentivos para as NUTS II Norte e Centro, em detrimento de Lisboa. Estas duas regiões representam perto de 80% do VAB das empresas apoiadas, face a 45% do “Contexto SI”.

No total dos Programas, em termos de VAB, verifica-se uma maior orientação dos apoios para o sector da Indústria, com um peso superior das “Empresas SI” relativamente ao “Contexto SI”, em detrimento dos sectores do Comércio e do Turismo. A delimitação da actuação entre os PO Regionais e o COMPETE justifica igualmente uma maior preponderância da Indústria no COMPETE, que apoia médias e grandes empresas e do Comercio nos PO Regionais que apoiam empresas de menor dimensão. Assinala-se, como seria expectável, a importância do Turismo no Algarve.

**Gráfico 3.6: Estrutura do VABpm por Sector - “Empresas SI” e “Contexto SI”, 2008**



Fonte: INE, SCIE, 2008; SI QREN

A figura seguinte associa uma graduação de cores ao peso das CAE em cada região, em termos de VAB, permitindo caracterizar o “Contexto SI” de cada NUTS II:

- Como região que mais contribui para o VAB nacional, Lisboa destaca-se em várias CAE no “Contexto SI” e em especial nas de serviços intensivos em conhecimento;
- Mais de 80% do VAB das Indústrias Têxteis, Vestuário, Couro e Produtos do Couro tem origem na região Norte;
- O Alentejo destaca-se na CAE 7 - Extração e Preparação de Minérios Metálicos;
- O Algarve assume algum destaque (entre 20 a 40% do VAB) nas actividades relacionadas com o Turismo (alojamento e actividades de animação turística).

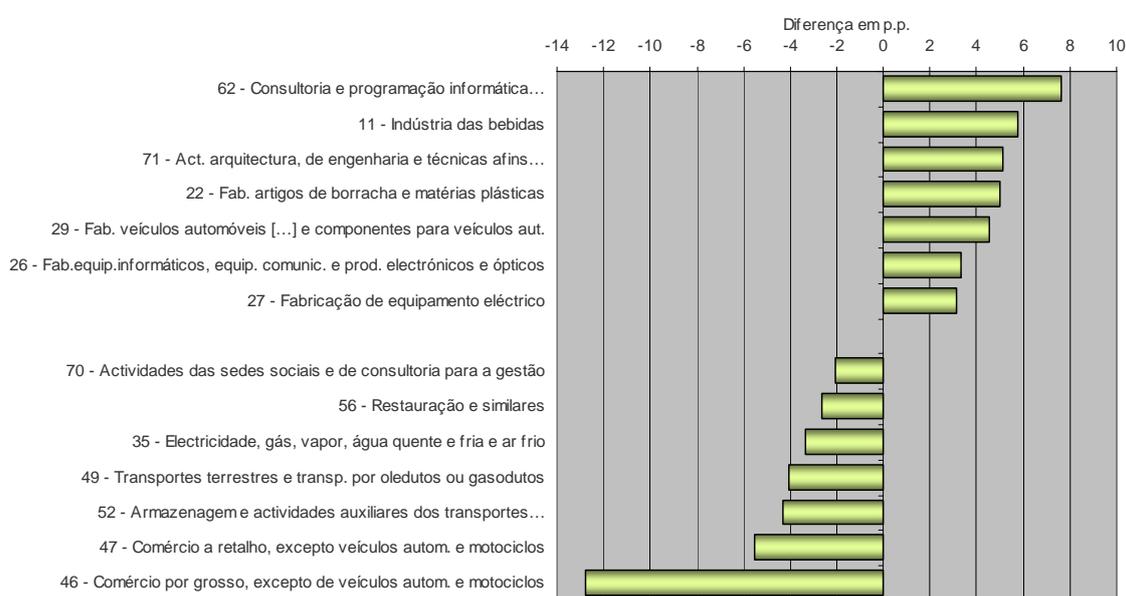
Figura 3.1 : Contributo das NUTS II para o VABpm de cada CAE - “Contexto SI”, 2008

VAB pm 2008	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve
7 - Extracção e preparação de minérios metálicos					
8 - Outras indústrias extractivas					
9 - Actividades dos serviços relac. com indústrias extractivas					
10 - Indústrias alimentares					
11 - Indústria das bebidas					
13 - Fabricação de têxteis					
14 - Indústria do vestuário					
15 - Indústria do couro e dos produtos do couro					
16 - Indústr. madeira e cortiça e suas obras, excepto mobiliário; Fabr.obras de cestaria e de espartaria					
17 - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos					
18 - Impressão e reprodução de suportes gravados					
20 - Fab. prod. químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto prod. Farmac.					
21 - Fab. de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas					
22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas					
23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos					
24 - Indústrias metalúrgicas de base					
25 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos					
26 - Fabr. Equip. informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos					
27 - Fabricação de equipamento eléctrico					
28 - Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.					
29 - Fabr. de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos autom.					
30 - Fabricação de outro equipamento de transporte					
31 - Fabrico de mobiliário e de colchões					
32 - Outras indústrias transformadoras					
33 - Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos					
35 - Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio					
37 - Recolha, drenagem e tratamento de águas residuais					
38 - Recolha, tratamento e eliminação de resíduos; valorização de materiais					
39 - Descontaminação e actividades similares					
45 - Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos					
46 - Comércio por grosso (inclui agentes), excepto de veículos autom.e motociclos					
47 - Comércio a retalho, excepto de veículos automóveis e motociclos					
49 - Transportes terrestres e transportes por oleodutos ou gasodutos					
52 - Armazenagem e actividades auxiliares dos transportes(inclui manuseamento)					
55 - Alojamento					
56 - Restauração e similares					
58 - Actividades de edição					
59 - Act. cinematográficas, de vídeo, de prod.progr. televisão, de gravação som e edição de música					
62 - Consultoria e programação informática e actividades relacionadas					
63 - Actividades dos serviços de informação					
69 - Actividades jurídicas e de contabilidade					
70 - Actividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão					
71 - Activ. de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; activ. de ensaios e de análises técnicas					
72 - Actividades de investigação científica e de desenvolvimento					
73 - Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião					
74 - Outras actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares					
77 - Actividades de aluguer					
78 - Actividades de emprego					
79 - Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e act. relacionadas					
80 - Actividades de investigação e segurança					
81 - Actividades relac. com edifícios, plantação e manutenção de jardins					
82 - Actividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas					
90 - Activ. de teatro, de música, de dança e outras activ. artísticas e literárias					
91 - Actividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais					
93 - Actividades desportivas, de diversão e recreativas					
95 - Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico					
96 - Outras actividades de serviços pessoais					
<20% do VAB da CAE					
20-39%					
40-59%					
60-79%					
>= 80% do VAB da CAE					

Fonte: INE, SCIE, 2008

Comparando o “Contexto SI” com as “Empresas SI”, verifica-se uma maior preponderância, nos projectos apoiados, da CAE “62 – Consultoria e Programação Informática e actividades relacionadas” (mais 7,6 p.p. na estrutura do VAB das empresas apoiadas) e um menor peso da CAE “46 – Comércio por grosso (inc. agentes), excepto de veículos automóveis e motociclos” (-12,8 p.p.).

**Gráfico 3.7: Estrutura do VABpm por CAE – Maiores diferenças entre “Empresas SI” e “Contexto SI”**

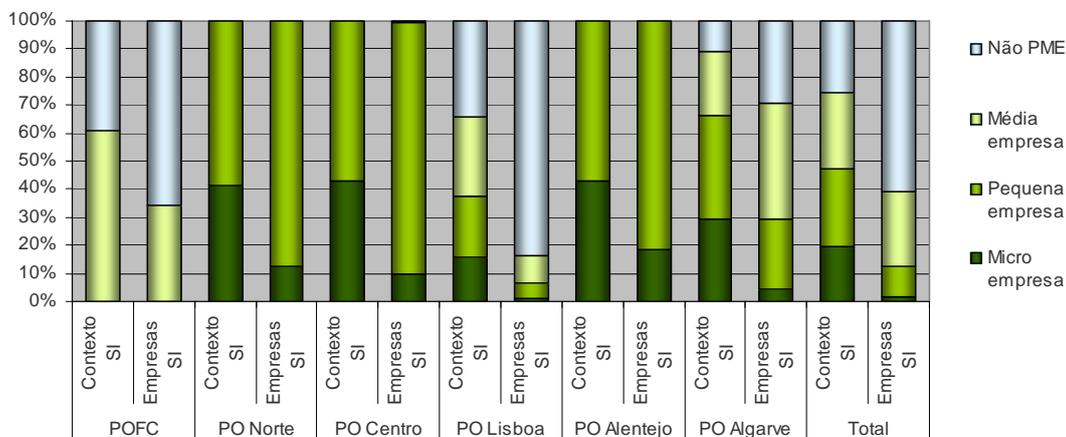


Fonte: INE, SCIE, 2008; SI QREN.

Considerando apenas a Indústria Transformadora, o peso nos Sistemas de Incentivos é superior ao do contexto para a maioria das actividades, exceptuando-se as CAE “30 - Fabricação de outro equipamento de transporte”; “33 - Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos”; “14 - Indústria do vestuário”; “18 - Impressão e reprodução de suportes gravados”; “10 - Indústrias alimentares”; “19 - Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis” e “12 – Indústria do tabaco”.

Uma estruturação do VAB por dimensão (gráfico 3.8) aponta para uma maior abrangência das médias e grandes empresas no total dos Sistemas de Incentivos, em especial no PO Lisboa e no COMPETE. Nos PO Regionais Norte, Centro e Alentejo, verifica-se uma tendência semelhante.

**Gráfico 3.8: Estrutura do VABpm por Dimensão**

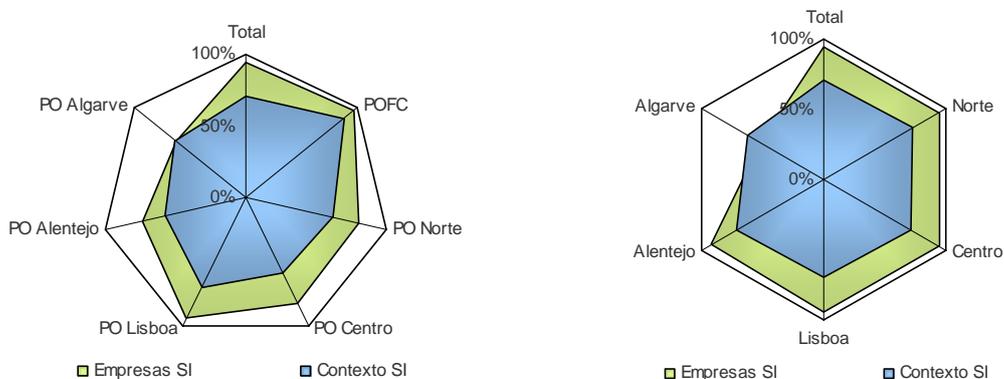


Fonte: INE, SCIE, 2008

Um dos objectivos específicos da Agenda da Competitividade consiste numa maior orientação da economia portuguesa para os mercados internacionais, por via do incremento da produção transaccionável ou internacionalizável. Comparando o VAB resultante deste tipo de actividades no “Contexto SI” com o das “Empresas SI”, constata-se uma forte concentração dos apoios neste tipo de bens/serviços - no total, 94% do VAB das empresas apoiadas pelos Sistemas de Incentivos insere-se em sectores produtores de bens transaccionáveis ou de serviços internacionalizáveis, quando a média do contexto se fixa nos 71%. Exceptua-se o Algarve, que regista algum peso dos apoios nas CAE do Comércio e de “Actividades desportivas, de diversão e recreativas”.

**Gráfico 3.9: Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis**

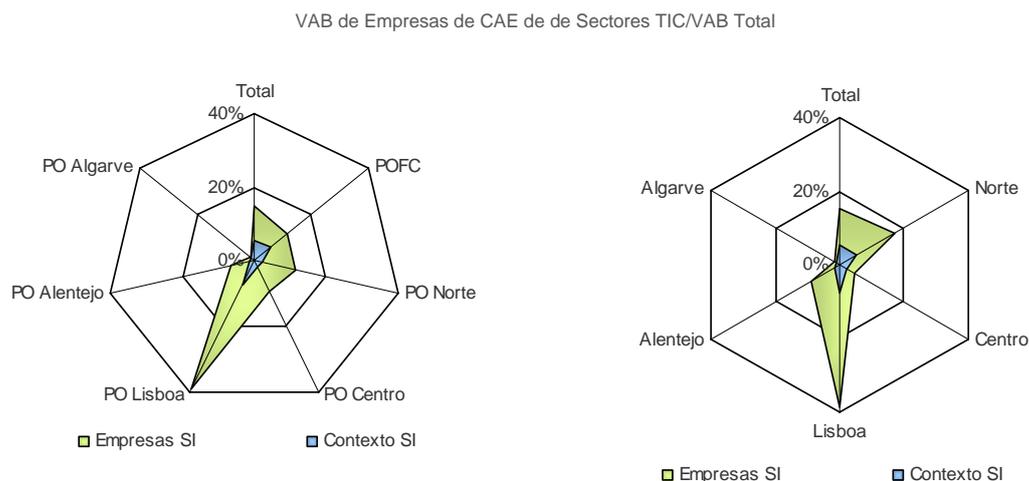
VAB de Empresas de CAE de Bens Transaccionáveis e Serviços Internacionalizáveis/VAB Total



Fonte: INE, SCIE, 2008; SI QREN

O peso do VAB das empresas apoiadas de CAE de produção ou de serviços relacionados com as Tecnologias de Informação e Comunicação é superior ao “Contexto SI” em todos os PO, em especial no PO Lisboa. Nas regiões de convergência, destaca-se uma maior importância destas actividades na NUTS II Norte.

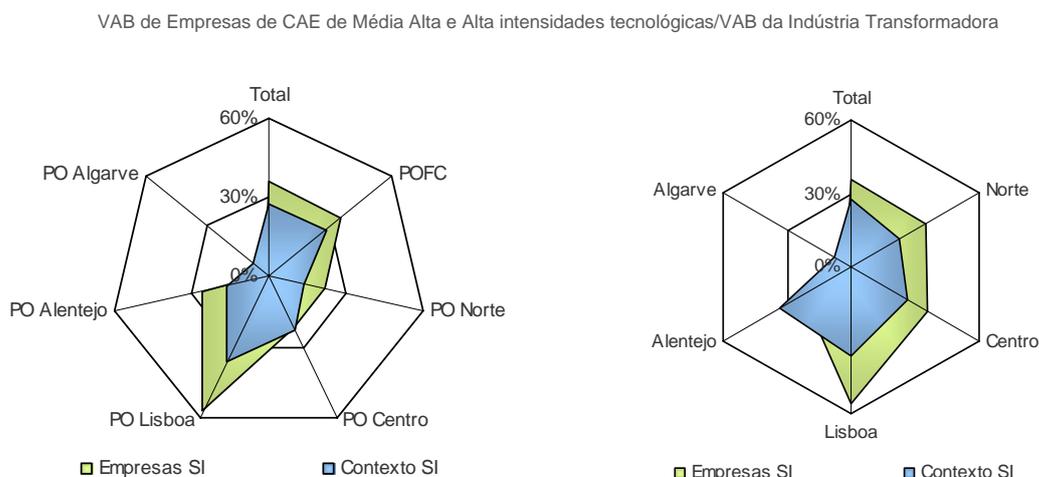
**Gráfico 3.10: Empresas de CAE de Sectores TIC**



Fonte: INE, SCIE, 2008; SI QREN

A classificação das empresas apoiadas segundo o grau de incorporação de tecnologia ou de conhecimento da CAE do projecto permite averiguar se se verifica uma maior orientação dos apoios para as actividades geradoras de maior valor acrescentado.

**Gráfico 3.11: Intensidade Tecnológica (Indústria Transformadora)**

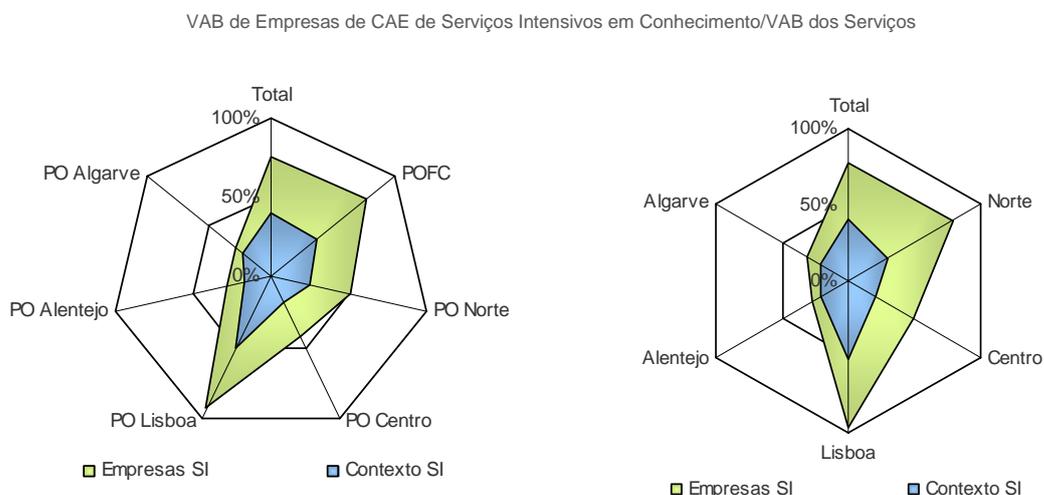


Fonte: INE, SCIE, 2008; SI QREN

Considerando apenas a Indústria Transformadora, constata-se que, à excepção dos PO Algarve e PO Centro, a intensidade tecnológica inerente às “Empresas SI” é superior ao “Contexto SI” em todos os Programas. A redistribuição do VAB afecto ao COMPETE por NUTS II altera a situação nas regiões Centro, em especial pela importância das empresas promotoras projectos inseridos nas CAE do sector automóvel e da fabricação de equipamento eléctrico, de média-alta intensidades tecnológicas, e no Alentejo, em que assumem destaque sectores de baixa e média-baixa intensidades tecnológicas, designadamente, da CAE 10 - Indústrias Alimentares.

Relativamente aos Serviços, as empresas apoiadas inserem-se em actividades com maior intensidade de conhecimento face ao “Contexto SI”, sendo de destacar o PO Lisboa, em que 94% VAB das empresas apoiadas nos serviços corresponde a actividades intensivas em conhecimento, e, no COMPETE, em que a taxa é de 77%. Na repartição dos apoios do Programa temático pelas regiões de convergência, verifica-se uma orientação dos projectos mais intensivos em conhecimento para o Norte, em especial das CAE “71 - Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas” e “62 - Consultoria e programação informática e actividades relacionadas”.

**Gráfico 3.12: Intensidade de Conhecimento (Serviços)**

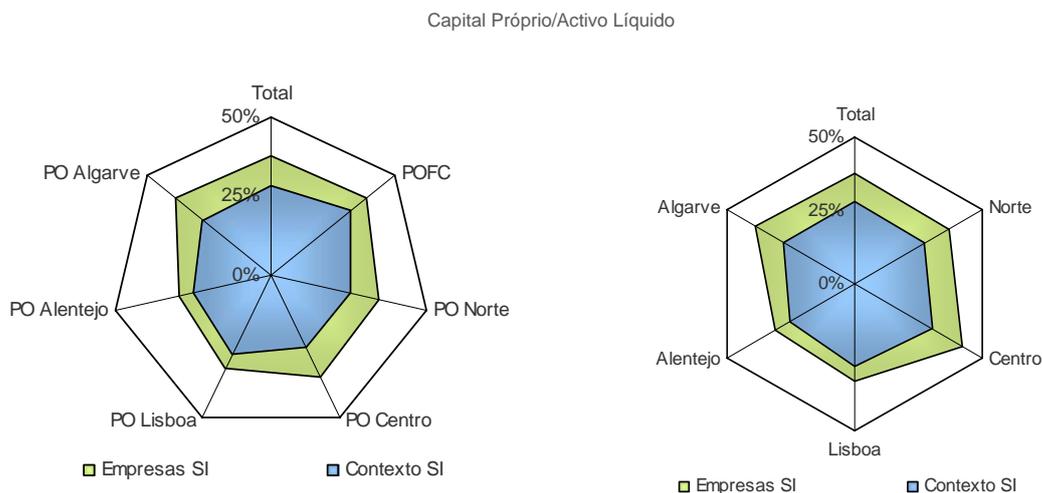


Fonte: INE, SCIE, 2008; SI QREN

Calculando a autonomia financeira com base em dados globais da totalidade das empresas apoiadas, verifica-se que estas apresentam uma autonomia financeira média de 38%, um valor 10 p.p. acima do verificado no “Contexto SI”. Essa diferença chega aos 12 p.p. quando se consideram apenas as microempresas.

Refira-se que o grau de autonomia financeira constitui uma das condições de acesso das empresas aos Programas, como garantia de equilíbrio financeiro das mesmas.

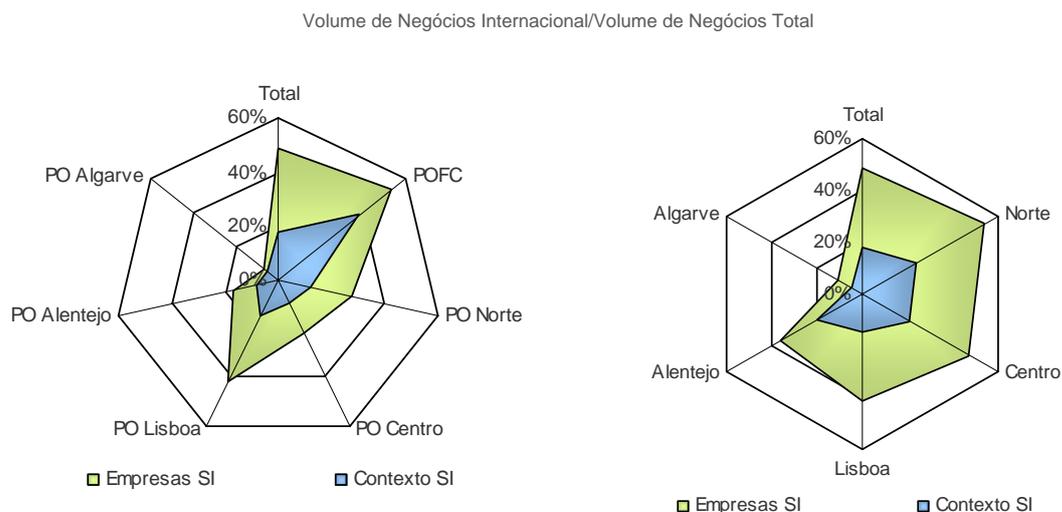
**Gráfico 3.13: Grau de Autonomia Financeira**



Fonte: INE, SCIE, 2008; SI QREN

Relativamente à intensidade Exportadora, destaca-se o COMPETE, com uma taxa de 55% face a 38% do seu “Contexto SI”. Com a redistribuição dos apoios do Programa e dos projectos multi-regiões verifica-se um reforço, face à média, da intensidade exportadora das regiões de convergência, em especial Norte e Centro.

**Gráfico 3.14: Intensidade Exportadora**

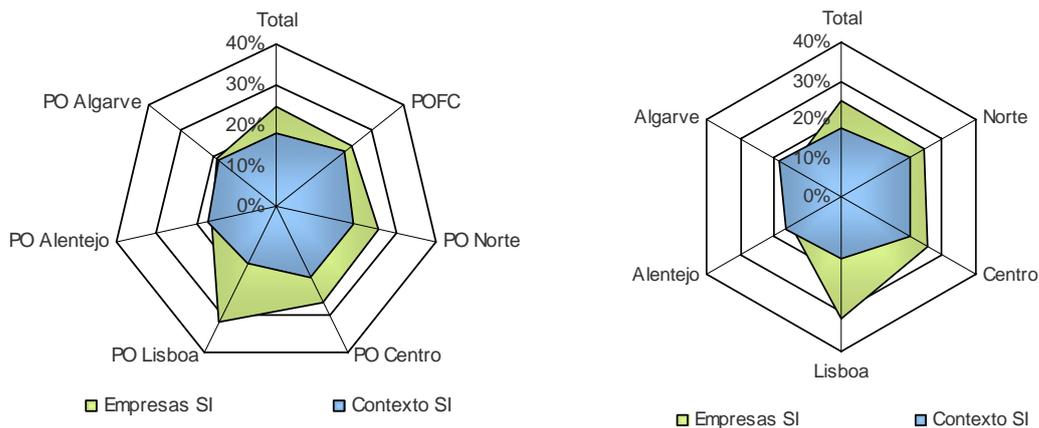


Fonte: INE, SCIE, 2008; SI QREN

Os rácios de produtividade apontam para uma vantagem dos projectos apoiados em Lisboa, quer em termos de produtividade do trabalho, quer do capital.

**Gráfico 3.15: Produtividade Aparente do Capital**

VABpm/Activo Líquido

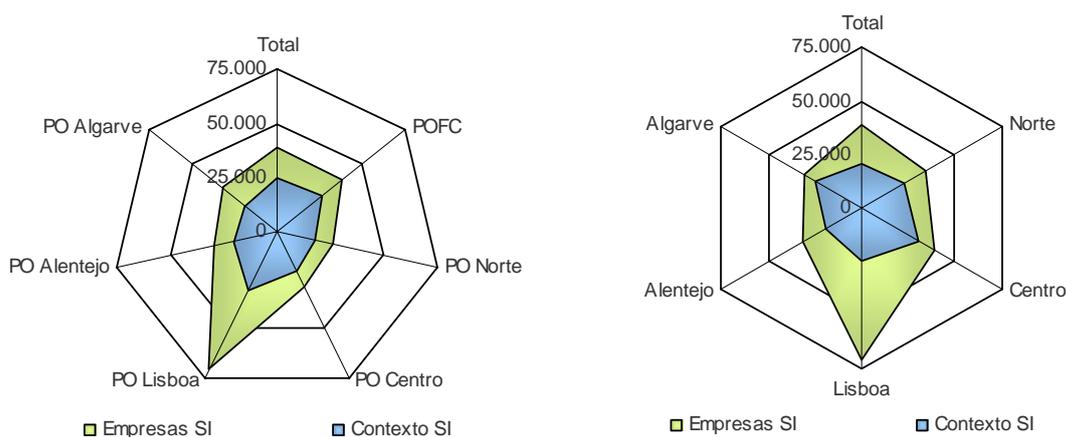


Fonte: INE, SCIE, 2008; SI QREN

De salientar que, em todos os PO, as empresas apoiadas apresentam uma produtividade aparente do trabalho superior à verificada no contexto nacional.

**Gráfico 3.16: Produtividade Aparente do Trabalho**

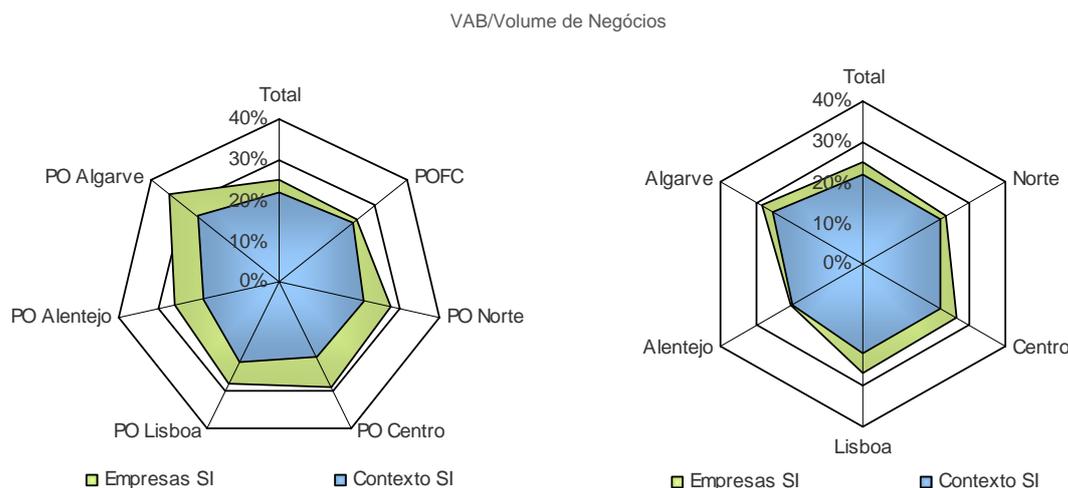
VABpm/Postos de Trabalho



Fonte: INE, SCIE, 2008; SI QREN

O rácio VAB/Volume de Negócios constitui uma medida do grau de incorporação de valor nos *outputs* das empresas. Verifica-se que este é superior em todos os Programas/Regiões face ao Contexto SI, o que aponta para a orientação para actividades com maior valor acrescentado.

**Gráfico 3.17: VAB/Volume de Negócios**



Fonte: INE, SCIE, 2008; SI QREN

Os números apresentados revelam que, de uma forma geral, os critérios de selectividade adoptados pelas Autoridades de Gestão estão a corresponder aos objectivos a que a Agenda da Competitividade se propôs, nomeadamente em termos de valorização da produção transaccionável, das empresas exportadoras e das actividades com maior incorporação de valor acrescentado. Traduzem igualmente as opções da política comunitária e regional no que se refere à coesão das diferentes regiões, verificando-se a concentração dos apoios nas NUTS II Norte, Centro e Alentejo.

Os resultados obtidos pelo PO Lisboa emanam da importância e qualidade do tecido empresarial da região face ao contexto nacional que, associadas a um orçamento mais limitado, resultam numa maior selectividade dos projectos apoiados.

Da mesma forma, as *performances* das regiões Alentejo e Algarve estão relacionadas com a estrutura do seu tecido produtivo e com o tipo de actividades predominantes, no primeiro caso, as indústrias alimentares, a extracção e o comércio e, no segundo, as actividades relacionadas com o Turismo.



De salientar ainda que a delimitação entre o COMPETE e os PO Regionais de Convergência, de uma forma geral efectuada em função da dimensão da empresa, está bem evidente, justificando muitas das diferenças verificadas ao nível destes Programas.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Os rácios foram obtidos a partir de dados agregados. Os valores relativos aos projectos multi-regiões foram repartidos pelas regiões, proporcionalmente ao peso do investimento elegível (Norte – 26%, Centro – 51%, Lisboa – 2%; Alentejo – 20%, Algarve - 2%).

## 4. I&D E INOVAÇÃO

<b>Sistemas de Incentivos - Aprovações</b>	2.495 projectos aprovados 5,7 mil milhões de euros de investimento elegível 2 mil milhões de euros de incentivo (80% do total dos PO)
<b>Sistemas de Incentivos - Propriedade Industrial, Marcas ou Insígnias</b>	449 projectos com investimentos em propriedade industrial, marcas ou insígnias, nos Sistemas de Incentivos
<b>Sistemas de Incentivos - Tipo de Inovação</b>	40% dos projectos aprovados visam inovação radical/de ruptura.
<b>COMPETE - SAESCTN</b>	1.065 projectos de I&D aprovados 129,6 milhões de euros de investimento elegível- 90,7 milhões de euros de incentivo
<b>COMPETE - SAFPRI</b>	3 fundos de capital de risco “Corporate Venture Capital”, no valor de 17.2 milhões de euros

## 4. I&D E INOVAÇÃO

A aposta na Inovação assume uma dimensão central na política comunitária e nacional, pelo seu potencial de criação de emprego e de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Investir na Investigação e Desenvolvimento, com vista a obter novos produtos, serviços ou processos, economicamente viáveis, que permitam responder aos desafios que se colocam nos próximos anos, designadamente no que se refere ao envelhecimento da população, à escassez de recursos e à sustentabilidade ambiental e à crescente globalização das economias, constitui um dos desígnios da União Europeia como um todo e de cada um dos Estados-Membros em particular.

### Europa 2020 - União da Inovação

A «União da Inovação» é uma das sete iniciativas emblemáticas anunciadas no âmbito da Estratégia Europa 2020. Pretende melhorar as condições e o acesso ao financiamento para a investigação e inovação, para assegurar que as ideias inovadoras podem ser transformadas em produtos e serviços que criem crescimento e postos de trabalho.

Principais linhas de actuação:

- Reforçar a base de conhecimentos e reduzir a fragmentação;
- Promover a excelência na educação e no desenvolvimento de competências;
- Criar o Espaço Europeu da Investigação;
- Centrar os instrumentos de financiamento da UE nas prioridades da União da Inovação;
- Promover o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (IET) enquanto modelo de gestão da inovação na Europa;
- Aumentar o acesso das empresas inovadoras ao financiamento;
- Criar um mercado único da inovação;
- Promover a abertura e tirar partido do potencial criativo europeu;
- Maximizar a coesão social e territorial;
- Disseminar os benefícios da inovação por toda a União Europeia;
- Aumentar os benefícios sociais;
- Implementar Parcerias Europeias de Inovação;
- Mobilizar as políticas a nível extra-EU;
- Reformar os sistemas de investigação e inovação.

CE, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Iniciativa emblemática no quadro da estratégia “Europa 2020 – União da Inovação”, SEC (2010) 1161, PT

Neste sentido e no âmbito da estratégia Europa 2020, foi desenvolvida a iniciativa “**União da Inovação**” (ver caixa), que contempla um conjunto de medidas com vista a dinamizar e potenciar a I&D e a Inovação no espaço europeu (estimulando a cooperação e interligação entre os diferentes actores, empresas, universidades, entidades públicas, entidades do Sistema Científico e Tecnológico, dentro e fora do espaço europeu; criando condições de

financiamento mais favoráveis; apostando na modernização do sistema educativo e no reforço da base de conhecimentos; harmonizando e simplificando estratégias e procedimentos, através, designadamente, da criação do Espaço Europeu da Investigação e do desenvolvimento da patente europeia, entre outros).

Com vista a comparar a performance dos diferentes países no que concerne à Inovação e substituindo o anterior Índice Europeu de Inovação, foi desenvolvido, pela Comissão Europeia, um novo indicador compósito. Os primeiros resultados foram publicados em Fevereiro de 2011<sup>6</sup> e colocam Portugal, abaixo da média europeia, mas a liderar o grupo dos “Inovadores Moderados”<sup>7</sup>. O gráfico 4.1 apresenta a posição do país face à média europeia nos diversos indicadores que constituem este Índice, bem como as diferenças entre as respectivas taxas de crescimento anuais.

Verifica-se que Portugal se posiciona abaixo da média europeia na maioria dos indicadores e de forma mais acentuada, no que se refere ao “número de pedidos de patente”, ao “número de co-publicações científicas público-privadas” e aos “*outputs* externos provenientes de licenças e patentes”. Note-se contudo, uma taxa de crescimento muito positiva nestas variáveis. O mesmo sucede com a despesa empresarial em I&D que registou a maior taxa de crescimento de todos os indicadores face à média da UE-27, o que espelha a crescente intervenção das empresas no processo inovativo.

Com uma *performance* acima da média, Portugal destaca-se nos indicadores “número de novos doutorados”, “número de co-publicações científicas internacionais” e “número de PME que introduziram inovações de processo ou produto”.

Não obstante os bons resultados obtidos no nível mais elevado de qualificações, ressalta da análise a fragilidade do país relativamente às bases do sistema educativo, designadamente no ensino secundário e superior, com resultados inferiores à média europeia e com taxas de crescimento modestas (que podem advir também do carácter mais estrutural destes indicadores).

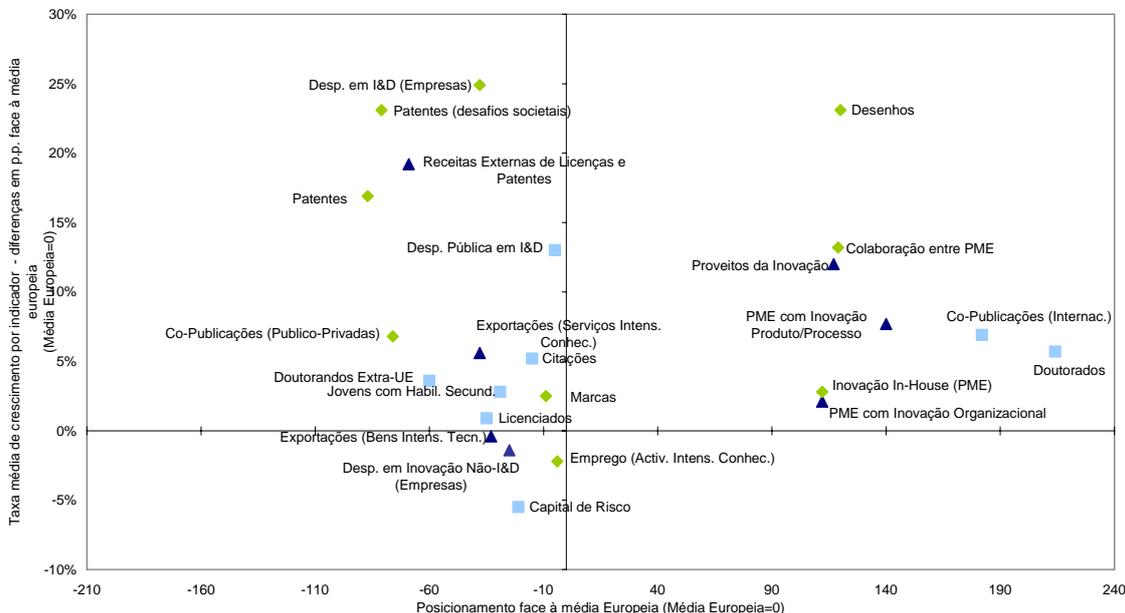
Quanto ao grau de intensidade tecnológica ou de conhecimento das nossas exportações, verifica-se um comportamento mais positivo por parte dos Serviços, que registaram um crescimento das exportações intensivas em conhecimento acima da média. Já o grau de intensidade tecnológica das exportações de bens decresceu mais que a média europeia (também negativa).

---

<sup>6</sup> Comissão Europeia, Innovation Union Scoreboard 2010 (2011).

<sup>7</sup> Segundo este indicador, os países são classificados segundo a sua performance em quatro grupos: “Innovation Leaders, Innovation Followers, Moderate Innovators, Modest Innovators”.

**Gráfico 4.1: Indicadores do Índice Europeu de Inovação 2010: Posicionamento e Evolução face à Média Europeia**



Fonte: Comissão Europeia, Innovation Union Scoreboard 2010, PROINNO Europe, Comissão Europeia, 01-02-2011

Legenda:

#### **Enablers (Capacitadores da Inovação)**

**Doutorados:** permissão de novos doutorados na população com 25-34 anos; **Licenciados:** percentagem de licenciados na população com 30-34 anos; **Jovens com Habil. Secund.:** percentagem de jovens entre os 20-24 anos que atingiram o último grau do ensino secundário; **Co-Publicações (Internacionais):** co-publicações científicas internacionais por 1000 habitantes; **Citações:** percentagem das publicações científicas entre as 10% publicações mundiais mais citadas, no total das publicações científicas do país; **Doutorandos Extra-UE:** estudantes de doutoramento de países não Comunitários no total dos doutorandos; **Desp. Pública em I&D:** Despesas públicas em I&D em percentagem do PIB; **Capital de Risco:** Capital de Risco em percentagem do PIB;

#### **Actividades das Empresas**

**Desp. em I&D (Empresas):** Despesa empresarial em I&D em percentagem do PIB; **Desp. em Inovação Não-I&D (Empresas):** percentagem das despesas em Inovação (que não em I&D) no retorno das empresas; **Inovação In-house (PME):** percentagem de PME com inovação interna no total das PME; **Co-publicações (público-privadas):** Co-publicações científicas público-privadas por 1000 habitantes; **Patentes:** Pedidos de patente PCT por mil milhões de euros de PIB; **Patentes (desafios societais):** Pedidos de patente PCT no âmbito dos actuais desafios societais (saúde, clima,...) por mil milhões de euros de PIB; **Marcas:** Marcas comunitárias por mil milhões de euros de PIB; **Desenhos:** Desenhos comunitários por mil milhões de euros de PIB;

#### **Outputs**

**PME com Inovação Produto/Processo:** percentagem de PME que introduziram inovações de produto ou processo; **PME com Inovação Organizacional:** percentagem de PME que introduziram inovações organizacionais; **Emprego (Activ. Intens. Conhec.):** percentagem do emprego em actividades intensivas em conhecimento (indústria e serviços); **Exportações (Bens Intens. Tecn.):** percentagem das exportações de bens de média e alta intensidades tecnológicas no total das exportações de bens; **Exportações (Serviços Intens. Conhec.):** percentagem das exportações de serviços intensivos em conhecimento no total das exportações de serviços; **Emprego em empresas média-alta e alta tecnologias em percentagem da população activa;** **Proveitos da Inovação:** Vendas de inovações novas para o mercado ou novas para a firma em percentagem do retorno da empresa; **Receitas Externas de Licenças e Patentes:** Receitas provenientes do exterior relativas a licenças e patentes em percentagem do PIB.

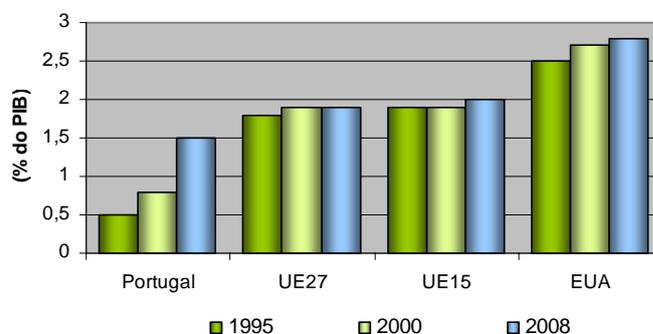
Assinala-se também a reduzida importância que o capital de risco ainda representa no PIB. Apesar deste indicador ter registado, em média, uma evolução negativa nos países da UE-27, em Portugal essa tendência foi mais acentuada (-2,5% na EU face a -8% em Portugal).

A criação de índices compósitos resulta da dificuldade que existe em medir o que é inovação e, em especial, quando esta é considerada em sentido lato. Ainda assim, um dos indicadores mais utilizados consiste em medir o **peso das despesas de I&D no PIB**.

| 51

Um dos cinco grandes objectivos da Estratégia Europa 2020 consiste em obter, em 2020, um nível de investimento, em I&D, de 3% do PIB da União Europeia (em 2008, esse valor era inferior aos 2% e situava-se muito abaixo do esforço verificado nos EUA neste domínio). Em Portugal, a despesa em I&D representa (dados de 2008) cerca de 1,5% do PIB, o que, sendo embora um valor ainda muito incipiente face às metas estabelecidas, resultou da boa *performance* verificada na última década (de 1995 a 2008, a despesa de I&D em percentagem do PIB aumentou cerca de 1 p.p.).

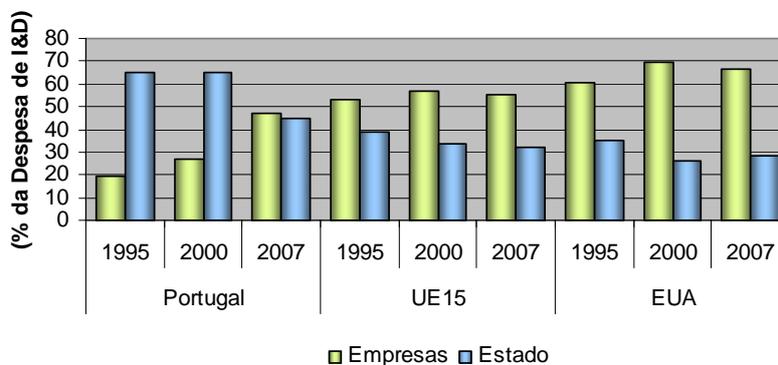
Gráfico 4.2: Despesa em I&D em percentagem do PIB, 1995-2008



Nota: Portugal: 2000 - estimativa; 2008 - valor provisório; EU: valores estimados; EUA: 2008 - valor provisório. Fonte: MAOT, DPP, Desenvolvimento Sustentável e Competitividade, 3/2010, pag. 54

Corroborando os dados do Índice de Inovação analisados anteriormente relativamente à composição da I&D, verificou-se nos últimos anos um crescimento assinalável do peso da despesa em I&D por parte das empresas. Em 2007, esta representava 47% do total da despesa de I&D do país, superando já a despesa do Estado. Ainda assim, a despesa pública em I&D continua a ter um peso muito superior em Portugal relativamente à média na União Europeia e nos EUA.

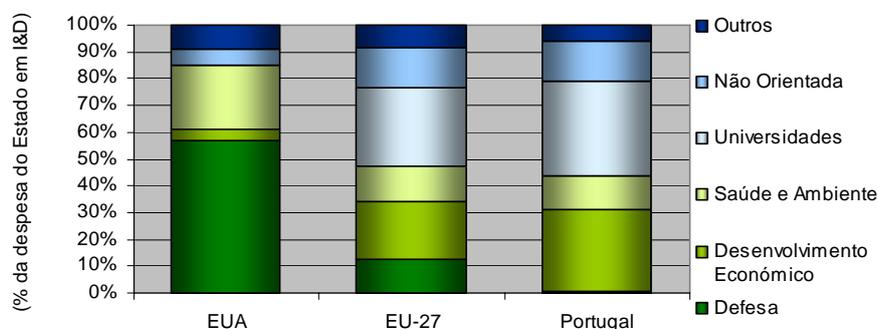
Gráfico 4.3: Composição da Despesa em I&D, 1995-2007



Nota: Portugal: 2000 - estimativa; EU: valores estimados. Fonte: MAOT, DPP, Desenvolvimento Sustentável e Competitividade, 3/2010, pag. 54

Relativamente à distribuição da despesa do Estado, o financiamento das Universidades em Portugal representa mais de 1/3 das despesas de I&D, seguido da despesa orientada para o desenvolvimento económico (31% face a 22% em média na UE-27).

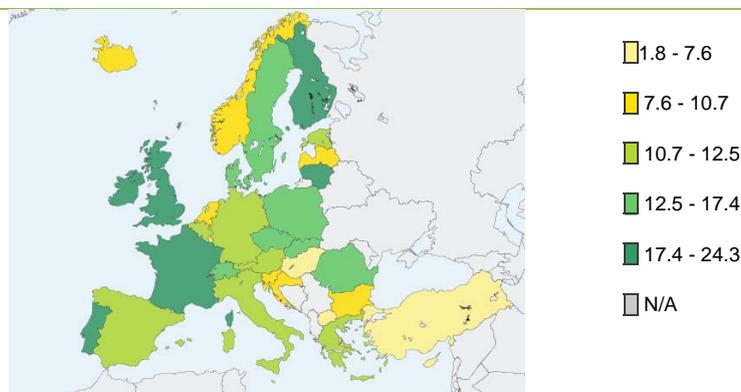
Gráfico 4.4: Repartição da Despesa do Estado em I&D por Objectivos Socioeconómicos, 2008



Nota: Despesa do Estado corresponde à despesa da Administração Central. Nos EUA não está incluído o financiamento das Universidades, visto que o mesmo não se insere no orçamento central. Fonte: OCDE, *Measuring Innovation - A New Perspective*, OCDE, 2010, pag. 81

Uma das áreas em que o país se destaca nas comparações internacionais, consiste no **número de doutorados**. A figura seguinte apresenta a situação dos diferentes parceiros comunitários no que concerne às áreas científicas e tecnológicas. Estes graduados poderão constituir um importante *input* no processo inovativo nacional, estando o seu contributo dependente da capacidade do país os integrar e otimizar as suas competências.

**Gráfico 4.5: Diplomados com Ensino Superior em Áreas Científicas e Tecnológicas, 2008**

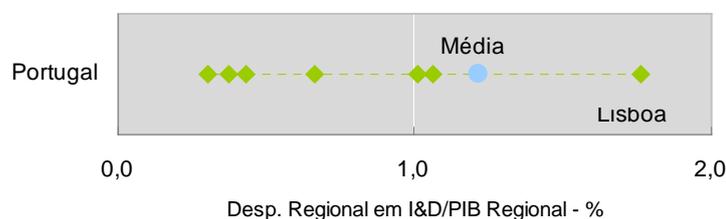


Fonte: Eurostat, Country Profiles, Fevereiro 2011.

O **grau de colaboração entre empresas** é também considerado uma importante mais-valia no processo inovativo - segundo a OCDE, empresas que mais colaboram são as que mais investem em inovação. Em Portugal, das empresas inovadoras (2004-2006), 17,6% colaboram com outras empresas (9,2% com empresas nacionais e os restantes 8,4% com empresas internacionais). São igualmente, as empresas com maior intensidade de I&D (Despesa em I&D/Vendas), que mais tendem a colaborar.<sup>8</sup>

No que concerne à **análise regional** e também segundo dados da OCDE<sup>9</sup>, existe uma tendência para a concentração da I&D nas regiões com maior PIB *per capita*, pela presença de empresas, universidades, entidades do SCT – mais de metade do investimento em I&D é desenvolvido em menos de 13% das regiões da OCDE. Em Portugal, verifica-se uma clara vantagem da região de Lisboa (gráfico 4.6), que lidera o esforço de I&D no país.

**Gráfico 4.6: Intensidade de I&D por Região, 2007**



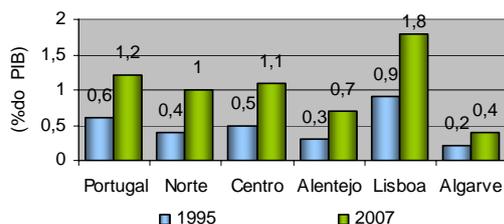
Fonte: OCDE, *Measuring Innovation - A New Perspective*, OCDE, 2010, pag. 102

<sup>8</sup> Fonte: OCDE, *Measuring Innovation - A New Perspective* (2010): 27

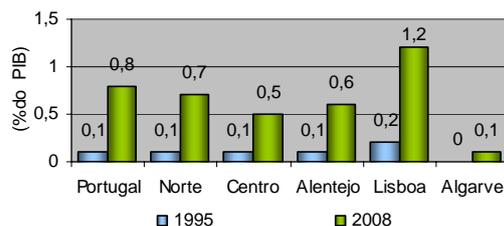
<sup>9</sup> OCDE, *Measuring Innovation - A New Perspective* (2010): 102

As figuras seguintes comprovam a primazia da região de Lisboa. Permitem igualmente constatar o aumento da despesa em I&D em percentagem do PIB e dos recursos humanos afectos a actividades de I&D em todas as regiões do país, bem como a crescente participação das empresas neste tipo de actividades. Das regiões do continente, o Algarve é a menos representativa em termos de I&D.

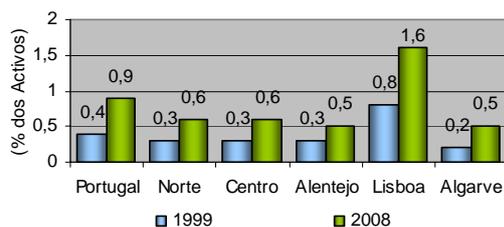
**Gráfico 4.7: Despesa em I&D por Região, 1995 e 2007**



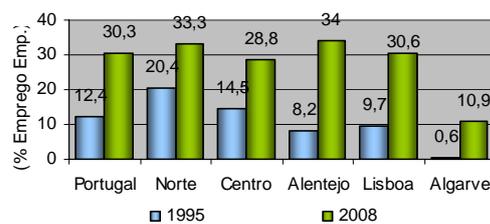
**Gráfico 4.9: Despesa em I&D das Empresas por Região, 1995 e 2007**



**Gráfico 4.8: Recursos Humanos em I&D (ETI) na População Activa, por Região, 1999 e 2008**



**Gráfico 4.10: Recursos Humanos em I&D (ETI) nas Empresas, por Região, 1995 e 2008**

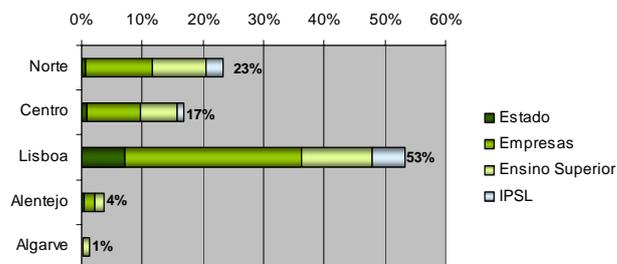


Legenda: ETI – Equivalente a Tempo Integral; Fonte: DPP, Desenvolvimento Sustentável e Competitividade (2010): 167

Fonte: ETI – Equivalente a Tempo Integral; DPP, Desenvolvimento Sustentável e Competitividade (2010): 167

Considerando a despesa de I&D nacional, verifica-se, relativamente às regiões de convergência, que o Norte representa 23% da mesma, seguindo-se o Centro, com 17%, enquanto o Alentejo regista apenas 4%. Quanto ao sector executante, as empresas apresentam uma ligeira vantagem face às instituições do ensino superior.

**Gráfico 4.11: Despesa em I&D por Região e Sector Executante (Despesa de I&D total Nacional), 2007**



Fonte: INE, Indicadores de Contexto do QREN, Despesa em investigação e desenvolvimento das instituições e empresas com investigação e desenvolvimento por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Sector de execução, 2007.

#### 4.1 TIPOLOGIAS DE APOIO PREVISTAS

Promover uma economia baseada no conhecimento e na inovação é um dos objectivos centrais da Agenda da Competitividade. Neste sentido, concorrem para este objectivo os três Sistemas de Incentivos, com particular destaque para o SI I&DT e SI Inovação:

- **SI I&DT** - visa intensificar o esforço nacional de I&DT e a criação de conhecimento com vista ao aumento da competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT);
- **SI Inovação** - dirigido a projectos de média e grande dimensão, apoia as mais diversas formas de inovação no tecido empresarial, desde a produção de novos bens e serviços, à introdução de melhorias significativas da produção actual através da transferência e aplicação de conhecimento, à adopção de novos, ou significativamente melhorados, processos ou métodos de fabrico, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de *marketing* e à expansão de capacidades de produção em actividades de alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas;
- **SI Qualificação e Internacionalização de PME** - apoia projectos de investimento direccionados para a intervenção nas PME, promovidos por empresas, a título individual ou em cooperação, bem como por entidades públicas, associações empresariais ou entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT), tendo em vista a inovação, modernização e internacionalização, através da aposta em factores dinâmicos da competitividade.

No que concerne aos apoios à criação de conhecimento (I&DT), é ainda de destacar, no âmbito do COMPETE:

- **SAESCTN** (Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional) - visa o crescimento e reforço do sistema científico e tecnológico nacional, tornando-o mais competitivo e agilizando a articulação entre os centros de saber e as empresas.
- **SAFPRI**: Apoio a projectos de PME com alto conteúdo de inovação, através da prestação de garantias, *business angels*, fundos de capital de risco específicos e outros instrumentos financeiros.

## 4.2 APOIOS CONCEDIDOS ATÉ FINAL DE 2010

Constituindo elemento basilar da construção dos vários instrumentos de apoio no âmbito da Agenda da Competitividade, não é surpreendente que mais de 80% dos apoios concedidos no âmbito dos Sistemas de Incentivos se dirijam a projectos de I&DT e/ou Inovação ou a projectos em que esta se apresenta como a principal componente. No total, encontram-se aprovados 2.495 projectos, com um investimento elegível associado superior a 5,7 mil milhões de euros e um incentivo que ascende aos 2 mil milhões de euros.

O COMPETE é o Programa que conta com a maior percentagem de projectos nesta área, sendo que a sua preponderância sobressai, sobretudo, em termos de investimento elegível e de incentivo.

Tabela 4.1: Apoios à I&DT e à Inovação, nos SI, por Autoridade de Gestão, 2007-2010

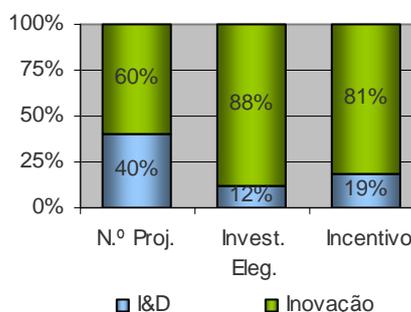
*Unid: Mil Euros*

Autoridade de Gestão	N.º Proj.		Investimento Elegível		Incentivo	
PO FC	1.028	41%	4.676.007	82%	1.482.795	72%
PO Norte	731	29%	327.057	6%	207.220	10%
PO Centro	458	18%	314.957	6%	198.513	10%
PO Lisboa	139	6%	110.290	2%	56.457	3%
PO Alentejo	95	4%	218.196	4%	105.465	5%
PO Algarve	44	2%	76.140	1%	13.209	1%
<b>Total Geral</b>	<b>2.495</b>	<b>100%</b>	<b>5.722.647</b>	<b>100%</b>	<b>2.063.659</b>	<b>100%</b>

Fonte: SI QREN

Na repartição entre I&DT e Inovação, verifica-se que os projectos de inovação são a maioria, sendo responsáveis por 88% do investimento elegível e 81% do incentivo, destacando-se os projectos do SI Inovação - Inovação Produtiva. No que concerne à I&DT, salientam-se, em termos de incentivo atribuído, os projectos em Co-Promoção entre empresas ou entre estas e entidades do SCT, dedicados à investigação industrial e ao desenvolvimento experimental.

Gráfico 4.12: Apoios à I&DT e à Inovação, por Tipo, 2007-2010



Fonte: SI QREN

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição dos apoios à I&D e à Inovação por Medida.

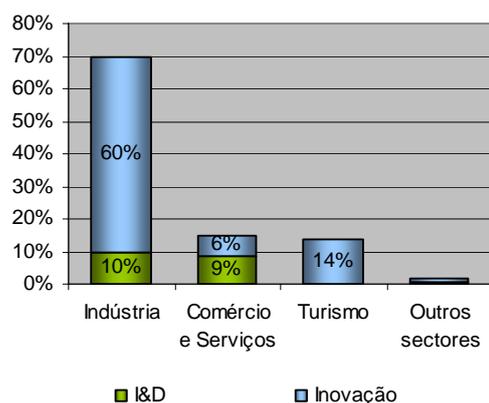
**Tabela 4.2: Apoios à I&D e à Inovação, nos SI, por Medida, 2007-2010**

*Unid: Mil Euros*

Tipologia	Medida	N.º Proj.	Invest. Eleg.	Incentivo
<b>I&amp;D</b>	SI I&DT/Projectos Individuais	338	244.243	126.777
	SI I&DT/Projectos em Co-promoção	337	281.044	176.069
	SI I&DT/Projectos Mobilizadores	12	79.179	48.692
	SI I&DT/Vale I&DT	219	6.447	4.814
	SI I&DT/Projectos do Regime Especial	3	61.428	15.871
	SI I&DT/I&DT Colectiva	5	2.328	1.630
	SI I&DT/Núcleos de I&DT	88	32.318	14.838
	SI I&DT/Centros de I&DT	2	3.501	943
<b>Inovação</b>	SI Inovação/Inovação Produtiva	906	2.189.221	1.132.147
	SI Inovação/Projectos do Regime Especial	15	1.396.998	191.050
	SI Inovação/Projectos de Interesse Estratégico	8	413.495	173.168
	SI Qualificação PME/Vale Inovação	556	12.865	9.613
	Projectos transitados do QCA III	6	999.580	168.050
<b>Total Geral</b>		<b>2.495</b>	<b>5.722.647</b>	<b>2.063.659</b>

Fonte: SI QREN

**Gráfico 4.13: Apoios à I&D e à Inovação, nos SI, por Sector de Actividade, 2007-2010**



Fonte: SI QREN.

Sectorialmente, salienta-se o peso da Indústria, designadamente no domínio da Inovação, e, em especial, nas CAE “25 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos” e “20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos”.

Cerca de 14% do incentivo concedido a projectos de I&D e de Inovação enquadram-se no sector do Turismo, designadamente em projectos da CAE “55 - Alojamento”.

A tabela 4.3 apresenta, para cada um dos domínios – I&D ou Inovação – as Divisões da CAE com mais incentivo aprovado. Na I&D, destacam-se as actividades de consultoria e programação informática e actividades relacionadas, com 19% do incentivo atribuído a projectos de I&D, enquanto na Inovação sobressai a CAE “55-Alojamento”, com 13%.

**Tabela 4.3: Apoios à I&DT e à Inovação, nos SI, por Medida, 2007-2010**

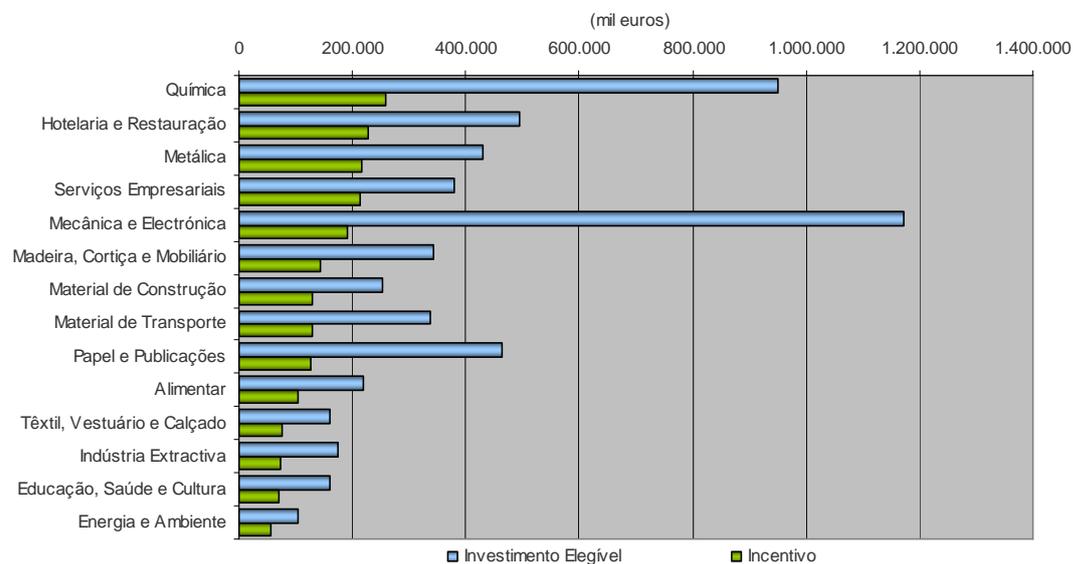
*Unid: Mil Euros*

I&DT		INOVAÇÃO			
CAE	Incentivo	CAE	Incentivo	CAE	Incentivo
62 - Consultoria e programação informática e actividades relacionadas	73.883	19%	55 - Alojamento	220.758	13%
72 - Actividades de investigação científica e de desenvolvimento	38.611	10%	25 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	137.540	8%
21 - Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas	34.033	9%	20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos	131.724	8%
71 - Actividades de arquitectura, de engenharia e técnicas afins; actividades de ensaios e de análises técnicas	26.115	7%	23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos	119.960	7%
25 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos	25.756	7%	17 - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	107.894	6%

Fonte: SI QREN

No gráfico seguinte apresentam-se os agrupamentos sectoriais com maior número de aprovações, destacando-se, em termos de incentivo, a Química e, de investimento elegível, a Mecânica e Electrónica.

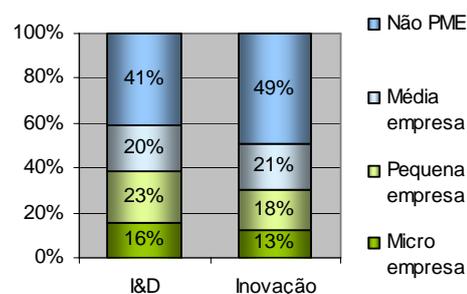
**Gráfico 4.14: Apoios à I&DT e à Inovação, nos SI, por Agrupamento, 2007-2010**



Fonte: SI QREN.

Relativamente à dimensão das empresas envolvidas, apesar da importância do investimento das Não PME (estas somam 67% do investimento elegível apoiado no domínio da I&DT e da Inovação), são as PME as que mais beneficiam em termos de incentivo, em particular no que respeita aos projectos de I&DT, em que estas absorvem cerca de 59% do mesmo e em que são particularmente importantes os projectos empresas de menor dimensão.

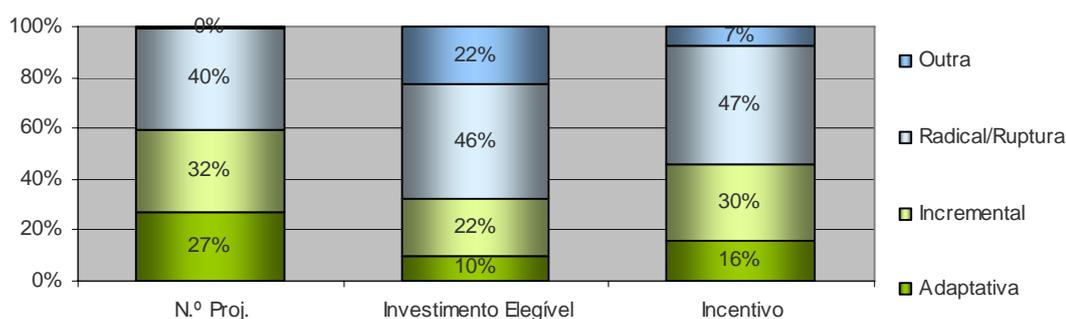
Gráfico 4.15: Apoios à I&DT e à Inovação, nos SI, por Dimensão da Empresa, 2007-2010



Fonte: SI QREN.

Quanto ao **tipo de inovação**, restringindo a análise aos projectos aprovados no SI Inovação, verifica-se que 40% dos mesmos, aos quais corresponde 46% do investimento elegível e 47% do incentivo, visam a inovação radical ou de ruptura, ou seja partem para produtos, serviços ou processos de produção totalmente novos para a empresa. Destes destacam-se, com maior incentivo, os agrupamentos “Química” e “Metálica”.

Gráfico 4.16: Apoios do SI Inovação, por Tipo de Inovação, 2007-2010

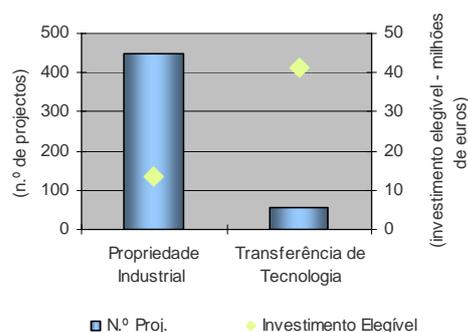


Fonte: SI QREN.

Relativamente à inovação adaptativa e incremental, são os projectos dos sectores da hotelaria e da restauração que contam com apoios superiores.

Considerando, agora, a totalidade dos projectos apoiados no SI Inovação e no SI PME (não apenas no domínio da I&DT e Inovação), verifica-se que 449 projectos possuem **investimentos em propriedade industrial e em marcas e insígnias**, envolvendo um montante elegível nesta área de 13,5 milhões de euros. No SI Inovação foram ainda apoiados mais 55 projectos com investimento em **transferência de tecnologia**, com um valor elegível superior a 41 milhões de euros.

**Gráfico 4.17: Projectos Aprovados e Investimento Elegível no domínio da Propriedade Industrial e Transferência de Tecnologia, 2007-2010**



Fonte: SI QREN.

As maiores despesas nestas áreas verificam-se nos agrupamentos “Química” e “Serviços Empresariais”.

A criação de conhecimento conta ainda com outro importante instrumento de apoio – o **SAESCTN**. No âmbito do COMPETE e tal como analisado no ponto 3.1 do Volume I deste relatório, foram aprovados, até ao final de 2010, 1.065 projectos de IC&DT com um investimento elegível de 129,6 milhões de euros e um incentivo de 90,7 milhões de euros.

As actividades de I&D e de forte conteúdo de inovação têm frequentemente associados níveis elevados de risco, que por vezes colocam em causa a realização de projectos com potencial para o crescimento das empresas. Neste sentido, através do apoio do **SAFPRI**, no valor de 152 milhões de euros, foi aprovada a constituição/reforço de 24 fundos de capital de risco e disponibilizada uma linha de financiamento a *business angels*, permitindo colocar à disposição das PME 277 milhões de euros para investimento em actividades inovadoras e de elevada intensidades tecnológica e/ou de conhecimento.

Destaca-se, em particular, o apoio para criação/reforço de 3 fundos – *Corporate Venture Capital*, no valor de 17,2 milhões de euros (8,5 milhões de euros provenientes do FINOVA), para o financiamento de projectos de investimento de criação de novas unidades com base em empresas de base tecnológica existentes.

## 5. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

<p><b>SI - Aprovações</b></p>	<p>584 projectos aprovados em CAE TIC, com 353 milhões de euros de investimento elegível e 189 milhões de euros de incentivo</p> <p>63% do total dos projectos aprovados com investimento elegível em Economia Digital, num montante de 850 milhões de euros</p>
<p><b>SI e SAMA COMPETE– Redes de Nova Geração</b></p>	<p>29 projectos apoiados</p> <p>30 milhões de euros de investimento elegível e 17 milhões de euros de incentivo</p>
<p><b>COMPETE - SIAC</b></p>	<p>8 projectos no âmbito da sociedade de informação, com investimento elegível superior a 3 milhões de euros</p>
<p><b>COMPETE - SAMA</b></p>	<p>158 projectos aprovados na área da modernização da Administração Pública (reengenharia e desmaterialização de processos, balcão único, interoperabilidade entre Sistemas de Informação)</p>
<p><b>EEC</b></p>	<p>28 projectos aprovados no PCT TICE, aos quais foram concedidos cerca de 23 milhões de euros de incentivo</p>



## 5. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Tecnologias de Informação e Comunicação e Inovação são dois domínios estreitamente interligados, quer pela relevância das actividades de I&DT e Inovação na criação de novas, mas modernas e mais eficientes TIC, quer pelas evidentes vantagens da adopção de TIC para o processo inovativo. De facto, o uso e a eficiência das tecnologias de informação e comunicação estimula a inovação, aumentando a velocidade de troca de informação, favorecendo a interligação das empresas, a eficiência organizacional e potenciando a criação de novas formas de negócio, secundarizando os limites da localização geográfica e potenciando a internacionalização. É uma aposta considerada actualmente indispensável para dar resposta aos desafios que a Europa enfrenta, nomeadamente ao nível do ambiente, da mobilidade, do envelhecimento da população e da acessibilidade, podendo aportar grandes mais-valias para o bem-estar dos cidadãos.

| 63

Segundo dados da Comissão Europeia, o sector das Tecnologias de Informação e Comunicação é directamente responsável por 5% do PIB europeu, mas o seu efeito sobre os restantes sectores económicos traduz-se num contributo muito superior sobre a produtividade e o crescimento.<sup>10</sup> As potencialidades que advêm da utilização das TIC justificam a aposta nas redes de nova geração, que permitirão a criação de novos e inovadores serviços, disponíveis nos mais diversos tipos de equipamento (*smartphone*, computador pessoal, rádio, televisão...) e nos quatro cantos do mundo.

A rapidez e a dinâmica impostas pelas TIC, colocam também um importante desafio à Europa e aos seus Estados-Membros – estar na linha da frente neste sector, sob o risco de sofrer um atraso considerável relativamente aos seus principais parceiros. Dados de 2007 comprovam que a despesa total de I&D nas TIC é muito inferior na Europa em comparação com os Estados Unidos (17% face a 29%)<sup>11</sup>, pelo que se exigirá um investimento forte neste domínio nos próximos anos. É neste contexto que no âmbito da Estratégia Europa 2020, a Comissão Europeia desenvolveu a iniciativa **“Uma Agenda Digital para a Europa”** (ver Caixa).

---

10 CE, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Concelho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Uma Agenda Digital para a Europa, COM (2010) 245 final/2, 26-08-2010, PT, pag.4

11 CE, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Concelho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Uma Agenda Digital para a Europa, COM (2010) 245 final/2, 26-08-2010, PT, pag.25

## Europa 2020 – Uma Agenda Digital para a Europa

Uma das sete iniciativas emblemáticas da Estratégia Europa 2020, a Agenda Digital tem como objectivo “extrair benefícios económicos e sociais sustentáveis de um mercado único digital, com base na *Internet* rápida e ultra-rápida e em aplicações interoperáveis”, de forma a que, através do recurso às TIC, se atinjam as metas de crescimento, sustentabilidade e coesão definidas para 2020.

Principais obstáculos identificados:

- Mercados digitais compartimentados (inexistência de um mercado único digital europeu);
- Falta de interoperabilidade entre componentes e aplicações;
- Cibercriminalidade crescente e risco de desconfiança nas redes;
- Falta de investimento em redes;
- Esforços insuficientes ao nível da investigação e da inovação;
- Falta de literacia e de qualificações em matéria digital;
- Oportunidades perdidas de resposta aos desafios societais.

Em resposta a estes sete obstáculos, foram definidos sete domínios, aos quais estão associadas várias acções:

- Um mercado único digital dinâmico (abrir o acesso aos conteúdos; simplificar as transacções em linha e transfronteiras; criar confiança na tecnologia digital; reforçar o mercado único dos serviços de telecomunicações);
- Interoperabilidade e normas (melhorar a normalização no domínio das TIC; promover uma melhor utilização das normas; melhorar a interoperabilidade através da coordenação);
- Confiança e segurança (combater a cibercriminalidade, reforçar a protecção e garantir o direito à privacidade e protecção de dados);
- Acesso rápido e ultra-rápido à *Internet* (garantir que a banda larga tenha uma cobertura universal e velocidades cada vez maiores; incentivar a instalação de redes de acesso da próxima geração; promover uma *internet* aberta e neutra);
- Investigação e Inovação (aumentar os esforços e a eficiência; impulsionar a inovação nas TIC tirando partido do mercado único; apoiar iniciativas do sector que visem uma inovação aberta);
- Literacia digital, qualificações em TIC e a inclusão na sociedade digital (aumentar a literacia e qualificações digitais; garantir serviços digitais inclusivos);
- Benefícios proporcionados pelas TIC à sociedade (utilizar as TIC na protecção do ambiente; promover, mediante o recurso às TIC, cuidados de saúde sustentáveis e de apoio e uma vida digna e autónoma para todos os cidadãos; promover a diversidade cultural e os conteúdos criativos; promover a Administração Pública em linha; utilizar as TIC para criar sistemas de transporte inteligentes e mais eficientes e maior mobilidade).

Para a concretização desta agenda está definido um vasto conjunto de acções, a concretizar mediante um modelo de governação que privilegia a cooperação e o debate com os Estados-membros, instituições europeias e outros interessados, cidadãos e empresas.

CE, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Uma Agenda Digital para a Europa, COM (2010) 245 final/2, 26-08-2010, PT

A nível nacional, em Novembro de 2010, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros<sup>12</sup> que aprova a “**Agenda Digital 2015**”, um programa de acção inserido no Plano Tecnológico, desenvolvido em torno de cinco áreas de intervenção prioritárias: Rede de Nova Geração, Melhor Governação, Educação de Excelência, Saúde de Proximidade e Mobilidade Inteligente. Das 26 medidas que compõem a Agenda, destaca-se, aqui, a adopção de uma rede de banda larga, com base em fibra óptica de alto débito, cujo acesso universal, para

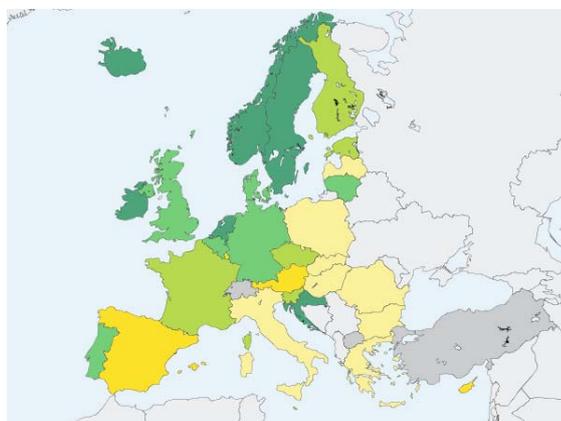
<sup>12</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2010, de 19 de Novembro, DR Série I, n.º 225.

além de trazer grandes vantagens para os cidadãos, potenciará o investimento em actividades de alto valor acrescentado, o investimento na investigação de novos produtos e serviços, na inovação e na internacionalização, aumentando a competitividade das empresas e das regiões.

Esta rede constituirá também uma mais-valia para a política de clusterização implementada em 2008 e, em particular, para o Pólo das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica, permitindo a criação de plataformas tecnológicas que disponibilizem serviços e a própria interacção entre empresas dos mesmos sectores/áreas de negócio.

A evolução verificada em Portugal neste domínio tem sido evidente nos últimos anos, com a maioria dos indicadores a apresentar melhorias: refira-se, por exemplo, o aumento de 75% nos agregados domésticos com acesso à *Internet* entre 2005 e 2010<sup>13</sup>, a existência de mais 20% das empresas que passaram a utilizar a *Internet* na sua relação com o Estado, entre 2005 e 2009<sup>14</sup>, e o aumento da despesa em TIC em percentagem do PIB de 6,1% em 2006 para 6,4% em 2009<sup>15</sup>.

Gráfico 5.1: Empresas (10 ou mais trabalhadores) com Encomendas *On-line* (+1% do total), 2009



% de empresas:



Nota: IS - dados2008. Fonte: Eurostat, *Country Profiles*, Fevereiro 2011.

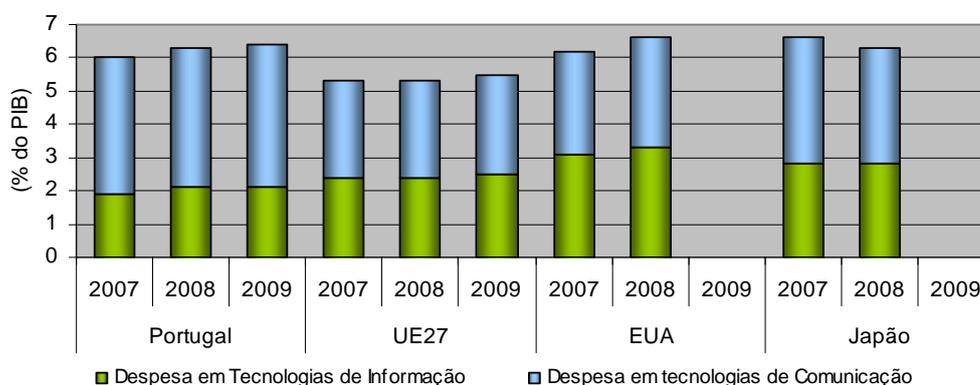
<sup>13</sup> INE, Agregados domésticos privados com pelo menos um indivíduo com idade entre 16 e 74 anos e com ligação à Internet em casa (N.º)

<sup>14</sup> EUROSTAT Database, Policy Indicators, Information society: Structural Indicators, Percentage of enterprises which use the Internet for interaction with public authorities

<sup>15</sup> EUROSTAT Database, Structural Indicators, ICT expenditure by type of product

De acordo com figura seguinte, Portugal regista, relativamente à despesa em TIC em percentagem do PIB, um peso muito superior à média da União Europeia (5,5%, em 2009). Esta diferença deve-se sobretudo à componente tecnologias de comunicação, que traduz o investimento efectuado na disseminação da *Internet* e da banda larga. Verifica-se uma tendência crescente nos investimentos nas TIC nos últimos anos, o que reflecte a importância deste domínio na economia, com a UE27 a assinalar um atraso face aos EUA e ao Japão.

**Gráfico 5.2: Despesas Totais em Tecnologias de Informação e de Comunicação**



Fonte: Eurostat; Database, Structural indicators, ICT expenditure by type of product

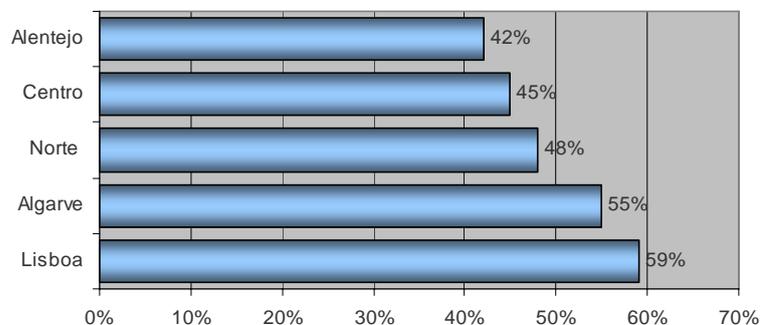
Mas mesmo com os progressos verificados em Portugal, verifica-se um atraso em alguns indicadores face à média da União Europeia: por exemplo, dados de 2009 revelam que o número de subscritores de *Internet* de banda larga por cada 100 habitantes era em Portugal de 17,6.% face a 23,9% na UE27<sup>16</sup>, sendo que, em termos do tipo de tecnologia, a fibra óptica tem uma importância ainda residual<sup>17</sup>; o número de indivíduos que utilizam a Internet na relação com o Estado é menor (30% na UE27 face a 21% em Portugal) e o nível de acesso da Internet das famílias é mais baixo (65% na UE27, 48% em Portugal).

**Em termos regionais**, o gráfico seguinte permite verificar a existência de alguma disparidade entre as NUTS II, com as regiões de convergência com um caminho a percorrer em relação a Lisboa e ao Algarve.

<sup>16</sup> Eurostat Database, Structural indicators, Broadband penetration rate, 2009

<sup>17</sup> Dados de Junho de 2009. OCDE, *Measuring Innovation – A New perspective* (2010): 86

Gráfico 5.3: Lares com acesso à Internet de banda larga por NUTS II, 2010

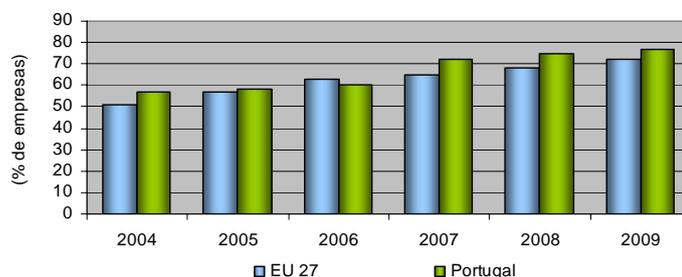


Fonte: Eurostat; Database, General and regional statistics, Households with broadband access, by NUTS 2 regions

Na **Administração Pública** tem sido bem visível, nos últimos anos, o esforço para introduzir as TIC nos vários serviços públicos, quer a nível organizacional, quer nos contactos com o cidadão, agilizando e simplificando, desmaterializando e eliminando procedimentos, reduzindo tempos e permitindo uma mais eficiente alocação de recursos. Portugal é actualmente, segundo o *ranking* europeu, um dos líderes da União Europeia em termos de número e sofisticação dos serviços públicos prestados aos cidadãos e empresas.<sup>18</sup>

O gráfico seguinte permite constatar um aumento da percentagem de empresas que interagem com o Estado através da Internet, que a partir de 2007 superou a média da UE27. A entrega de declarações fiscais electrónicas, a criação de empresas e de marcas, o pedido de certidões e alteração de registos, a prestação de informação empresarial são alguns dos exemplos de serviços on-line ao dispor das empresas.

Gráfico 5.4: Empresas que utilizam a Internet na Interação com o Estado, 2004-2009



Fonte: Eurostat; Database, Structural indicators, E-government usage by enterprises

<sup>18</sup> Portugal ocupa o primeiro lugar no ranking "EC eGovernment Benchmark 2009", quer no que respeita ao número como à sofisticação dos serviços públicos disponibilizados. Fonte: CAPGEMINI et al., 8th *Benchmark Measurement* (2009).

Quanto ao tipo de utilização, em 2009, cerca de 70% das empresas utilizam o *e-government* para obter e enviar formulários, 69% para obter informação e 56% para resolver todos os assuntos, percentagens em todos os casos superiores às registadas em media na União Europeia a 27.<sup>19</sup>

## 5.1 TIPOLOGIAS DE APOIO PREVISTAS

No âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN e do COMPETE, os sectores das TIC podem ser objecto de apoio por via dos seguintes instrumentos:

- Projectos de **qualificação das PME** (SI PME), apresentados individualmente ou em formato de projectos conjuntos, visando a introdução de novos modelos ou novas filosofias de organização do trabalho, o reforço das capacidades de gestão, a introdução de TIC, o redesenho e melhorias de *layout* e acções de *benchmarking*;
- Projectos de **I&DT empresarial** (SI I&DT), visando o fomento da Investigação & Desenvolvimento nas áreas das TIC;
- Projectos de **inovação produtiva** (SI Inovação), em que as TIC contribuem para aumentar a produtividade, designadamente via introdução de melhorias tecnológicas no processo produtivo;
- Projectos de **modernização da Administração Pública** (SAMA), visando promoção do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação e promovendo uma administração em rede, de forma a melhorar a interacção com os seus destinatários (empresas e cidadãos);
- **Ações Colectivas**, dinamizando redes de cooperação empresarial e o desenvolvimento da economia digital.

No âmbito das Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC) reconhecidas, refira-se, ainda, o Pólo de Competitividade e Tecnologia TICE.PT.

### Pólo de Competitividade e Tecnologia TICE.PT

O Pólo de Competitividade e Tecnologia TICE.PT tem como missão construir uma plataforma de concertação que envolva e mobilize os principais actores das TICE (Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica) nos processos de inovação, I&DT, transferência de conhecimento, formação avançada, desenvolvimento, produção e comercialização de produtos e serviços, *marketing* e internacionalização, com vista a tornar o país, até 2020, uma referência nesta área.

<sup>19</sup> Fonte: DPP, *Desenvolvimento Sustentável e Competitividade* (2010): 51

## 5.2 APOIOS CONCEDIDOS ATÉ FINAL DE 2010

No âmbito dos **Sistemas de Incentivos do QREN**, foram aprovados, até ao final de 2010, 584 projectos em actividades relacionadas com as TIC (o que representa 12% do total de projectos aprovados nestes instrumentos), envolvendo um investimento elegível de 353,2 milhões de euros e um incentivo de 189,4 milhões de euros. Destes, destacam-se as actividades de serviços intangíveis de tecnologias de comunicação e informação, com 81% dos projectos e 72% do incentivo, sendo também de salientar, no que respeita a investimento, os projectos de fabricação de TIC.

| 69

**Tabela 5.1: Apoios a Actividades no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação, 2007-2010**

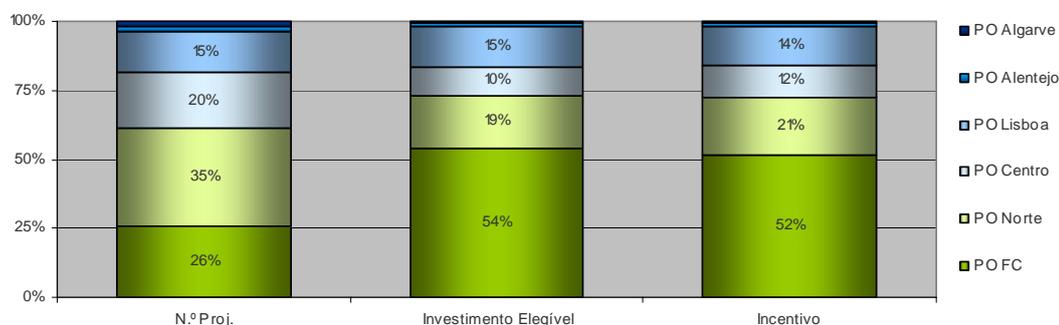
*Unid: Mil euros*

Tipo de Projectos	N.º Proj.		Investimento Elegível		Incentivo	
Fabricação TIC	91	16%	104.730	30%	50.481	27%
Serviços Intangíveis TIC	474	81%	243.515	69%	136.460	72%
Serviços relacionados a bens TIC	19	3%	4.968	1%	2.445	1%
<b>Total Geral</b>	<b>584</b>	<b>100%</b>	<b>353.213</b>	<b>100%</b>	<b>189.386</b>	<b>100%</b>
<b>% dos Apoios dos SI</b>		<b>12%</b>		<b>5%</b>		<b>8%</b>

Fonte: SI QREN

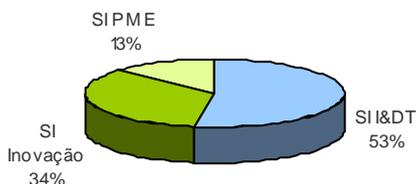
Por Autoridade de Gestão, é o PO Norte que reúne o maior número de projectos TIC, sendo que mais de metade do investimento elegível e do incentivo concedido a este tipo de actividades é atribuído pelo COMPETE.

**Gráfico 5.5: Projectos Aprovados nos SI em Sectores TIC, por Autoridade de Gestão, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

**Gráfico 5.6: Projectos Aprovados em Sectores TIC, por Sistema de Incentivos, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

Mas para além dos projectos inseridos em sectores TIC, importa ainda referir que muitos outros projectos comportam **investimentos na área da economia digital** e das tecnologias de informação.

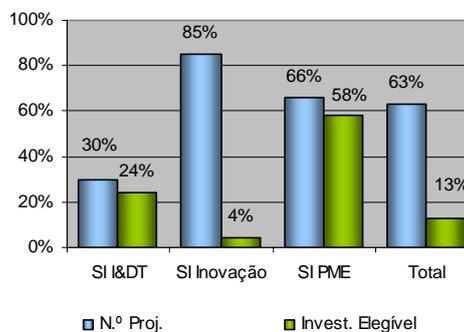
No total, 63% dos projectos aprovados nos SI QREN estão nestas condições, envolvendo mais de 850 milhões de euros de investimento elegível nesta área.

O gráfico 5.7 mostra a importância dos projectos com investimento em TIC nos três Sistemas de Incentivos. De realçar, que 85% dos projectos do SI Inovação possuem esta componente e o peso assumido pela mesma no SI PME, nomeadamente em termos de investimento elegível.

Em termos sectoriais (gráfico 5.8), destaque-se o elevado peso relativo que esta componente assume nos projectos dos sectores do Turismo (83% dos projectos aprovados apresentam investimentos nesta componente) e dos Transportes (82%) e, em termos de investimento elegível, no sector da Construção (74% do investimento elegível apoiado insere-se na tipologia Economia Digital), o que resulta também do facto deste sector não ser enquadrável no SI Inovação (que apoia projectos de maior dimensão).

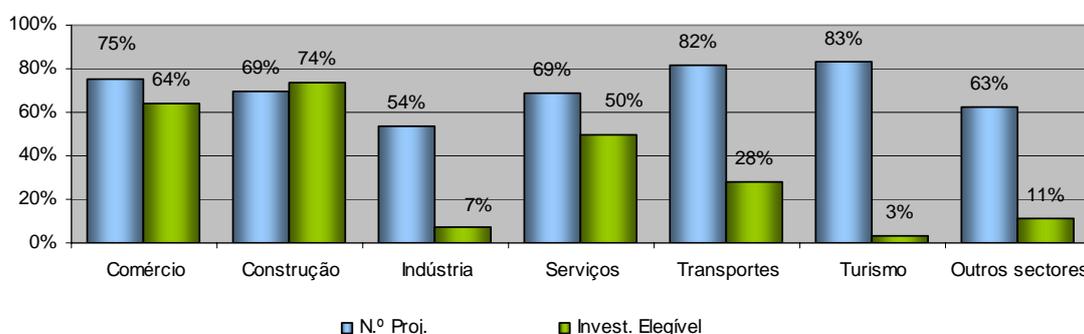
Por Sistema de Incentivo, mais de metade dos apoios a sectores TIC enquadram-se no SI I&DT, sendo que cerca de ¾ destes corresponde à CAE “62 - Consultoria e programação informática e actividades relacionadas”. No SI Inovação, para além da CAE 62 (41%), assume importância a CAE “26 - Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos” (36%). O SI PME engloba 13% dos apoios a TIC, 62% dos quais na CAE 62.

**Gráfico 5.7: Projectos Aprovados com Investimento em TIC, por Sistema de Incentivos, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

Gráfico 5.8: Projectos aprovados com investimentos em Economia Digital, nos SI, por Sector de Actividade, 2007-2010



Fonte: SI QREN.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2008, de 30 de Julho, e, já em 2010, a Agenda Digital 2015, colocam o investimento em **Redes de Nova Geração (RNG)** como uma prioridade estratégica para o País.

No âmbito dos Sistemas de Incentivos e com uma dotação orçamental de 41,7 milhões de euros, foram lançados 2 Avisos de Abertura de Concursos (AAC n.º 14/2009 e n.º 15/2009) visando o reforço da competitividade nacional assente em RNG, destinados a projectos de I&D individuais ou em co-promoção (SI I&DT) e a projectos de inovação produtiva ou de empreendedorismo qualificado (SI Inovação). No total, foram recepcionadas 65 candidaturas, dos quais 22 obtiveram parecer favorável, com um investimento elegível de 22,4 milhões de euros e um incentivo de 13 milhões de euros.

A estes valores acresce ainda, um concurso no âmbito da modernização da administração pública (SAMA - COMPETE), que conta com 7 projectos aprovados e mais de 4 milhões de euros de incentivo.

Tabela 5.2: Apoios a Redes de Nova Geração, 2007-2010

*Unid: Mil Euros*

	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI Inovação	1	1.422	924
SI I&DT	21	20.949	12.059
<b>Total Sistemas de Incentivos</b>	<b>22</b>	<b>22.372</b>	<b>12.983</b>
<b>SAMA COMPETE</b>	<b>7</b>	<b>7.897</b>	<b>4.050</b>
<b>Total SI + COMPETE</b>	<b>29</b>	<b>30.269</b>	<b>17.033</b>

Fonte: SI QREN

Ainda sobre os apoios na área das TIC, importa referir, no quadro do COMPETE, o **SAMA**, que tem como um dos seus objectivos principais a promoção do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação na Administração Pública, agilizando processos e melhorando o serviço prestado aos cidadãos e às empresas. Como exemplo de tipos de projectos já aprovados, refira-se, nesta área, a reengenharia e desmaterialização de processos, o desenvolvimento de mecanismos de interoperabilidade entre sistemas de informação, a criação de redes de relação e partilha de conhecimento, o desenvolvimento de infra-estruturas tecnológicas, o desenvolvimento de soluções de comunicação integradas, a disponibilização de serviços com tecnologias multi-canal para atendimento e/ou comunicação, o reforço da administração electrónica, entre outros (ver ponto 3.4 do Volume I).

Até final de 2010, foram aprovados 158 projectos no SAMA, com um valor de investimento elegível na ordem dos 399 milhões de euros, boa parte dos quais na área das TIC.

Também no **SIAC**, as TIC desempenham um papel estruturante na implementação de redes de cooperação empresarial e no desenvolvimento da economia digital. No COMPETE foram aprovados 8 projectos no âmbito da sociedade de informação, com um investimento elegível superior a 3 milhões de euros.

Destes, 3 estão inseridos no **PCT TICE**, aos quais acrescem 25 projectos de EEC no âmbito dos Sistemas de Incentivos. No total, até ao final de 2010, foram concedidos a projectos PCT TICE, cerca de 23 milhões de euros de incentivo.

---

## 6. DIVERSIFICAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

---

**SI - Aprovações**

598 projectos com investimentos elegíveis no domínio da diversificação e eficiência energética, num total de 118 milhões de euros

**SI - Tipologia de Projecto**

Perto de  $\frac{3}{4}$  do investimento elegível em energias da biomassa e solar

**COMPETE - SAESCTN**

67 projectos SAESCTN com intervenção neste domínio

**COMPETE - SIAC**

1 projecto e 1,4 milhões de euros de incentivo

**EEC**

6 projectos do PCT da Energia e do *Cluster* do Mar, num total de 4,7 milhões de euros de investimento elegível

---



## 6. DIVERSIFICAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Segundo a Comissão Europeia na sua comunicação Energia 2020 (ver caixa), “o desafio da energia será um dos maiores testes que a Europa terá que enfrentar”<sup>20</sup> nos próximos anos. Para se tornar mais competitiva, de uma forma sustentável, deverá reduzir a dependência energética face aos combustíveis fósseis (a União Europeia é o maior importador mundial de energia) e a vulnerabilidade às oscilações do mercado internacional, como também fomentar o desenvolvimento de novas fontes de energia, igualmente eficazes, mas mais limpas e apostar na eficiência energética, minimizando as emissões de carbono.

### Energia 2020

A comunicação “Energia 2020” define 5 prioridades principais e um conjunto de acções com vista a tornar a Europa mais eficiente e menos dependente em termos energéticos e na vanguarda da inovação tecnológica neste sector, contribuindo para um crescimento mais inteligente, sustentável e inclusivo:

- Atingir a eficiência energética na Europa:
  - Agir nos sectores com maior potencial de poupança energética (construção e transportes);
  - Reforçar a competitividade industrial, tornando a indústria mais eficiente (certificados energéticos);
  - Aumentar a eficiência no fornecimento de energia (produção e distribuição);
  - Maximizar o potencial dos Planos Nacionais de Eficiência Energética;
- Criar um mercado de Energia integrado e pan-europeu:
  - Implementação atempada e precisa da legislação do mercado interno de energia;
  - Definir o mapa da Infra-estrutura europeia para 2020-2030;
  - Simplificar processos de licenciamento e regulamentos para novas infra-estruturas;
  - Providenciar a existência de um enquadramento financeiro adequado;
- Promover o papel dos consumidores e atingir um maior nível de segurança:
  - Tornar a política energética mais amigável para o consumidor (aumentar a sua participação no mercado);
  - Implementar melhorias continuadas na segurança (extração, transporte, segurança nuclear,...);
- Alargar a liderança europeia nas tecnologias energéticas e na inovação:
  - Implementar o Plano Estratégico de Tecnologia Energética (SET Plan);
  - Lançar quatro novos Projectos Europeus (novas tecnologias para redes inteligentes, armazenamento de electricidade, investigação sobre biocombustíveis de segunda geração e parceria cidades inteligentes para promover a poupança de energia);
  - Assegurar a competitividade tecnológica da Europa a longo-prazo;
- Reforçar a dimensão externa do mercado europeu de energia:
  - Promover a integração dos mercados energéticos e regulamentos com os países vizinhos;
  - Estabelecer parcerias com parceiros estratégicos;
  - Promover o papel da Europa para a produção de uma nova energia limpa;
  - Promover a segurança nuclear e os standards internacionais de não proliferação.

CE, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Concelho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Energy 2020, COM (2010) 639 final, 10-11-2010, EN

<sup>20</sup> CE, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Concelho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, Energy 2020, COM (2010) 639 final, 10-11-2010, EN

Este esforço exigirá o empenho de todos os Estados-Membros, bem como um enorme investimento em I&D, em domínios tão distintos como o desenvolvimento de formas mais eficientes de aproveitamento das energias renováveis ou na engenharia de materiais que maximizem a optimização energética dos edifícios ou no desenvolvimento de redes e meios de transporte mais eficientes.

Neste contexto, importa referir a importância da operacionalização do **Plano Estratégico de Tecnologia Energética (SET Plan)**<sup>21</sup>, que tem como objectivo apoiar, através das Iniciativas Industriais Europeias (em áreas como as energias eólica, solar, redes eléctricas Inteligentes, bioenergia, nuclear, captura e armazenamento de CO2 e cidades inteligentes), acções de investigação e demonstração no âmbito da valorização e desenvolvimento de energias limpas, tornando-as competitivas face às restantes fontes energéticas.

Na caixa seguinte apresenta-se a última das sete iniciativas incluídas na estratégia Europa 2020, esta no domínio da Diversificação e da Eficiência Energética, que comprova o compromisso da União Europeia nesta área.

### Europa 2020 – “Uma Europa eficiente em termos de recursos”

“Uma Europa eficiente em termos de recursos” foi a última das sete iniciativas emblemáticas da estratégia Europa 2020 a ser aprovada. Tem como objectivo constituir um quadro de referência para políticas de longo-prazo que visem a transição para uma economia mais eficiente e hipo-carbonica.

Procura, mediante sinergias obtidas entre as mais diversas áreas da política económica (energia, alterações climáticas, I&D e Inovação, Indústria, Transportes, Agricultura e Pescas e Ambiente, materiais e matérias-primas), fomentar a utilização mais eficiente de recursos a fim de atingir os grandes objectivos da política europeia – “um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo”, nomeadamente através da redução da emissão de gases de efeito de estufa e da implementação de reformas que visem o aumento da segurança alimentar nos países em desenvolvimento e a diminuição da vulnerabilidade da Europa relativamente às oscilações das matérias-primas e de outras mercadorias.

Das acções já agendadas para 2011, destacam-se:

- Roadmap para uma Economia hipo-carbónica 2050;
- Plano de Eficiência Energética 2020;
- Livro branco sobre o futuro dos Transportes;
- Roadmap para a Energia 2050;
- Roadmap para uma Europa eficiente em termos de recursos;
- Reformas diversas (Agricultura, Pescas, Coesão, Energia e Transportes);
- Uma nova estratégia para a Biodiversidade da Europa para 2020;
- Medidas sobre os mercados de mercadorias e sobre matérias-primas.

CE, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – A resource-efficient Europe – Flagship initiative under the Europe 2020 Strategy, COM (2011) 21, 26-01-2011, EN; CE, Smarter use of scarce resources: Commission launches flagship initiative for sustainable growth, Europa Press Releases, [www.europa.eu](http://www.europa.eu), 26-01-2011

<sup>21</sup> CE, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, Investing in the Development of Low Carbon Technologies (SET-Plan), COM (2009) 619 final, 07-10-2009, EN

Em Portugal, foi aprovada em Abril de 2010<sup>22</sup>, a **Estratégia Nacional para a Energia 2020 (ENE 2020)**, que define as grandes linhas estratégicas para a área da Energia no horizonte de 2020 e que tem como principais objectivos:

- Reduzir a dependência energética do país face ao exterior para 74% (83,3% em 2008<sup>23</sup>);
- Reduzir em 20% o saldo importador energético;
- Apostar na criação de *clusters* energéticos, quer na área das renováveis e quer da eficiência energética;
- Garantir os compromissos externos assumidos pelo país, designadamente no âmbito do Pacote Energia Clima 20-20-20.

A ENE 2020 vem enquadrar o novo Plano Nacional de Acção para as Energias Renováveis (PNAER) e a revisão do Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE) – Portugal Eficiência 2015, aprovado em 2008, no sentido de alargar o seu horizonte temporal, introduzir novas medidas e reforçar as já existentes.

Os investimentos necessários para atingir as metas propostas, nomeadamente em termos de I&DT e Inovação, conferem ao domínio da energia grandes potencialidades de criação de valor e de emprego, consolidando a implementação do *cluster* das energias renováveis e o estatuto de referência do país nesta área e fomentando a criação de outros *clusters* associados. Refira-se que, em 2010, se prevê que as renováveis tenham contribuído em 39% para a produção de electricidade (face a 21% na EU 27 e 22% na EU 15).<sup>24</sup>

Estes investimentos, descentralizados no espaço, podem também ser determinantes para a promoção da equidade territorial, criando novas actividades, empregos e riqueza em regiões menos desenvolvidas.

Os gráficos seguintes permitem constatar o posicionamento do país face aos seus parceiros comunitários, no que se refere à produção de energia a partir de fontes renováveis – solar, hídrica e eólica, bem como à produção de electricidade.

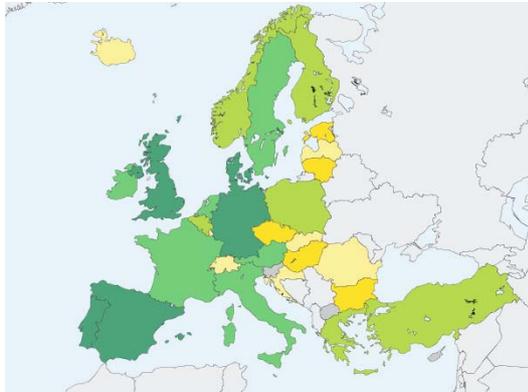
---

<sup>22</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2010 de 15 de Abril, DR – I Série, n.º 73

<sup>23</sup> DGEG, [www.dgge.pt](http://www.dgge.pt)

<sup>24</sup> Fonte: DPP, Desenvolvimento Sustentável e Competitividade (2010): 26

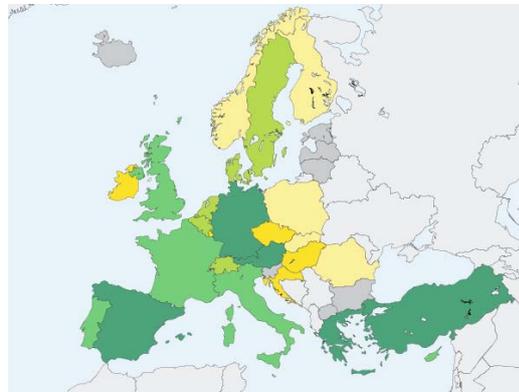
**Gráfico 6.1: Produção de Energia Primária (1.000 tep) – Energia Eólica, 2008**



0.0 - 5.0   5.0 - 21.0   21.0 - 149.0   149.0 - 489.0  
489.0 - 3489.0   N/A

Fonte: Eurostat, *Country Profiles*, Fevereiro 2011.  
Legenda: tep – tonelada equivalente de petróleo

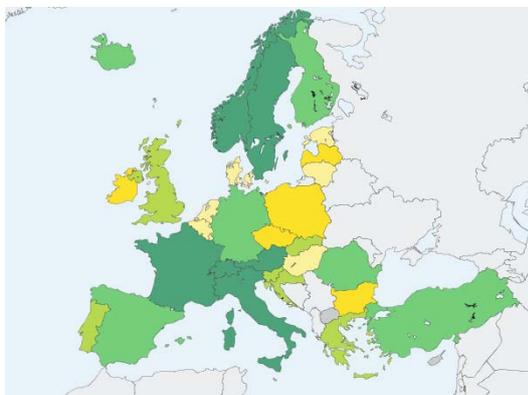
**Gráfico 6.3: Produção de Energia Primária (1.000 tep) – Energia Solar, 2008**



0.0 - 1.0   1.0 - 5.0   5.0 - 33.0   33.0 - 83.0  
83.0 - 735.0   N/A

Fonte: Eurostat, *Country Profiles*, Fevereiro 2011.  
Legenda: tep – tonelada equivalente de petróleo

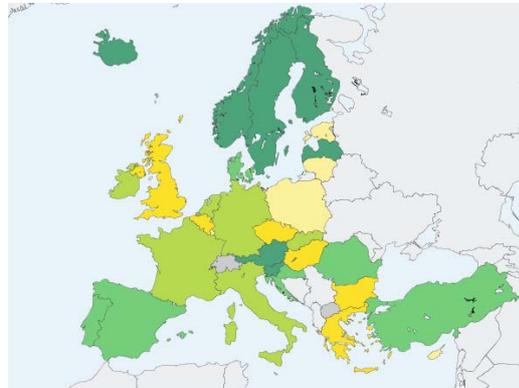
**Gráfico 6.2: Produção de Energia Primária (1.000 tep) – Energia Hídrica, 2008**



2.0 - 35.0   35.0 - 267.0   267.0 - 585.0  
585.0 - 2861.0   2861.0 - 11999.0   N/A

Fonte: Eurostat, *Country Profiles*, Fevereiro 2011. Legenda: tep – tonelada equivalente de petróleo

**Gráfico 6.4: Electricidade Gerada a partir de Fontes Renováveis, 2008**



% do consumo total de electricidade:

0.0 - 4.6   4.6 - 8.3   8.3 - 16.6   16.6 - 28.7  
28.7 - 109.4   N/A

Fonte: Eurostat, *Country Profiles*, Fevereiro 2011.

## 6.1 TIPOLOGIAS DE APOIO PREVISTAS

No âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN e do COMPETE, estão previstos vários tipos de apoio à Eficiência Energética e às Energias Renováveis:

| 79

- **Projectos de Inovação Produtiva e de Empreendedorismo Qualificado** (SI Inovação), sendo apoiada a instalação de sistemas energéticos para consumo próprio, utilizando fontes renováveis de energia, bem como auditorias energéticas, testes e ensaios na área de eficiência energética;
- **Projectos de Qualificação das PME** (SI Qualificação e Internacionalização das PME), apresentados individualmente ou em formato de projectos conjuntos, visando o aumento da eficiência energética e a diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis;
- Projectos para contratação de entidades pré-qualificadas para prestação de serviços de I&DT e Inovação a PME (**Vale I&DT e Vale Inovação**) visando a prestação de apoio especializado em sistemas energéticos, novas formas de energia, utilização de fontes renováveis e eficiência energética;
- **Projectos de I&DT Empresarial** (SI I&DT), visando o fomento da Investigação & Desenvolvimento nas áreas da eficiência energética e energias renováveis.

Para além dos Sistemas de Incentivos, estão ainda previstas no COMPETE outras tipologias de apoio:

- **Projectos de Acções Colectivas**, promovidos por entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos (Associações), visando o desenvolvimento de campanhas de sensibilização e de bens públicos ou colectivos na área da energia, designadamente para a eficiência energética;
- **Projectos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico**, promovidos por Entidades do Sistema Científico e Tecnológico, visando o fomento da investigação e alargamento da base de conhecimentos científicos nas áreas da eficiência energética e energias renováveis;

- **Fundos de Capital de Risco ou Outros Instrumentos de Financiamento das PME**, vocacionados para o aumento da eficiência energética e a diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis.

No âmbito das **Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC)** reconhecidas são de relevar, pelo *focus* no domínio específico da Energia e Eficiência Energética, o Pólo de Competitividade e Tecnologia (PCT) da Energia e o *Cluster* do Conhecimento e da Economia do Mar.

### **Pólo de Competitividade e Tecnologia da Energia**

O PCT da Energia tem como missão principal contribuir para o desenvolvimento em Portugal de um pólo de indústria, inovação e tecnologia em matéria energética, competitivo a nível internacional. Este pólo procura contribuir de forma relevante para as metas de política energética definidas pelo Governo e reforçar a competitividade do sector energético nacional no exterior, quer a nível industrial, quer a nível de investigação e tecnologia. Estabeleceu desta forma a sua actuação ao nível de 5 fileiras: energia *offshore*, energia solar, mobilidade sustentada, redes avançadas e eficiência energética

### **Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar**

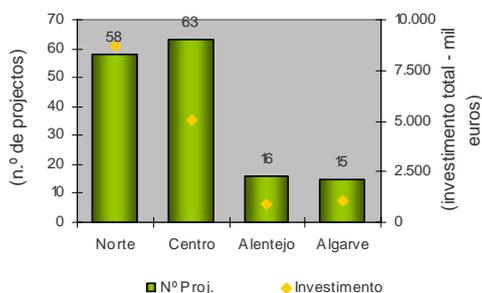
O Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar assenta a sua estratégia na valorização do recurso MAR, visando promover a modernização e a inovação das indústrias marítimas, do transporte marítimo, da actividade portuária e da logística, bom como o aproveitamento do potencial existente em matéria da energia das ondas e eólica *offshore*.

## **6.2 APOIOS CONCEDIDOS ATÉ FINAL DE 2010**

Uma das medidas que constituem a ENE 2020 insere-se directamente no âmbito do QREN e visa a criação de linhas de apoio para o investimento em energias renováveis e para a promoção da eficiência energética, o que veio a concretizar-se pela abertura, no primeiro semestre de 2010, do AAC n.º 03/2010 do SI Qualificação e Internacionalização de PME, dedicado ao **solar-térmico**.

Com uma dotação orçamental de 9,5 milhões de euros (5 milhões COMPETE), este Concurso apoia as empresas na concretização de projectos de eficiência energética e de utilização das energias renováveis, designadamente de instalação de sistemas solares térmicos para aquecimento de águas, de sistemas de climatização e de investimentos relacionados com a sua envolvente passiva.

Gráfico 6.5: Candidaturas ao Aviso 03/2010 – Solar Térmico, por NUTS II, 2010



Fonte: SI QREN

O concurso terminou a 30 de Novembro de 2010, não havendo, no final do ano, projectos aprovados. No total, foram recepcionadas 152 candidaturas, com um investimento na ordem dos 15,7 milhões de euros. Destacam-se as NUTS II Norte e Centro, a primeira em termos de investimento e a segunda em número de projectos. Refira-se ainda que perto de metade do investimento apresentado corresponde a projectos inseridos na divisão 55 da CAE –“Alojamento”.

| 81

Na sequência das orientações do PNAEE, tinham sido já lançados, em 2009, 2 concursos específicos para projectos nesta área:

- AAC n.º 17/2009: Qualificação de PME no âmbito do **Programa Energia Competitiva** na Indústria<sup>25</sup>, com o objectivo de apoiar as empresas no aumento da eficiência energética e na redução da correspondente factura energética;
- AAC n.º 18/2009, do SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado, que apoia a criação de **Empresas ESCO** – Empresas de Serviços de Energia, ou seja, empresas fornecedoras de serviços de energia e/ou eficiência energética com recurso a meios próprios, ou por si contratados, visando o aumento da poupança energética dos seus clientes.

Tabela 6.1: Candidaturas e Aprovações nos AAC n.º 17/2009 e n.º 18/2009, dos SI, 2007-2010

*Unid: Mil Euros*

Aviso	Candidaturas		Projectos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Invest. Elegível	Incantivo
17/2009	27	10.952	17	6.415	2.242
18/2009	5	11.784	3	1.794	1.060
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>22.736</b>	<b>20</b>	<b>8.209</b>	<b>3.303</b>

Fonte: SI QREN

<sup>25</sup> O Programa Energia Competitiva na Indústria insere-se no PNAEE e visa promover o aumento da eficiência energética por via da modificação dos processos de fabrico, da introdução de novas tecnologias e da mudança de comportamentos, concretizados através da dinamização da implementação de medidas transversais nos diferentes sectores de actividade dirigidas a quatro grupos tecnológicos: motores eléctricos, produção de calor e frio, iluminação e medidas de eficiência de processo.

No total, foram recepcionadas 32 candidaturas com um investimento proposto de 22,7 milhões de euros. Encontram-se aprovados 20 projectos, com um incentivo de 3,3 milhões de euros. No AAC n.º 17/2009, refira-se que mais de 1/3 do incentivo se dirige a empresas dos sectores Têxtil, Vestuário e Calçado.

Refira-se, ainda que, a revisão do PNAEE de 2010, vem reforçar o apoio às empresas de serviços de Energia (*Energy Saving Companies* – ESCO), com vista a criar um mercado de serviços de energia.

Para além destes AAC, directamente orientados para o domínio da diversificação e da eficiência energética, importa considerar todos os projectos apoiados com **despesas** nesta área. No total, são 598 projectos, repartidos pelas diferentes medidas dos Sistemas de Incentivos (Tabela 6.2), num montante próximo de 118 milhões de euros de investimento elegível.

**Tabela 6.2: Projectos e Investimento Elegível Aprovados nos SI, no domínio da “Diversificação e Eficiência Energética”, por Medida, 2007-2010**

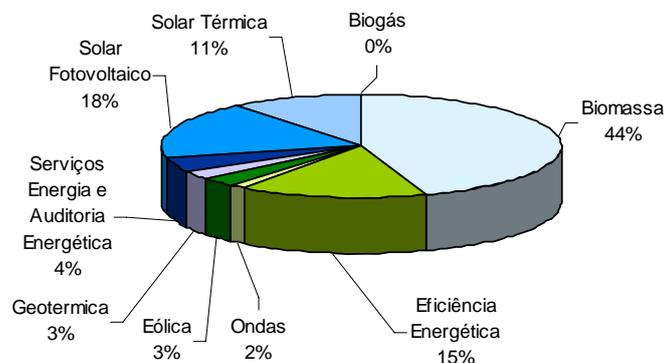
*Unid: Mil Euros*

Medida	N.º de Projectos	Invest. Elegível
SI I&DT/Projectos Individuais	2	1.572
SI I&DT/Projectos em Co-promoção	2	2.161
SI I&DT/Vale I&DT	10	275
SI Inovação/Inovação Produtiva	202	34.691
SI Inovação/Projectos do Regime Especial	2	1.258
SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	43	4.721
SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	323	25.436
SI Qualificação PME/Projectos Conjuntos	2	598
SI Qualificação PME/Vale Inovação	11	160
Projectos transitados do QCA III	1	47.000
<b>Total</b>	<b>598</b>	<b>117.873</b>

Fonte: SI QREN

A distribuição deste investimento por tipologia de intervenção aponta para a preponderância dos apoios à produção de energia a partir de biomassa, bem como para a importância da energia solar (solar térmica e solar fotovoltaica somam 29% do investimento elegível).

**Gráfico 6.6: Investimento Elegível no domínio da Energia e Eficiência Energética, por Tipologia de Intervenção, 2007-2010**

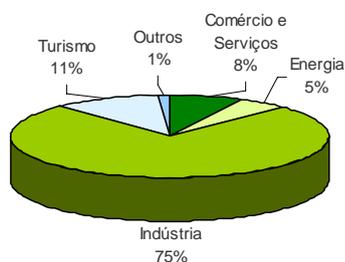


Fonte: Si QREN

Por sector de actividade, 75% do investimento elegível no domínio Energia e Eficiência Energética insere-se na Indústria, com particular incidência sobre a CAE “17 - Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos”, seguindo-se o Turismo, onde assumem destaque os projectos na CAE do Alojamento.

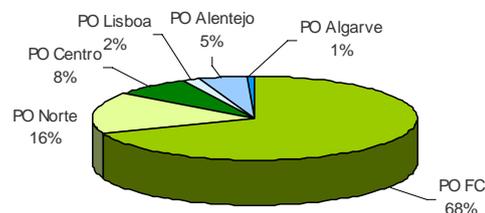
Por Autoridade de Gestão, é no COMPETE que se insere a maior parcela de investimento no domínio da energia e da eficiência energética. Segue-se o PO Norte, com 16% das despesas elegíveis.

**Gráfico 6.7: Investimento Elegível Apoiado nos SI, no domínio da Diversificação e Eficiência Energética, por Sector de Actividade, 2007-2010**



Fonte: Si QREN

**Gráfico 6.8: Investimento Elegível Apoiado nos SI, no domínio da Diversificação e Eficiência Energética, por Autoridade de Gestão, 2007-2010**



Fonte: Si QREN

Destes projectos, 5 inserem-se no **PCT da Energia** e 1, no **Cluster do Mar**, num total de 4,7 milhões de euros de investimento elegível.

Para além dos Sistemas de Incentivos, há a considerar os apoios à envolvente no âmbito do COMPETE:

- **SAESCTN:** conta com 67 projectos de I&DT aprovados (5 milhões de euros de incentivo), com investimentos no domínio da energia e da eficiência energética, sendo de referir muitos outros com intervenção ao nível das alterações climáticas, engenharia de materiais e ambiente.
- **SIAC:** refira-se a aprovação de um projecto SIAC animação para o PCT da Energia, num montante de incentivo de 1,4 milhões de euros.

## 7. EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO E APOIO ÀS PME

<p><b>SI - Apoios ao Empreendedorismo Qualificado</b></p>	<p>207 projectos e 106 milhões de euros de incentivo no SI Inovação 154,5 milhões de euros de investimento elegível</p>
<p><b>SI - Apoios a empresas novas ou nascentes</b></p>	<p>Cerca de 900 empresas novas ou nascentes (menos de 3 anos) apoiadas</p>
<p><b>SI - Apoios a PME</b></p>	<p>Mais de 2000 projectos aprovados Perto de 1,6 mil milhões de euros de investimento elegível e 1,5 mil milhões de euros de incentivo</p>
<p><b>COMPETE - SAFPRI</b></p>	<p>24 fundos de capital de risco e 1 linha de financiamento a <i>business angels</i>, num montante total de 277 milhões de euros para financiamento de projectos 3.755 PME abrangidas, num total de 1,3 mil milhões de euros de financiamento nas Linhas PME Investe I e II</p>
<p><b>COMPETE - SIAC</b></p>	<p>15 projectos e 8,8 milhões de euros de investimento elegível</p>



## 7. EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO E APOIO ÀS PME

Segundo dados do Eurobarómetro de 2009 sobre Empreendedorismo<sup>26</sup>, quando questionados sobre as suas preferências sobre o tipo de emprego, 50,8% dos portugueses preferem ser empregadores e apenas 39,1% trabalhadores por conta de outrem (na UE-27, as percentagens são de 45,1% vs. 49,1%, respectivamente). Dos que responderam preferir ser empregadores, 74,9% justificam-no pela maior independência pessoal/concretização pessoal/trabalho interessante (68% na UE-27). Quanto à possibilidade de vir a ser empregadores, dos que são trabalhadores por conta de outrem, apenas 18,4% consideram essa possibilidade como possível (28,1% na UE-27). Os que não consideram essa possibilidade justificam-no pela falta de recursos financeiros (31,6% em Portugal vs. 23,6% na UE-27), sendo que a actual situação económica também tem alguma influência (24,3% em Portugal face a 11,6% na UE-27). Segundo os dados apresentados, apesar do estatuto de empresário ser apelativo, em Portugal, são relativamente poucos (em comparação com a UE) os que pensam passar efectivamente à criação da sua própria empresa.

| 87

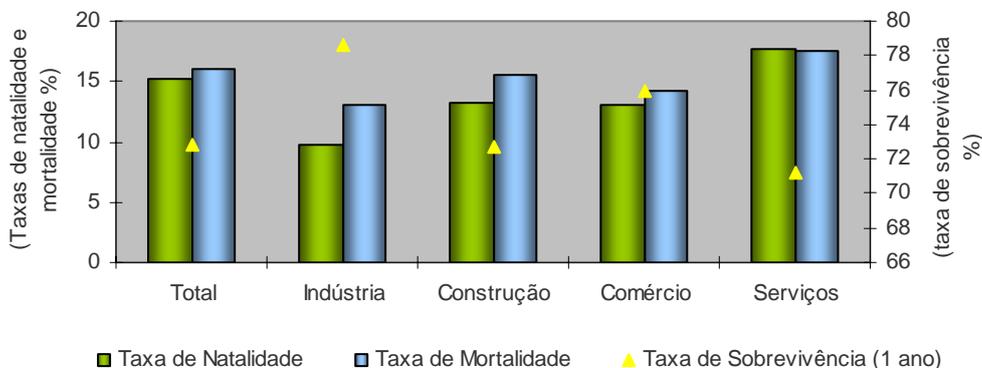
O empreendedorismo e a criação de empresas podem contribuir positivamente para o aumento da competitividade das economias, por via do aumento da concorrência, gerando ganhos de eficiência nos mercados, substituindo empresas obsoletas, por outras mais modernas e competitivas, pela criação de emprego, incluindo o do próprio empresário (factor cada vez mais importante no actual contexto de elevadas taxas de desemprego) e pela possibilidade de aposta em ideias e actividades inovadoras, aproveitando e criando oportunidades nos mercados.

Assim sendo, o ciclo de **nascimento e morte das empresas** assume um papel determinante na renovação do tecido empresarial, constituindo um processo contínuo de selecção natural das mais rentáveis e eficientes e podendo conduzir a uma alteração da estrutura produtiva da economia em direcção a actividades de futuro.

Este processo está, no entanto, condicionado pelos custos de entrada e saída do mercado, na medida em que quanto maiores estes forem, menor é o dinamismo e a rotatividade empresariais. De acordo com o gráfico 7.1, as empresas do sector da indústria, com maiores custos de implementação, apresentam menor natalidade, menor mortalidade e maior taxa de sobrevivência ao fim do 1.º ano, do que as dos serviços, que, pelo contrário, apresentam taxas de natalidade e mortalidade mais elevadas e menores taxas de sobrevivência.

<sup>26</sup> The Gallup Organization, *Entrepreneurship in the EU and beyond*, (2010)

**Gráfico 7.1: Taxas de Natalidade, de Mortalidade e de Sobrevivência de Empresas, por Sector de Actividade, 2007**

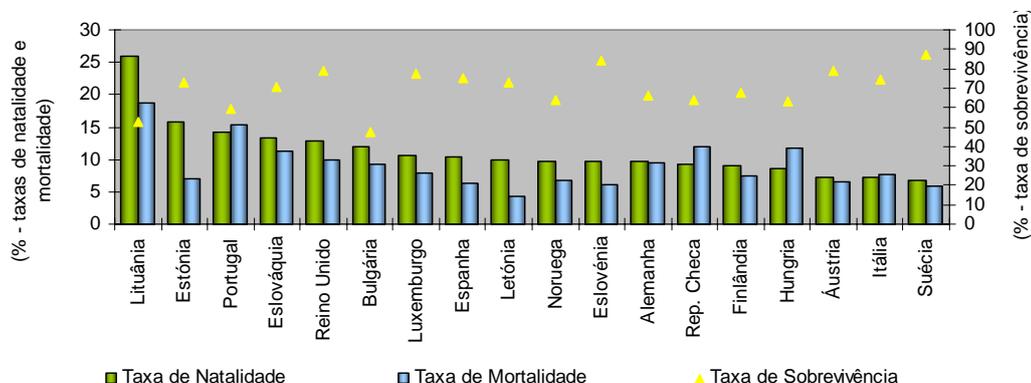


Fonte: INE., Demografia das Empresas. Taxa de Mortalidade referente a 2006. O mesmo sucede com as empresas com mais trabalhadores – maiores são os custos de saída, menor é a rotatividade.

Da mesma forma, para além dos custos inerentes às características da própria actividade, assume particular importância, o papel das instituições, eliminando e minimizando barreiras à entrada e à saída. Em Portugal, a criação de mecanismos como a “empresa na hora” agilizou o processo de criação de empresas, diminuindo o tempo e os custos necessários para o fazer e, conseqüentemente, contribuindo para a elevada taxa de natalidade de empresas verificada (gráfico 7.2).

Constata-se, no entanto, que a taxa de mortalidade é também das mais elevadas em comparação com outros países europeus (no ano em análise no gráfico 7.2), foi superior à da natalidade, o que significa uma diminuição do número de empresas na economia), sendo que a taxa de sobrevivência é também relativamente baixa. Das várias razões que poderão estar na base destas taxas, salienta-se o processo de reestruturação do tecido empresarial português (provocado pela concorrência internacional e em especial das economias emergentes e em actividades de baixo valor acrescentado), a existência de dificuldades por parte dos novos empresários em fazer crescer os seus negócios (por exemplo, em termos de financiamento, de recursos humanos qualificados ou de saída para novos mercados) e a eventual aposta em actividades pouco rentáveis.

Gráfico 7.2: Taxas de Natalidade, de Mortalidade e de Sobrevivência de Empresas, 2006



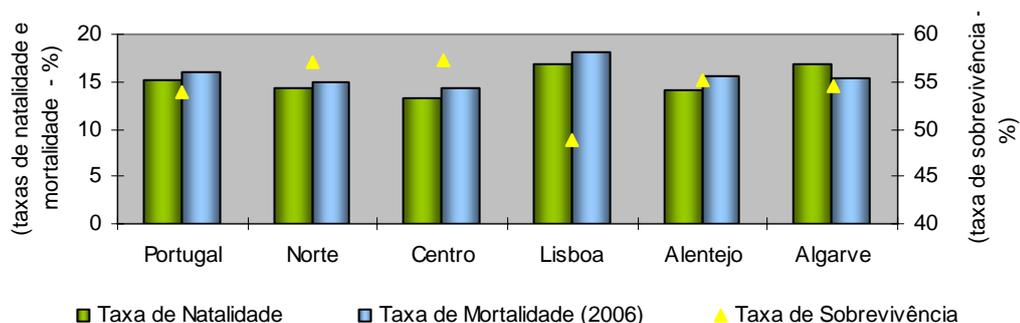
Fonte: Eurostat; Database, Business demography statistics,

Notas: Taxa de natalidade: N.º de nascimentos de empresas /N.º de empresas activas; Taxa de Mortalidade: N.º de mortes de empresas/N.º de empresas activas; Taxa de Sobrevivência: N.º de empresas nascidas no ano n-2 sobreviventes no ano n/n.º de nascimentos em n-2;

Dados previsionais para as taxas de Mortalidade da República Checa; Bulgária; Itálica, Lituânia, Hungria, Portugal e Noruega.

Por região, verifica-se um maior dinamismo em Lisboa, com uma renovação maior nas empresas. Norte, Centro e Alentejo apresentam uma taxa de sobrevivência superior à média nacional.

Gráfico 7.3: Taxas de Natalidade, Mortalidade e Sobrevivência de Empresas por NUTS II, 2007



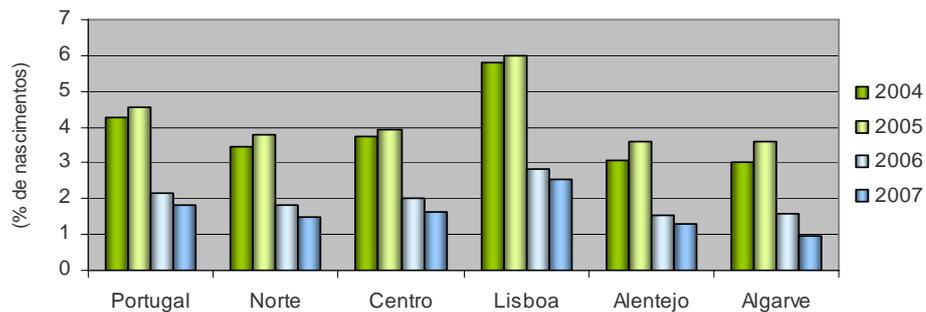
Fonte: INE, Indicadores de Contexto do QREN, Taxa de natalidade (%) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Actividade económica (CAE Rev. 2.1); Anual; Taxa de mortalidade (%) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Actividade económica (CAE Rev. 2.1); Anual; Taxa de sobrevivência (%) das empresas nascidas 2 anos antes por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Actividade económica (CAE Rev. 2.1); Anual

Notas: Taxa de natalidade: N.º de nascimentos de empresas /N.º de empresas activas; Taxa de Mortalidade: N.º de mortes de empresas/N.º de empresas activas; Taxa de Sobrevivência: N.º de empresas nascidas no ano n-2 sobreviventes no ano n/n.º de nascimentos em n-2;

Os resultados do processo de renovação empresarial poderão ser tão melhores quanto o tipo de novas actividades que dele resultam. Neste âmbito, seria importante a criação de empresas inovadoras, com um elevado grau de qualificação dos seus recursos humanos e que apostem em factores dinâmicos de competitividade, criando emprego e valor

acrescentado para a economia. No que concerne aos nascimentos em sectores de alta e média alta intensidades tecnológicas, os resultados dos últimos anos (2006 e 2007) não se apresentam muito animadores, não obstante ter-se verificado um aumento de nascimentos de empresas (gráfico 7.4).

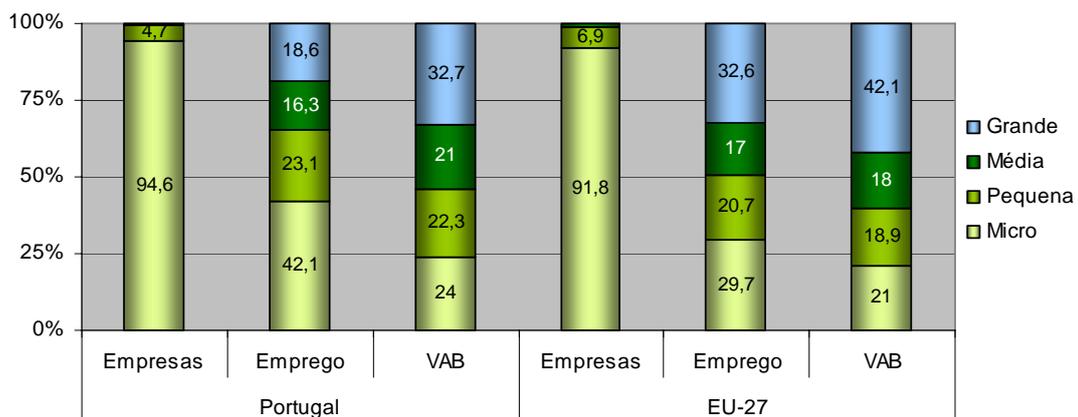
**Gráfico 7.4: Nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia, 2004-2007**



Fonte: INE, Indicadores de Contexto do QREN, Proporção dos nascimentos de empresas em sectores de alta e média-alta tecnologia (Série CAE Rev. 2.1 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual (1)

Apoiar o empreendedorismo e fomentar o crescimento das empresas assume-se, assim, como fundamental. Em Portugal e na Europa a 27, os números (gráfico 7.5) comprovam o imenso potencial inerente às **PME**, não só pelo número de empresas (próximo dos 100%), mas também em termos de emprego e de valor acrescentado (em Portugal, em 2006, representavam 81,4% do emprego e 67,3% do VAB).

**Gráfico 7.5: Estrutura Empresarial por Dimensão da Empresa, Portugal e UE-27, 2006**



Nota: Dados relativos a empresas não financeiras. Estimativas com base em dados do Eurostat 2006. Fonte: CE, Ficha Informativa relativa ao SBA Portugal, 2009.

É neste contexto que a Comissão Europeia tem vindo a colocar, com iniciativas como o **Small Business Act (SBA)**, adoptado em 2008 e a ser revisto em 2011, as PME no primeiro plano da política da União. Medidas que visem, designadamente:

- Criar um ambiente empresarial mais favorável, reduzindo a burocracia e diminuindo as despesas administrativas;
- Premiar, valorizar e incentivar o empreendedorismo desde os primeiros anos da escola;
- Facilitar o acesso ao financiamento, através de soluções inovadoras de capital de risco, microcréditos e de outras soluções especificamente adaptadas às suas necessidades;
- Agilizar os processos de pagamento;
- Minimizar os obstáculos à participação em processos de contratação pública;
- Incentivar a internacionalização, uniformizando processos e normas e promovendo soluções de consultoria e o acesso à informação;
- Investir na qualificação dos jovens e nas competências dos empresários e colaboradores, em áreas como a I&D e a inovação;
- Investir nas oportunidades conferidas pelos desafios ambientais, promovendo a certificação ambiental e a eficiência energética e a aposta em produtos/processos “verdes”

podem contribuir para o crescimento das PME e para maximizar os seus contributos para os objectivos da União Europeia, no quadro da Estratégia Europa 2020.

De acordo com o gráfico 7.5 (página anterior), em Portugal, o peso das empresas de menor dimensão, especialmente de microempresas, e em particular em termos de emprego, é superior à média da UE. Dados da mesma fonte revelam também que as taxas de crescimento de empresas, emprego e VAB têm vindo, principalmente a partir de 2004, a ser mais altas que a média dos nossos parceiros comunitários. Ainda segundo dados da Comissão de 2008, da EU-15, Portugal é, depois da Grécia, o país em que o número médio de pessoas por empresa é menor (cerca de 4 trabalhadores, face aos mais de 10 no Reino Unido, Irlanda e Alemanha)<sup>27</sup>. Estes indicadores conferem ainda uma maior relevância às

---

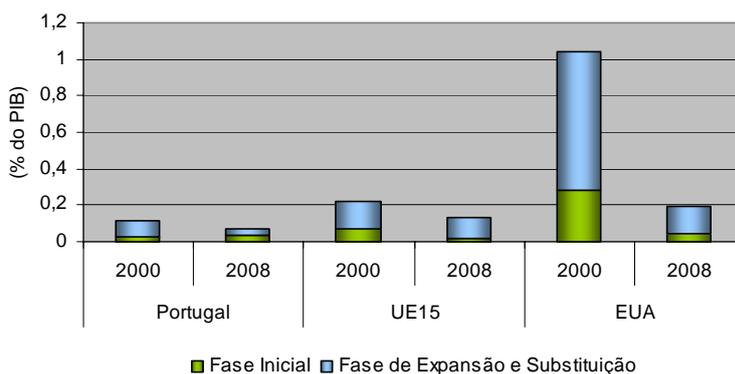
<sup>27</sup> Direcção-Geral da Empresa e Indústria, *European SMEs under Pressure: Annual Report on EU Small and Medium-Sized enterprises 2009/2010* (2010): 20

políticas de apoio às PME no quadro nacional e ao seu potencial na contribuição para a competitividade e para o crescimento do país.

Da análise da aplicação dos princípios do SBA resulta que Portugal está acima da média nas áreas “Empreendedorismo” (com melhores performances designadamente nos indicadores “grau de contribuição do ensino escolar para o desenvolvimento do empreendedorismo”, “índice de actividade empresarial” e “número de pessoas com perspectivas de iniciar uma empresa nos próximos 3 anos”), e “Administração Responsável” (graças ao elevado número de serviços públicos disponíveis *on-line*, ao menor tempo e custos necessários para a criação de empresas e ao número de dias e procedimentos necessários para registar uma propriedade), na média nas áreas “Mercado Único”, “Skills e Inovação” e “Internacionalização” e abaixo da média no “Financiamento” (e aqui contribuem para este resultado as taxas de juro mais elevadas, os atrasos nos pagamentos e as dificuldades na obtenção de crédito).

Num contexto de contracção económica e em que a incerteza nos mercados financeiros contribui para o aumento das restrições ao crédito, em particular para as empresas, a existência de formas inovadoras de financiamento constitui uma importante alternativa, principalmente para quem quer constituir a sua empresa e em particular nas áreas de forte intensidade tecnológica. Em Portugal, o recurso ao **capital de risco** ainda é incipiente (em 2008, 0,068% do PIB), principalmente em comparação com a Europa (EU15 – 0,131%) e com os Estados Unidos (0,198%).

Gráfico 7.6: Investimento em Capital de Risco, 2000-2008



Fonte: DPP, *Desenvolvimento Sustentável e Competitividade*, (2010): 57

São particularmente importantes os *business angels*, boa parte deles empresários de sucesso, que aliam ao financiamento a sua experiência de negócios. Segundo dados da

OCDE<sup>28</sup>, em 2007, estimavam-se em 10 as redes/grupos de *business angels* em actividade em Portugal (um número superior ao registado em muitos dos nossos parceiros comunitários).

Muitos dos princípios do SBA e da política para as PME estão incorporados nos objectivos da Agenda da Competitividade do QREN. O COMPETE, em articulação com os Programas Regionais do Continente (ver Cap. 1 deste Volume), tem contribuído para a dinamização das pequenas e médias empresas e para a melhoria do seu contexto económico, sendo de destacar o número de PME apoiadas, designadamente nas áreas do empreendedorismo, da I&D e Inovação e da Internacionalização, os projectos de modernização da Administração Pública, o apoio ao capital de risco, com destaque para as Linhas PME Investe I e II e para o apoio a *business angels* e para os projectos de articulação entre empresas e entre estas e entidades da envolvente.

## 7.1 TIPOLOGIAS DE APOIO PREVISTAS

No âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN e do COMPETE, os apoios dirigidos ao fomento do empreendedorismo são disponibilizados por via dos seguintes instrumentos:

- **Sistemas de Incentivos (SI Inovação, SI I&DT, SI PME):** Apoio através de uma tipologia específica do SI Inovação a projectos que sejam classificados como “Empreendedorismo Qualificado”, bem como a outros projectos promovidos por empresas novas e nascentes (até 3 anos de actividade);
- **SAFPRI:** Apoio através da prestação de garantias, *business angels*, fundos de capital de risco específicos e outros instrumentos financeiros a empresas novas e nascentes;
- **Acções Colectivas:** Apoio através de projectos colectivos de dinamização do espírito empresarial e do empreendedorismo;
- **Modernização Administrativa:** Apoio através de projectos de modernização da administração pública central com vista à simplificação do processo de criação de empresas.

---

<sup>28</sup> OCDE, *Measuring Innovation: a new perspective* (2010): 67

## 7.2 APOIOS CONCEDIDOS ATÉ FINAL DE 2010

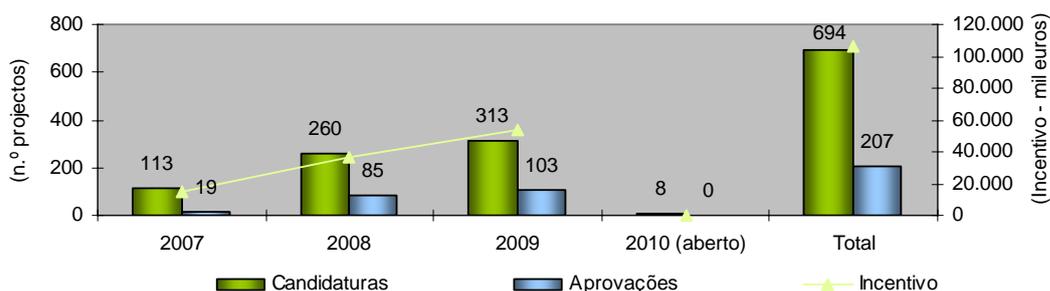
### 7.2.1. Apoios ao Empreendedorismo Qualificado (SI Inovação)

| 94

Nos **Sistemas de Incentivos do QREN** e, mais concretamente, no SI Inovação, foram lançados, até ao final de 2010, 10 concursos específicos para apoio ao Empreendedorismo Qualificado, com uma dotação inicial prevista superior a 214 milhões de euros.

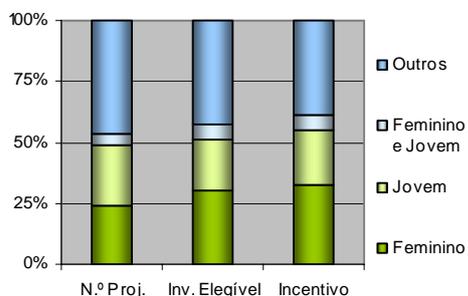
Em 2010, foi aberto apenas um AAC, ainda a decorrer para além de 31 de Dezembro. De 2007 a 2009, verificou-se um aumento da procura (gráfico 7.7), encontrando-se aprovados, até ao final do ano, 207 projectos, com um investimento elegível de 154,5 milhões de euros e um incentivo próximo dos 106 milhões de euros.

Gráfico 7.7: Apoios ao Empreendedorismo Qualificado, por Ano de Concurso, 2007-2010



Fonte: SI QREN

Gráfico 7.8: Apoios ao Empreendedorismo Qualificado, por tipologia, 2007-2010



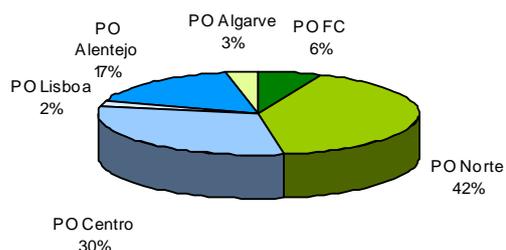
Fonte: SI QREN

Para além do AAC n.º 24/2008, dedicado exclusivamente ao empreendedorismo feminino, estão previstas majorações no SI Inovação para projectos de empreendedorismo feminino e/ou jovem. Até ao final do ano, estes representavam mais de metade dos projectos e cerca de 60% do incentivo concedido ao abrigo deste instrumento, destacando-se, sobretudo os projectos liderados por mulheres (gráfico 7.8).

A afectação dos projectos por Autoridade de Gestão (gráfico 7.9), revela a preponderância dos PO Regionais Norte e Centro, que absorvem 72% dos apoios. O peso do COMPETE é relativamente baixo, o que resulta da repartição de projectos com os PO Regionais, realizada com base na dimensão da empresa, e do facto da maior parte das empresas nascerem como micro ou pequenas empresas.

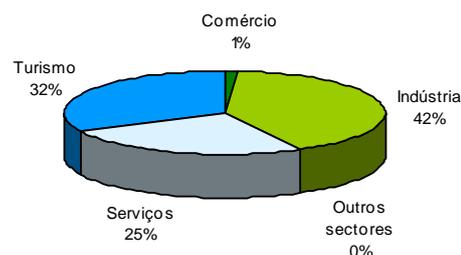
Por sector, ressalta o peso da Indústria (42%), seguindo-se o Turismo (32%) e os Serviços (25%). Por CAE, só as divisões “55 – Alojamento”, “23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos” e “25 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos” “62 - Consultoria e programação informática e actividades relacionadas” somam mais de metade do incentivo concedido.

**Gráfico 7.9: Apoios ao Empreendedorismo Qualificado, por AG, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

**Gráfico 7.10: Apoios ao Empreendedorismo Qualificado, por Sector, 2007-2010**

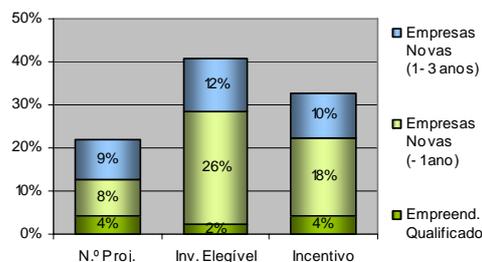


Fonte: SI QREN

### 7.2.2. Apoios a empresas novas e nascentes

Somando os apoios directos ao empreendedorismo, com os apoios a empresas novas (até 3 anos à data da candidatura), obtemos perto de 900 empresas apoiadas, a que correspondem 22% dos projectos, 41% do investimento elegível e 33% do incentivo aprovado. Os dados relativos às empresas com menos de 1 ano reforçam o papel dos apoios dos SI às fases iniciais do seu ciclo de vida.

**Gráfico 7.11: Apoios a Empresas Novas e Nascentes, por Região, 2007-2010**

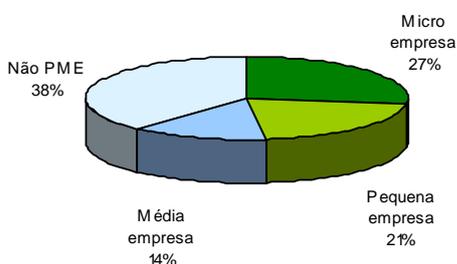


Fonte: SI QREN

Estes apoios concentram-se sobretudo no SI Inovação (86% do total), seguindo-se o SI I&DT (9%) e o SI PME (6%).

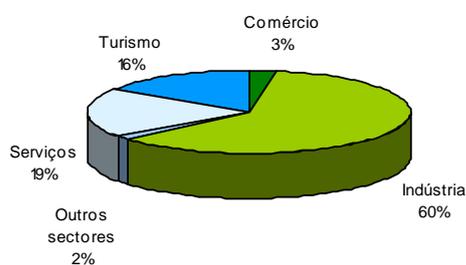
Os gráficos seguintes apresentam a repartição do incentivo aprovado por região e por sector de actividade, sendo de relevar o peso das PME (62% do total) e da Indústria, com destaque para os Agrupamentos “Metálica”, “Mecânica e Electrónica” e “Química”, com mais de metade dos apoios ao sector.

**Gráfico 7.12: Apoios a empresas novas e nascentes, por dimensão, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

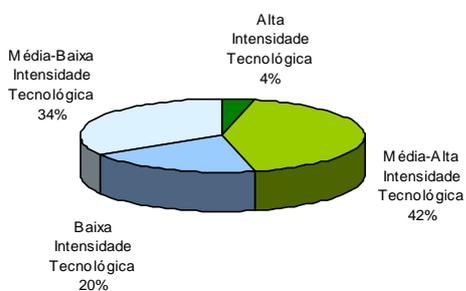
**Gráfico 7.13: Apoios a PME, por Sector de Actividade, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

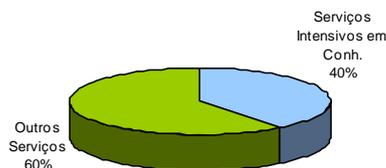
As actividades de alta e média-alta intensidades tecnológicas correspondem a 46% dos apoios à Industria Transformadora e os serviços intensivos em conhecimento, 40% do incentivo a projectos nos sectores dos Serviços, Comércio e Turismo.

**Gráfico 7.14: Apoios a Empresas Novas e Nascentes da Indústria Transformadora, por Intensidade tecnológica, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

**Gráfico 7.15: Apoios a Empresas Novas e Nascentes dos Serviços, por Intensidade de Conhecimento, 2007-2010**



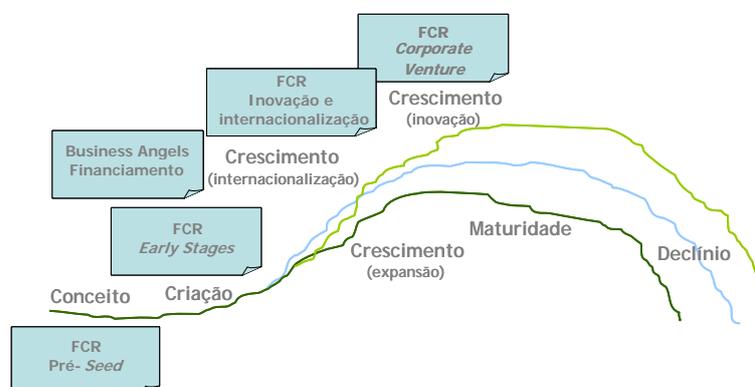
Fonte: SI QREN

No que concerne aos apoios ao empreendedorismo importa ainda referir, no quadro do COMPETE, os projectos de **acções colectivas**. Neste âmbito estão previstos apoios ao empreendedorismo e espírito empresarial, à identificação e divulgação de redes de suporte ao empreendedorismo, a programas de criação de empresas em sectores com maior valor acrescentado e à promoção de empreendedorismo em públicos alvos específicos (feminino e jovem). Até ao final de 2010, foram aprovados 15 projectos SIAC nesta temática, envolvendo um investimento elegível de cerca de 8,8 milhões de euros.

| 97

O **capital de risco** constitui uma importante ferramenta de apoio ao empreendedorismo e às fases iniciais do ciclo de vida das empresas. Neste sentido, é de salientar a participação do FINOVA, com o apoio do COMPETE, na constituição/reforço de 24 fundos de capital de risco, dirigidos às PME, em particular para as mais novas e de menor dimensão, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de inovação, de crescimento e de internacionalização. Estes fundos, divididos em quatro categorias: Inovação e Internacionalização; *Corporate venture capital*, projectos *Early Stages* e projectos *pre-seed*, acompanham o ciclo de vida das empresas, da ideia até à maturidade (Figura 7.1).

Figura 7.1: Fundos de Capital de Risco no Ciclo de Vida da Empresa



Especificamente para a fase inicial do ciclo de vida das empresas, destacam-se:

- Os FCR *Pre-Seed*, que visam o financiamento de projectos em fase pré-semente, que pelas suas características e risco envolvido, tenham dificuldades de acesso ao financiamento. Nesta categoria, inserem-se 3 fundos, com um valor total de 11,6 milhões de euros (8,1 milhões de euros de comparticipação FEDER, através do FINOVA).

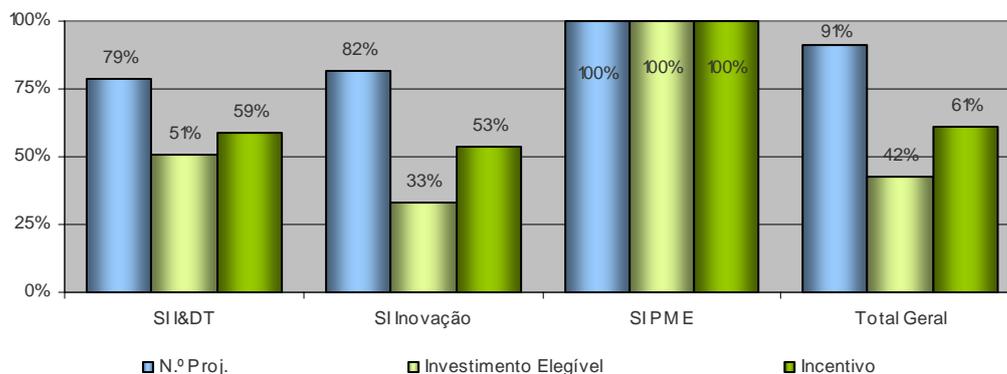
- Os FCR *Early Stages*, que têm como objectivo financiar os projectos de investimento, com carácter inovador e/ou diferenciador, promovidos por PME com menos de 3 anos. Neste âmbito, o COMPETE contribuiu, com um incentivo de 30 milhões de euros, para a disponibilização de 6 fundos, num montante global de 47,6 milhões de euros.

Da mesma forma, é de realçar a criação da linha de financiamento a investidores informais em capital de risco – *business angels*. Por intermédio desta linha, procura-se incentivar a participação destes investidores, com experiência comprovada na gestão/direcção empresariais, no apoio às PME, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias de inovação, de crescimento e de internacionalização. Até ao final do ano, o FINOVA contratou com 54 sociedades de *business angels*, o que permitirá disponibilizar 42 milhões de euros para o investimento empresarial (dos quais 26,5 milhões de euros financiados pelo COMPETE).

### 7.2.3. Apoios a PME

Mas para além de apoiar a criação de empresas (no caso dos SI, os investimentos iniciais), é também indispensável fomentar o seu crescimento. Os dados apresentados permitem constatar a importância das PME nos Sistemas de Incentivos do QREN: 91% dos projectos aprovados, 42% do investimento elegível e 61% do incentivo, o que se traduz num montante de apoio superior a 1,5 mil milhões de euros.

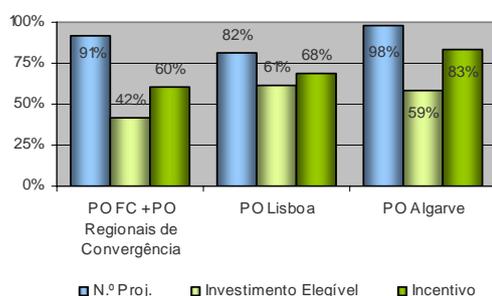
Gráfico 7.16: Apoios a PME, por Sistema de Incentivos, 2007-2010



Fonte: SI QREN

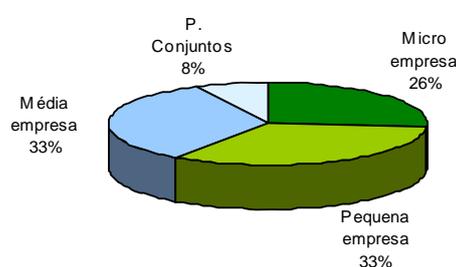
Os apoios a PME representam 60% do total dos apoios no âmbito dos SI, nas regiões de convergência, o que se justifica pelo peso que os projectos de interesse estratégico e de regime especial de grandes empresas assumem no COMPETE, subindo para os 68% no PO Lisboa, até aos 83% no PO Algarve. Por dimensão, verifica-se que mais de metade do incentivo se destina às empresas de menor dimensão (micro e pequenas empresas).

**Gráfico 7.17: Apoios a PME, dos SI, por Autoridade de Gestão, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

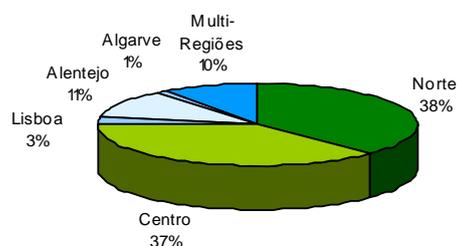
**Gráfico 7.18: Apoios a PME, dos SI, por Dimensão de Empresa, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

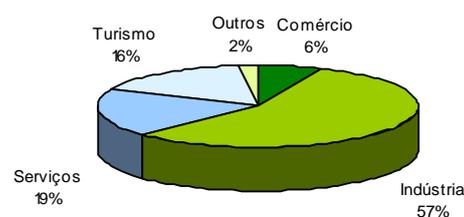
A repartição do incentivo por região revela a preponderância dos apoios às NUTS II Norte e Centro (38% e 37%, respectivamente), seguindo-se o Alentejo com 11% (gráfico 7.19). Por sector de actividade, a Indústria concentra mais de metade dos apoios às PME, em especial nas CAE “25 - Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos”, “23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos” e “10 - Indústrias alimentares”, que somam 30% dos apoios a PME do sector.

**Gráfico 7.19: Apoios a PME, dos SI, por Região, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

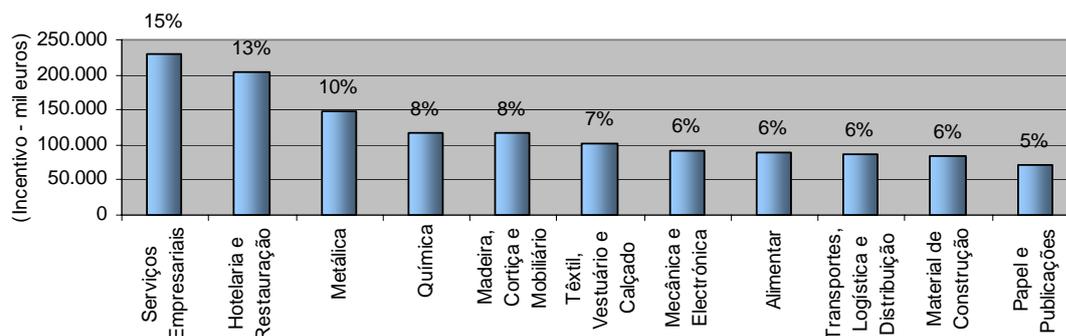
**Gráfico 7.20: Apoios a PME, dos SI, por Sector de Actividade, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

O gráfico 7.21 permite observar a repartição dos apoios por agrupamento sectorial, constatando-se a importância dos “Serviços Empresariais”, designadamente no âmbito da CAE “62 - Consultoria e programação informática e actividades relacionadas”, seguidos pelas actividades de “Hotelaria e Restauração” e “Metálica”.

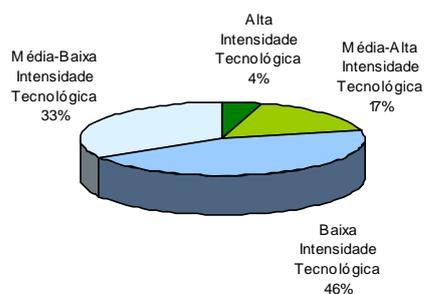
**Gráfico 7.21: Apoios a PME, dos SI, por Agrupamento Sectorial, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

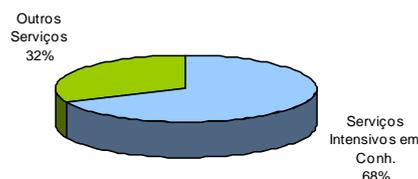
As actividades de alta e média-alta intensidades tecnológicas correspondem a 21% dos apoios à Industria Transformadora e os serviços intensivos em conhecimento, 68% do incentivo a PME, nos sectores dos Serviços, Comércio e Turismo.

**Gráfico 7.22: Apoios a PME, por Intensidade tecnológica na Ind. Transformadora, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

**Gráfico 7.23: Apoios a PME, por Intensidade de Conhecimento nos Serviços, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

No que concerne ao financiamento das PME, para além dos mecanismos de capital de risco referidos anteriormente, importa ainda realçar a criação das **Linhas de Crédito PME Investe**, através das quais as empresas podem obter bonificação de taxas de juro e garantias bancárias, pelo recurso aos mecanismos de garantia do Sistema Nacional de Garantia, facilitando o acesso ao financiamento. No cômputo das linhas PME Investe I e II, suportadas pelo QREN, foram concedidos, graças ao COMPETE, até ao final de 2010, 1,3 mil milhões de euros de financiamento, tendo sido abrangidas 3.755 PME.

## 8. INTERNACIONALIZAÇÃO

<b>SI - Projectos de Empresas Exportadoras</b>	2.659 projectos aprovados de empresas exportadoras (78% do total do incentivo concedido) 5,5 mil milhões de euros de investimento elegível
<b>SI – Despesas de Internacionalização</b>	610 milhões de euros de investimento elegível em Internacionalização no total dos projectos aprovados
<b>COMPETE - SIAC</b>	52 projectos e 84 milhões de euros de incentivo 121 milhões de euros de investimento elegível
<b>COMPETE - SAFPRI</b>	12 fundos de capital de risco da categoria “Inovação e Internacionalização de PME”, disponibilizando cerca de 157 milhões de euros para investimento das empresas

## 8. INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização da economia portuguesa, traduzida no aumento da capacidade de exportação e de presença em mercados externos, tem vindo a assumir uma importância crescente no quadro das políticas macroeconómicas nacionais, em especial considerando que as exportações são, actualmente, a única componente da despesa que está a contribuir positivamente para o crescimento do produto e da riqueza nacionais (ver ponto 2.4.1 do Volume I).

Os primeiros dados preliminares de 2010 apontam para um crescimento nominal de cerca de 13% das exportações relativamente ao ano anterior, crescimento este mais acentuado na componente de bens do que nos serviços (que representam, respectivamente 68% e 32% das exportações do ano em análise).

**Tabela 8.1: Principais Bens e Serviços Exportados, 2010**

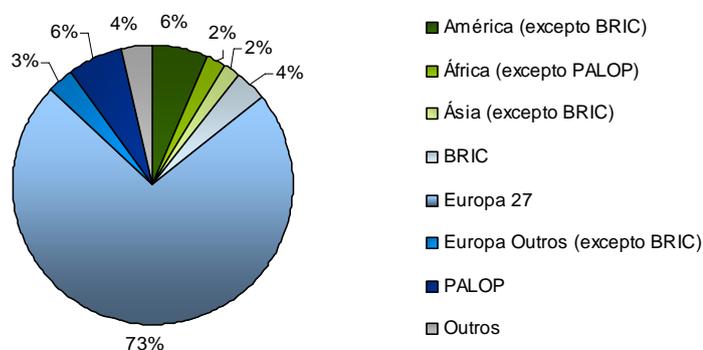
Bens ou Serviços	Peso nas Exportações 2010
Viagens e turismo	14,0%
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de re-produção de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	10,1%
Serviços de Transporte (aéreos, marítimos, rodoviários,...)	8,6%
Material de transporte	8,4%
Matérias têxteis e suas obras	6,9%
Outros serviços fornecidos por empresas	6,1%
Produtos minerais	5,8%
Metais comuns e suas obras	5,4%
Plástico e suas obras; borracha e suas obras	4,7%
Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados	4,3%
Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras	3,9%
Outros Serviços	3,7%
Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	3,4%
Calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; penas preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo	2,5%
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	2,5%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	2,3%
Mercadorias e produtos diversos	2,2%
Animais vivos e produtos do reino animal	1,9%
Produtos do reino vegetal	1,2%
<b>Total Exportações de Bens e Serviços 2010 – 54,3 mil milhões de euros</b>	<b>97,6%</b>

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional, Dados Preliminares; 2010.

Com 14% do total das exportações de 2010, “Viagens e Turismo” foi a principal categoria de bens ou serviços exportados. Seguem-se as “Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes...” com 10,1%, os “Serviços de transporte”, com 8,6% e o “Material de transporte”, com 8,4%.

Quanto ao destino, a Europa continua a ser o principal mercado para os nossos bens e serviços, com mais de  $\frac{3}{4}$  do total das exportações e, em particular, a Espanha (31% das exportações de bens e serviços), seguindo-se a França (17%), a Alemanha (16%) e o Reino Unido (11%).

Gráfico 8.1: Destino das Exportações de Bens e Serviços, 2010

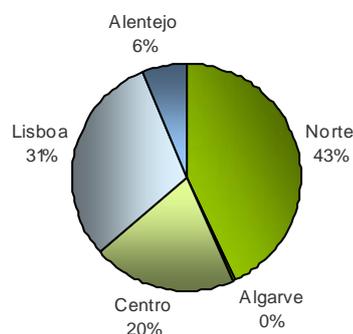


Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional, Dados Preliminares, 2010; BP, Estatísticas da Balança de Pagamentos, BPSTAT, 22-02-2011

Considerando apenas as **exportações de bens** (gráfico 8.2), verifica-se que mais de  $\frac{2}{3}$  provêm das regiões de convergência, com o Norte a liderar com 43% das mesmas, seguindo-se o Centro, com 20% e o Alentejo, com 6%. Lisboa é a segunda região com maior peso nas exportações de bens.

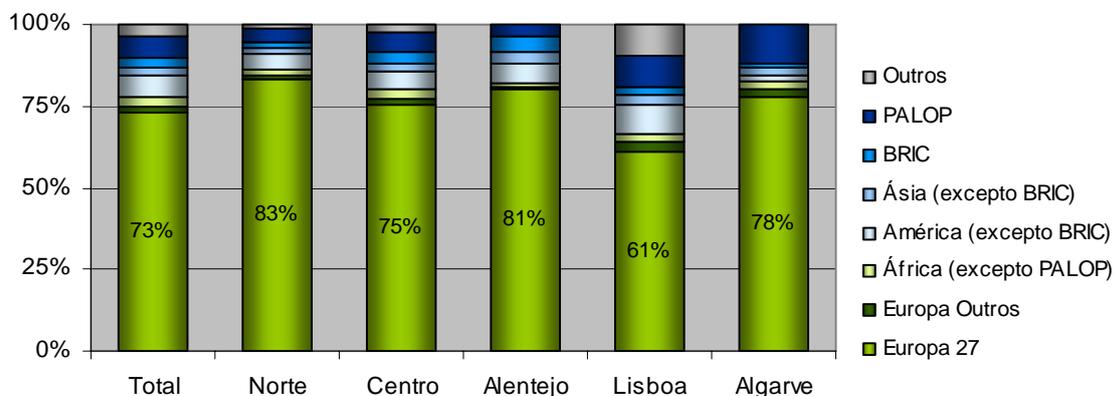
No gráfico 8.3 apresentam-se os mesmos dados por destino e região de origem, constatando-se uma concentração superior à média nacional (73%) nas exportações para a Europa, nas três regiões de convergência.

Gráfico 8.2: Origem das Exportações de Bens, 2010



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional, Dados Preliminares, 2010; BP, Estatísticas da Balança de Pagamentos, BPSTAT, 22-02-2011

Gráfico 8.3: Origem e Destino das Exportações de Bens, 2010



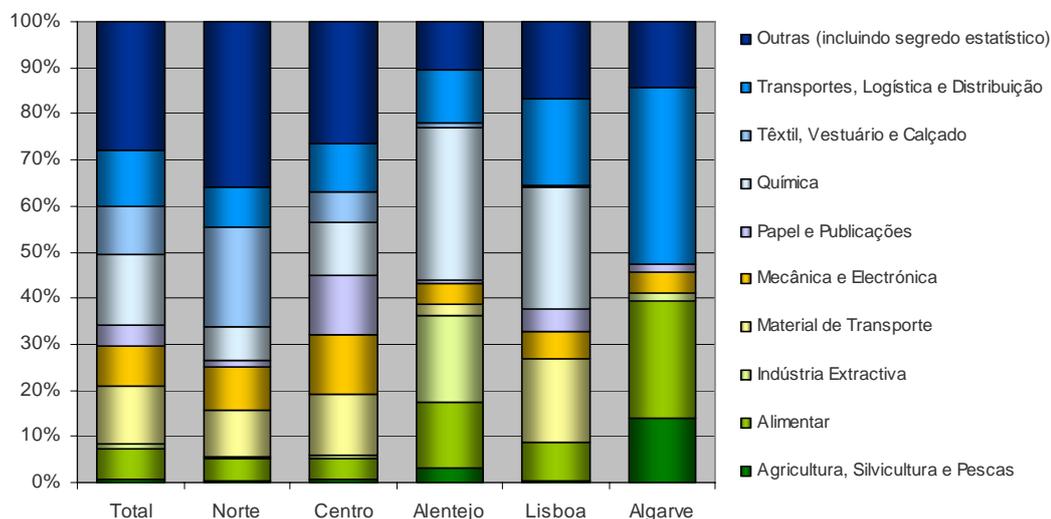
Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional, Dados Preliminares, 2010.

Da análise dos bens exportados por CAE agregadas<sup>29</sup>, obtém-se o retrato do tecido empresarial do país e das regiões (gráfico 8.4). Em termos nacionais, destacam-se as CAE “20 - Fabricação de produtos químicos e de Fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos” e “22 - Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas”, aqui agrupadas na componente “Química” e que soma 15% das exportações de bens. Seguem-se o “Material de Transporte” e as CAE dos “Transportes, Logística e Distribuição”, com 12% do total, respectivamente.

Por regiões de convergência: no Norte, os “Têxtil, Vestuário e Calçado” representam 21% das exportações de bens da região; no Centro, ganham relevo as exportações de “Material de Transporte”, “Mecânica e Electrónica” e “Papel e Publicações”, com 13% do total e no Alentejo, predominam as exportações das CAE da “Química” (33%), seguindo-se a “Indústria Extractiva” (19%) e o “Sector Alimentar” (14%).

<sup>29</sup> As exportações por CAE foram agregadas de acordo com os seguintes agrupamentos (utilizados pela equipa de Avaliação dos Sistemas de Incentivos): Administração; Agricultura, Silvicultura e Pescas; Alimentar; Comércio; Construção; Educação, Saúde e Cultura; Energia e Ambiente; Hotelaria e Restauração; Indústria Extractiva; Madeira, Cortiça e Mobiliário; Material de Construção; Material de Transporte; Mecânica e Electrónica; Metálica; Papel e Publicações; Química; Serviços Empresariais; Têxtil, Vestuário e Calçado; Transportes, Logística e Distribuição.

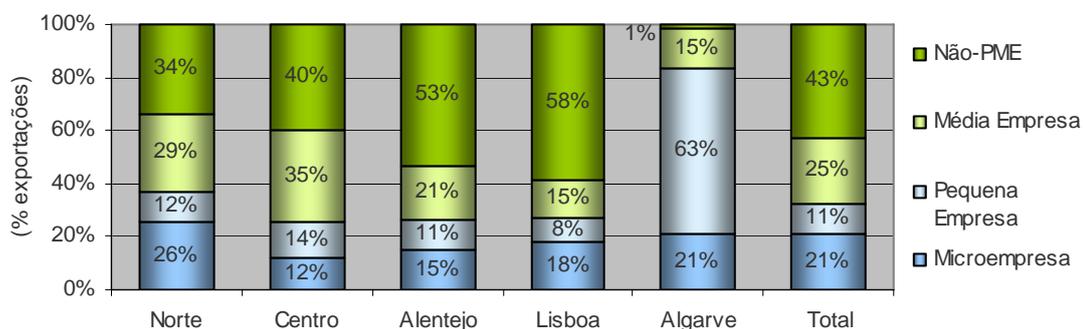
Gráfico 8.4: Exportações de Bens por Agrupamento Sectorial, 2010



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional, Dados Preliminares, 2010.

Quanto ao tipo de empresas na origem destas exportações, mais de metade (56%) são PME: No que se refere às regiões de convergência, o Norte e o Centro estão acima da média nacional, sendo que, no Alentejo o peso das exportações de bens de empresas de menor dimensão não atinge os 50%.

Gráfico 8.5: Exportações de Bens por Dimensão das Empresas e por Região, 2010

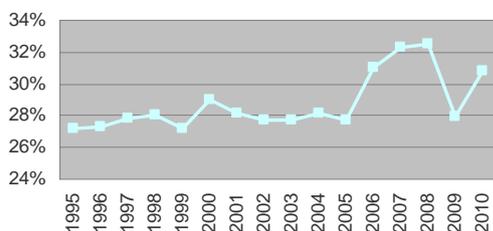


Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional, Dados Preliminares, 2010.

Quanto aos **Serviços**, como referido anteriormente, estes representam perto de 1/3 das exportações de 2010, sendo que o seu peso, nas exportações nacionais, tem vindo a crescer nos últimos anos, encontrando-se acima da média europeia (inferior a 1/4). “Viagens e Turismo” representam a maior fatia das exportações de serviços (43%), seguindo-se os “Transportes” e “Outros Serviços Fornecidos por Empresas”. Nesta última categoria ganham relevância os serviços de intermediação comercial.

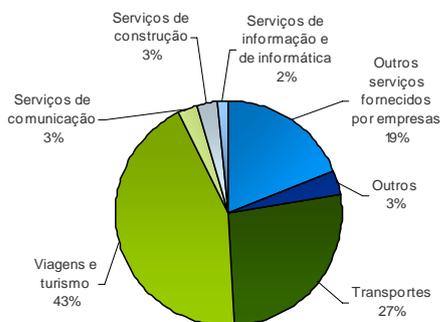
O gráfico 8.7 apresenta a evolução do **número de empresas com actividade internacional**. Verifica-se uma tendência crescente, apesar da quebra verificada em 2009, na sequência da contração do comércio internacional, que, ainda assim, regista valores superiores aos de 2006.

**Gráfico 8.8: Evolução do Rácio Exportações/PIB, 1995-2010**



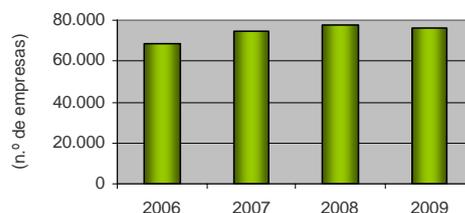
Fonte: IRN, Portal Estatístico de Informação Empresarial, 2011.

**Gráfico 8.6: Exportações de Serviços, por Tipologia, 2010**



Fonte: BP, Estatísticas da Balança de Pagamentos, BPSTAT, 22-02-2011

**Gráfico 8.7: N.º de Empresas com Actividade Internacional, 2006-2009**



Fonte: IRN, Portal Estatístico de Informação Empresarial, 2011.

Para terminar, analisa-se a evolução do **rácio Exportações/PIB** ao longo dos últimos 15 anos. Constata-se que este se manteve relativamente estável, em torno dos 27/28% até 2005, tendo registado uma subida mais acentuada a partir desse ano e até 2008, quando atingiu os 32,5%. Com a crise verificou-se uma quebra abrupta do indicador e posterior recuperação, sendo que, em 2010, as exportações a representavam 30,9% do PIB nacional.

## 8.1 TIPOLOGIAS DE APOIO PREVISTAS

No âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN e do COMPETE, o apoio à internacionalização e à promoção das exportações consubstancia-se da seguinte forma:

- **Sistemas de Incentivos (SI Inovação, SI I&DT, SI PME):** Concentração de apoios a empresas exportadoras, através da valorização do mérito do projecto ou da definição de uma intensidade exportadora mínima como critério de acesso e valorização de actividades de produção transaccionável ou internacionalizável;
- **SI Qualificação de PME** Apoio a projectos de investimento da tipologia “Internacionalização”, ou seja, projectos que visem o conhecimento de mercados, o desenvolvimento e a promoção internacional de marcas, a prospecção e presença em mercados internacionais ou a promoção de *marketing* internacional, sendo de destacar a criação de concursos específicos para projectos conjuntos de internacionalização;
- **Acções Colectivas:** Apoio através de projectos colectivos de internacionalização e acesso a mercados externos;
- **SAFPRI:** Apoio a estratégias de internacionalização, através da prestação de garantias, *business angels*, fundos de capital de risco específicos e outros instrumentos financeiros.

| 107

Neste ponto, importa apontar a existência de restrições aos apoios a este tipo de actividades emanadas das regras comunitárias. De facto, tendo em conta o efeito de distorção da concorrência internacional, as regras comunitárias (nos seus diferentes regulamentos) proíbem os auxílios à exportação, bem como a produção nacional em detrimento de produtos importados (cf. caixa).

### Regras da Concorrência: Restrições aos apoios

Proibição dos auxílios a actividades relacionadas com a exportação, nomeadamente:

- Auxílios directamente ligados à quantidades exportadas;
- Auxílios a favor da criação e funcionamento de uma rede de distribuição;
- Auxílios a favor de outras despesas correntes atinentes às actividades de exportação;

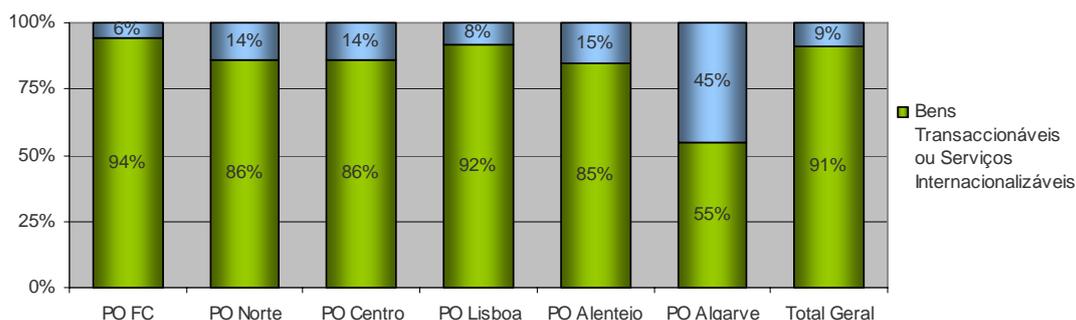
Proibição dos auxílios condicionados à utilização de produtos nacionais em detrimento de produtos importados;

## 8.2 APOIOS CONCEDIDOS ATÉ FINAL DE 2010

Antes de se passar à análise dos apoios à internacionalização propriamente ditos, importa relevar a importância que as actividades produtoras de **bens transaccionáveis ou de serviços internacionalizáveis**, ou seja, susceptíveis de ser trocados no mercado internacional, assumem nos Sistemas de Incentivos, em linha com as prioridades assumidas no quadro da Agenda da Competitividade. Até final de 2010, este tipo de apoios representava 91% do total do incentivo concedido (94% no COMPETE), sendo que, apenas no PO Algarve, este peso era inferior a 85% e, neste caso, devido ao incentivo a Serviços não transaccionáveis, sobretudo na área do Comércio.

| 108

**Gráfico 8.9: Apoios a Actividades de Produção de Bens Transaccionáveis ou Serviços Internacionalizáveis nos Sistemas de Incentivos, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

### 8.2.1. Apoios a Empresas Exportadoras

Para além do apoio directo a projectos de internacionalização, os incentivos concedidos no âmbito dos Sistemas de Incentivos, se vocacionados para empresas exportadoras, deverão contribuir para o aumento do potencial exportador nacional, devendo ser, por isso, devidamente contabilizados. Para tal, considerou-se como **Empresa Exportadora** aquela que apresenta uma intensidade exportadora (volume de negócios internacional/volume de negócios total) superior a 20% no pré-projecto ou a 30% no pós-projecto.

Tabela 8.2: Apoios a Empresas Exportadoras nos SI, 2007-2010

*Unid: Mil Euros*

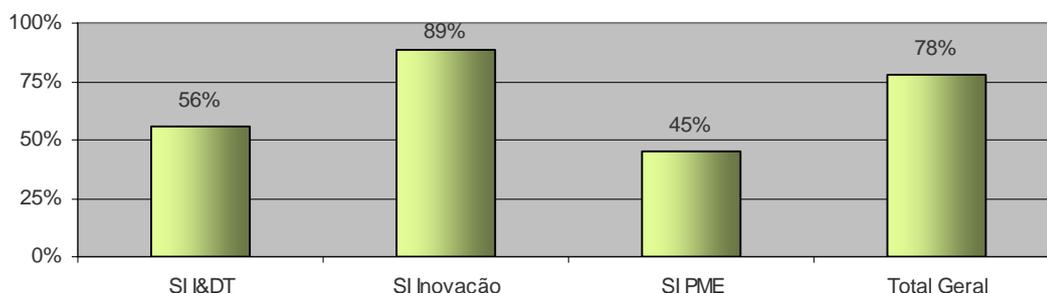
Autoridade de Gestão	Projectos		Investimento Elegível		Incentivo	
PO FC	1.073	64%	4.360.753	86%	1.323.931	79%
PO Norte	781	50%	418.233	72%	244.000	72%
PO Centro	502	51%	358.910	77%	214.888	77%
PO Lisboa	123	55%	86.211	63%	41.431	60%
PO Alentejo	151	61%	247.868	91%	120.572	88%
PO Algarve	29	29%	42.949	47%	6.743	31%
<b>Total</b>	<b>2.659</b>	<b>56%</b>	<b>5.514.924</b>	<b>83%</b>	<b>1.951.566</b>	<b>78%</b>

Fonte: SI QREN.

Constata-se que as empresas exportadoras somam perto de 80% dos apoios dos Sistemas de Incentivos do QREN, um valor significativo, especialmente se tivermos em conta que não estão aqui incluídos os apoios concedidos no âmbito dos projectos conjuntos, muitos dos quais dirigidos à internacionalização. Note-se, ainda, que esta percentagem deverá subir, também, à medida que forem contabilizadas as aprovações resultantes dos últimos concursos de 2010, que introduziram uma intensidade exportadora mínima como condição de acesso das empresas.

Por Sistema de Incentivos, perto de 90% dos apoios concedidos pelo SI Inovação destinam-se a empresas exportadoras. Esta percentagem é mais baixa no SI Qualificação PME, o que se explica, em parte, pelo peso dos projectos conjuntos – se estes não forem considerados no denominador, sobem para 67% os apoios a empresas exportadoras.

Gráfico 8.10: Apoios a Empresas Exportadoras, por Sistema de Incentivos, 2007-2010

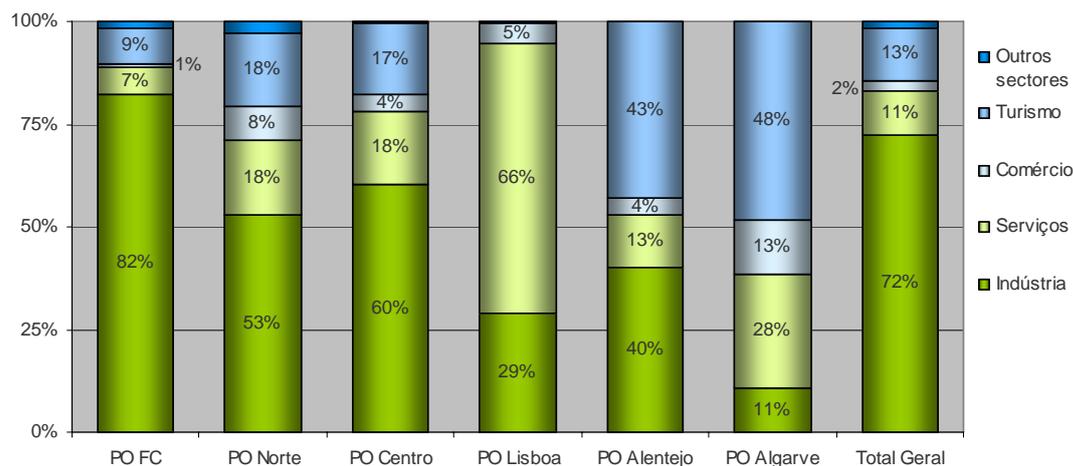


Fonte: SI QREN

Caracterizando o universo das empresas exportadoras por sector de actividade, destacam-se os apoios à Indústria, entre os quais são mais representativas as CAE dos grupos “25 -

Fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos” (12% dos apoios às empresas exportadoras da Indústria); “20 - Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos” (10%) e “23 - Fabrico de outros produtos minerais não metálicos” (11%). Por PO, é de salientar o peso dos Serviços, em Lisboa, e do Turismo, no Alentejo e Algarve.

**Gráfico 8.11: Apoios a Empresas Exportadoras nos SI, por AG e Sector de Actividade, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

**Tabela 8.3: Apoios a Empresas Exportadoras nos SI, por AG e Agrupamento Sectorial, 2007-2010**

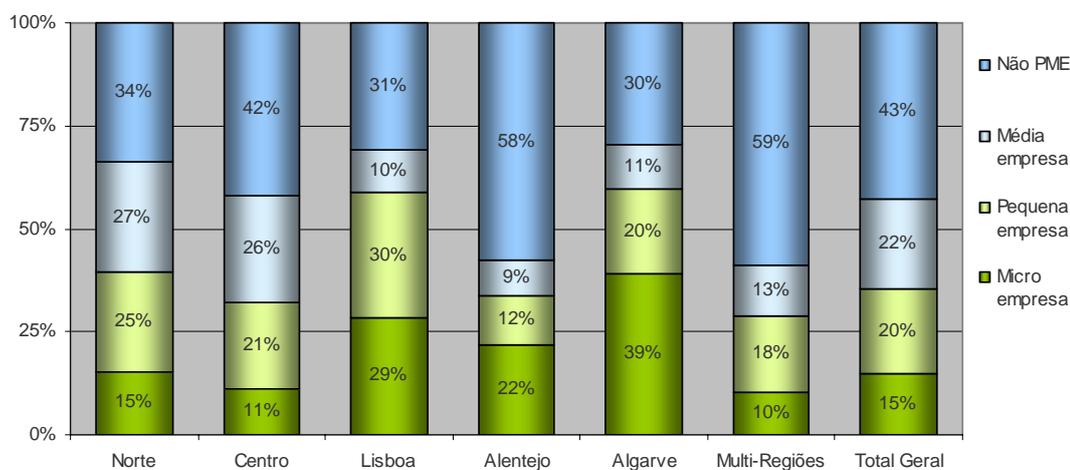
Agrupamentos	PO FC	PO Norte	PO Centro	PO Lisboa	PO Alentejo	PO Algarve	Total Geral
Metálica	13%	9%	12%	2%	2%	0%	12%
Química	12%	7%	15%	13%	5%	0%	11%
Hotelaria e Restauração	7%	18%	13%	0%	35%	6%	10%
Mecânica e Electrónica	11%	9%	7%	4%	0%	0%	10%
Serviços Empresariais	5%	17%	12%	63%	5%	28%	9%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	9%	8%	6%	0%	4%	1%	8%
Material de Construção	6%	5%	12%	0%	5%	0%	7%
Material de Transporte	9%	0%	1%	4%	3%	0%	6%
Papel e Publicações	8%	3%	2%	3%	0%	1%	6%
Têxtil, Vestuário e Calçado	6%	6%	1%	5%	0%	0%	5%
Alimentar	4%	3%	3%	1%	20%	2%	5%
Indústria Extractiva	4%	3%	1%	0%	1%	8%	4%
Educação, Saúde e Cultura	3%	1%	5%	0%	7%	41%	3%
Transportes, Logística e Distribuição	1%	8%	3%	4%	4%	4%	2%
Energia e Ambiente	1%	1%	4%	0%	8%	0%	2%
Comércio	0%	1%	1%	2%	0%	9%	0%
Construção	0%	1%	0%	0%	0%	0%	0%
Agricultura, Silvicultura e Pescas	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
<b>Total</b>	<b>100%</b>						

Fonte: SI QREN

Agrupando as empresas exportadoras por sector (tabela 2.10), constata-se um maior peso das actividades na área da “Metálica”, da “Química”, da “Hotelaria e Restauração” e da “Mecânica e Electrónica” com mais de 10% dos apoios. Por PO Regional, destacam-se a “Hotelaria e Restauração” no Norte e Alentejo, a “Química” no Centro, em Lisboa, os “Serviços Empresariais” e, no Algarve, “Educação, Saúde e Cultura”, onde se incluem actividades relacionadas com desporto e o turismo.

O processo de internacionalização das empresas e de diversificação de mercados é actualmente uma das determinantes do seu crescimento. Segundo um estudo da Comissão Europeia<sup>30</sup>, existe uma correlação positiva entre a dimensão e o nível de internacionalização das empresas, quer em termos de exportações, quer de importações. Neste sentido, é de relevar a importância dos apoios às PME exportadoras que representam, no QREN, 57% do total dos apoios, mais de metade dos quais atribuída a micro e a pequenas empresas.

Gráfico 8.12: Apoios a Empresas Exportadoras, por Região e Dimensão de Empresa, 2007-2010

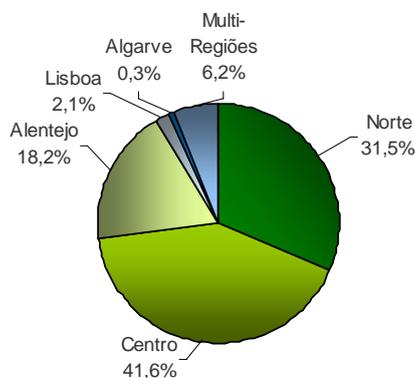


Fonte: SI QREN

<sup>30</sup> Direcção-Geral da Empresa e Indústria, *Internationalisation of European SME's*, (2010); 5

Por NUTS II, sobressaem os apoios às empresas exportadoras das regiões de convergência, em especial do Centro, que representa 41,6% dos apoios a empresas exportadoras do QREN, um valor muito acima do verificado a nível nacional (gráfico 8.2), constatamos que este nível de apoios está muito acima deste. Esta diferença, justifica-se, em parte, pelo peso de projectos de grande dimensão, que representam cerca de 30% dos apoios a empresas exportadoras da região.

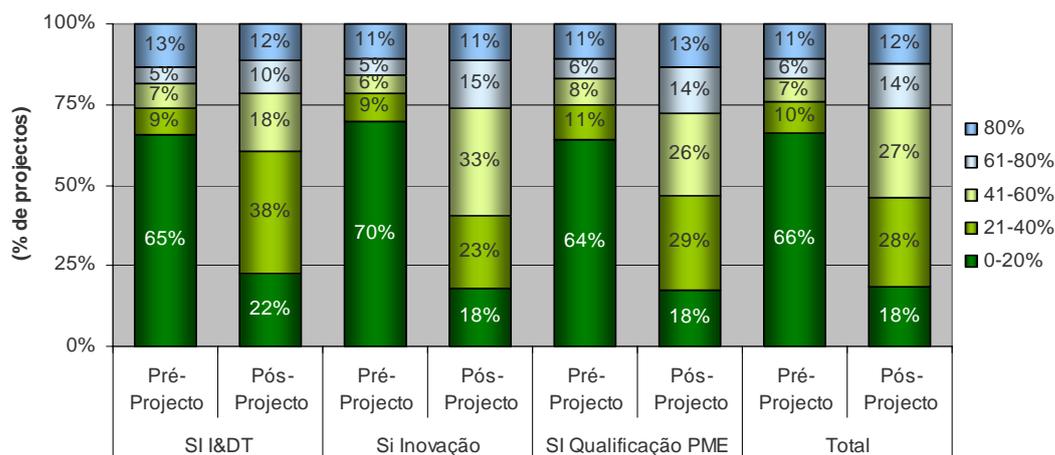
**Gráfico 8.13: Apoios a Empresas Exportadoras, por Região, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

Considerando agora, a totalidade das empresas promotoras dos Sistemas de Incentivos (e não apenas as exportadoras), apresenta-se, no gráfico 8.13 a evolução esperada da intensidade exportadora entre o pré e o pós-projecto. Verifica-se, de uma forma geral, um aumento da intensidade exportadora das empresas apoiadas, principalmente daquelas que não eram exportadoras ou tinham um baixo volume de negócio internacional. De facto, enquanto, no pré-projecto, 66% dos projectos pertenciam a empresas com intensidade exportadora inferior a 20%, no pós-projecto, apenas 18% dos projectos deverão inserir-se nesta categoria.

**Gráfico 8.14: Evolução da Intensidade Exportadora das Empresas Beneficiárias, por Tipologia de Intervenção, 2007-2010**



Nota: Não inclui Projectos Conjuntos, Vales Inovação e I&DT e I&DT Colectiva. Fonte: SI QREN.

### 8.2.2. Apoios Directos à Internacionalização

No que concerne aos apoios directos à Internacionalização, foram aprovados, até ao final de 2010, no âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN e dos apoios a acções colectivas inseridos no COMPETE, perto de mil projectos, com um investimento elegível superior a 526 milhões de euros e um incentivo próximo dos 269 milhões de euros.

| 113

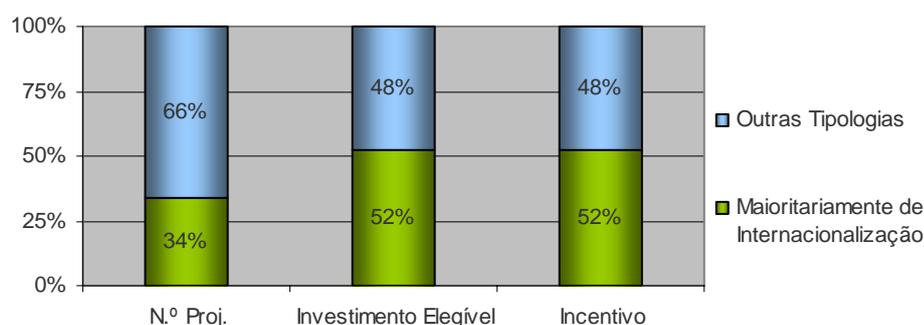
Tabela 8.4: Apoios Directos à Internacionalização, 2007-2010

Medida	N.º Proj.	Unid: Mil Euros	
		Investimento Elegível	Incentivo
SI Qualificação PME/Projectos Individuais e de Cooperação	763	229.262	99.322
SI Qualificação PME/Projectos Conjuntos	120	175.704	85.223
SIAC COMPETE	52	121.202	84.321
<b>Total</b>	<b>935</b>	<b>526.167</b>	<b>268.866</b>

Fonte: SI QREN

No **SI Qualificação de PME**, os 883 projectos apoiados, cuja tipologia principal de investimento é a internacionalização, somam 34% do total das aprovações deste SI e mais de metade do investimento elegível e do incentivo.

Gráfico 8.15: Apoios do SI PME, por Tipologia de Intervenção, 2007-2010

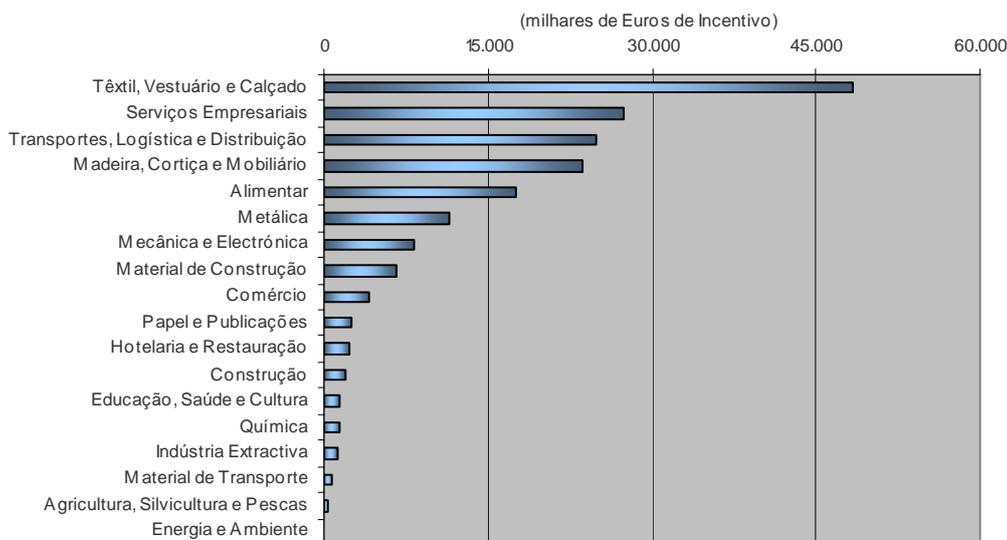


Fonte: SI QREN

Por medida, enquanto nos Projectos Individuais e de Cooperação, os apoios à internacionalização representam 43% do total do incentivo concedido, nos Projectos Conjuntos essa percentagem é bem superior, chegando a atingir os 75%. Relativamente a estes últimos, refira-se a existência de concursos específicos para a tipologia de internacionalização: até ao final de 2010 tiveram lugar quatro AAC, com uma dotação orçamental global de 85 milhões de euros.

Analisando os projectos de internacionalização do SI PME em termos sectoriais, destacam-se as Indústria do Têxtil, Vestuário, Calçado, que obtêm mais de ¼ do incentivo, 83% do qual concedido no âmbito do COMPETE. Seguem-se os Serviços Empresariais, com 15%, e os projectos na área dos Transportes, Logística e Distribuição, com 14%.

**Gráfico 8.16: Apoios a Projectos de Internacionalização no SI PME, por Agrupamento Sectorial, 2007-2010**

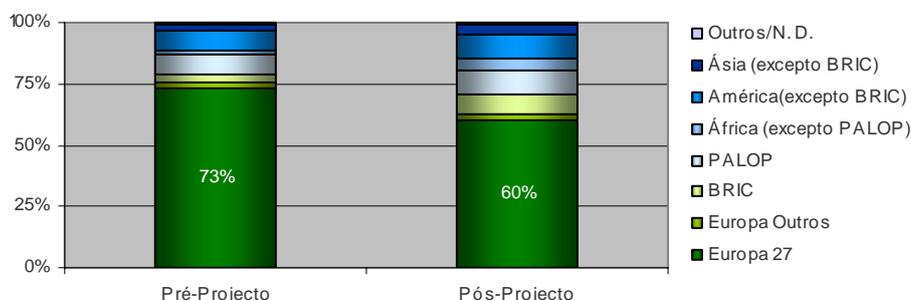


Fonte: SI QREN; Agrupamentos de Actividades: Equipa de Avaliação Dos Sistemas de Incentivos.

No que se refere aos mercados-alvo, os projectos apoiados espelham a actual estrutura das exportações nacionais, dada a predominância de projectos orientados para a União Europeia (UE27). Apresenta-se, no gráfico 8.16, a repartição por mercado das exportações dos promotores dos projectos individuais e em cooperação, da tipologia de internacionalização. A Europa a 27 é o destino de 73% das vendas e prestações de serviços para o exterior, com a Espanha (30%), a França (21%), a Alemanha (12%) e o Reino Unido (12%) como mercados preferenciais.

Assinale-se, no entanto, que do pré para o pós-projecto se perspectiva uma diversificação de mercados, sendo que a Europa a 27 deverá perder peso para outras regiões, em especial para os BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) e para os PALOP (crescimento de 525% e 487% das vendas, respectivamente). Este movimento é consentâneo com a evolução do comércio internacional (ver Volume I), com as economias emergentes a crescerem muito acima da Europa e dos países desenvolvidos.

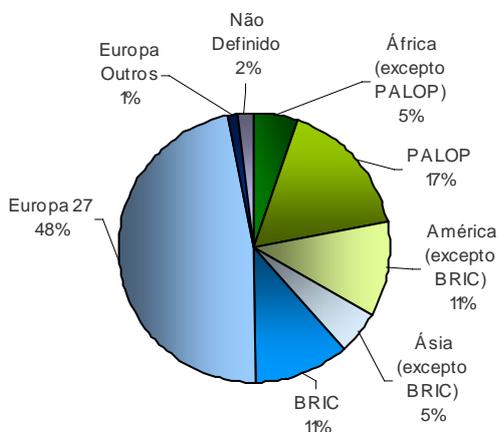
**Gráfico 8.17: Vendas para os Mercados Externos das Empresas Apoiadas nos Projectos de Internacionalização do SI PME (P. Individuais e em Cooperação), por Mercado-Alvo, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

Relativamente aos projectos conjuntos de internacionalização, e tendo em conta o número de empresas enquadradas com presença em cada mercado, constata-se uma maior diversificação de mercados, sendo de relevar a importância dos PALOP (17% das presenças de empresas) e dos BRIC (11%). Por país, destacam-se a Espanha (13% das presenças), Angola (13%), França (10%), Alemanha (10%) e Estados Unidos da América (9%). Quanto ao objectivo destes projectos, em 47% dos casos, as empresas visam a prospecção/entrada em novos mercados, 32%, o crescimento do volume de negócios, 13%, a consolidação da posição no mercado e 7%, o reposicionamento em sectores de maior valor acrescentado.

**Gráfico 8.18: Presenças em Mercados Externos de Empresas Apoiadas nos Projectos Conjuntos Internacionalização do SI PME, por Mercado-Alvo, 2007-2010**



Fonte: SI QREN

Para além destes projectos, cuja tipologia principal é a Internacionalização, existem muitos outros em que esta está presente. De facto, no total dos Sistemas de Incentivos, 2.404 projectos (metade do total dos projectos aprovados nos SI) apresentam **despesas de internacionalização**, num montante global superior a 610 milhões de euros de investimento elegível.

| 116

Salientam-se as despesas em feiras e certames (36,6% do total), em estudos (aqui incluídos na rubrica Outras despesas) e em *marketing* internacional (21%). Segue-se a prospecção de mercados (11,6%), a promoção e contacto (6,0%) e por fim, os Concursos internacionais (0,2%).

**Gráfico 8.19: Apoios à Internacionalização por Tipologia de Despesas, 2007-2010**

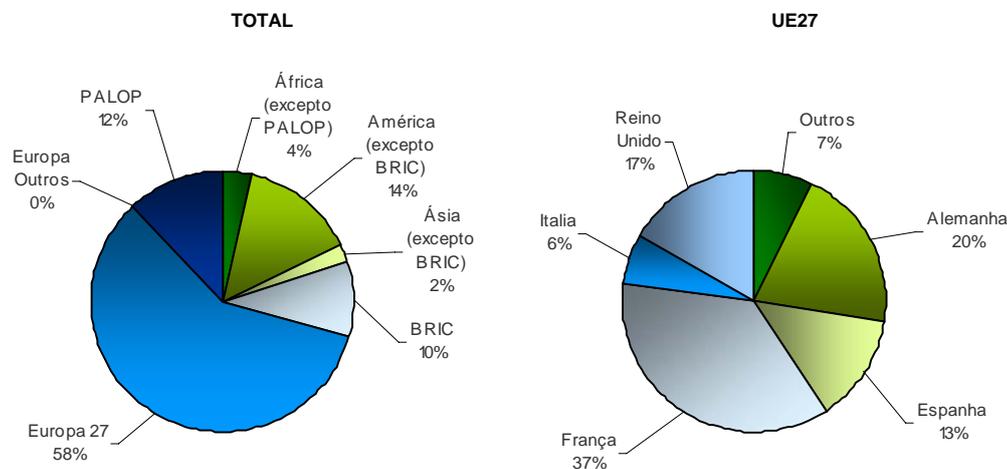


Fonte: SI QREN

Relativamente a apoios directos à internacionalização e agora apenas no quadro do COMPETE, há ainda que realçar a importância do **SIAC**, na medida em que mais de metade dos apoios concedidos ao abrigo deste instrumento se dirigem a projectos cuja principal tipologia de investimento é a internacionalização.

No total, até 2010, foram apoiados 52 projectos com a referida tipologia, com um investimento elegível proposto de 121 milhões de euros, e um incentivo superior a 84 milhões de euros. Acrescente-se ainda que, para além destes, existem despesas de internacionalização em mais cerca de meia centena de projectos, o que perfaz um total de 97 projectos SIAC com actuação nesta área.

Gráfico 8.20: Investimento Elegível Apoiado a Projectos SIAC, por Mercado Alvo, 2007-2009



Fonte: SI POFC

Quanto a mercados-alvo, a distribuição do investimento elegível releva o estímulo à diversificação de mercados, representando a UE27 58% no peso total, sendo que a Espanha, que em termos da estatística nacional é o nosso principal mercado, fica relegada para o 4.º lugar.

Por sector de actividade, são de destacar os apoios ao Turismo (30% do total do incentivo), ao sector da Madeira, Cortiça e Mobiliário (24%), aos Serviços Empresariais (19%) e à Indústria Têxtil, do Vestuário e do Calçado (13%).

Tabela 8.5: Sector de Actividade dos Projectos SIAC Internacionalização, 2007-2010

Agrupamento Sectorial	Nº Proj.	Unid: Mil Euros	
		Investimento Elegível	Incentivo
Turismo	3	35.698	25.064
Madeira, Cortiça e Mobiliário	6	26.052	20.337
Serviços Empresariais	10	26.795	15.812
Têxtil, Vestuário e Calçado	7	15.739	11.115
Alimentar	9	5.246	3.799
Educação, Saúde e Cultura	4	3.316	2.138
Mecânica e Electrónica	4	2.834	2.050
Material de Transporte	2	1.569	1.158
Indústria Extractiva	2	1.577	1.128
Energia e Ambiente	2	890	623
Química	1	733	549
Construção	2	754	547
<b>Total Geral</b>	<b>52</b>	<b>121.202</b>	<b>84.321</b>

Fonte: SI QREN

Analisando os principais *outputs* destes projectos e tal como se apresenta na tabela 8.6; destaca-se a realização de campanhas (20 projectos), nomeadamente sob a forma de eventos promocionais (14 projectos) e os estudos (15 projectos), em especial de Diagnóstico (7 projectos).

A utilização da *Internet* (plataformas electrónicas, sites e portais) como meio para a internacionalização é o principal resultado de 7 projectos, sendo que 4 visam a produção de manuais.

**Tabela 8.6: Principais Outputs dos Projectos SIAC Internacionalização, 2007-2010**

Tipo de Output dos Projectos	N.º Proj.
<b>Campanhas</b>	
Acção de sensibilização	3
Eventos promocionais	14
Representação no exterior	3
<b>Estudos</b>	
Estudos de Diagnóstico	7
Estudos de Mercado	5
Estudo Prospectivo	3
<b>Web/Rede</b>	
Plataforma electrónica	1
Portal	4
Site	2
<b>Manuais</b>	
Boas práticas	2
Guia de orientações	2

Fonte: SI QREN

Por fim, refira-se, no **SAFPRI**, os Fundos de Capital de Risco enquadrados na categoria “Inovação e Internacionalização de PME”. Estes visam apoiar projectos de internacionalização, inovação e/ou modernização, promovidos por pequenas e médias empresas. No total, foram reforçados/constituídos 12 fundos, que permitem colocar à disposição das empresas cerca de 157 milhões de euros (78 milhões de euros comparticipados pelo COMPETE).

Somando os Sistemas de Incentivos QREN, com os apoios do SIAC e do SAFPRI, conclui-se que os incentivos concedidos prevêem um **investimento (elegível) no domínio da internacionalização num montante próximo dos 890 milhões de euros.**

## 9. ESTRATÉGIAS DE EFICIÊNCIA COLECTIVA

<b>Rede</b>	<p>1096 associados (68% empresas dos respectivos agregados económicos alvo)</p> <p>51% das empresas desenvolvem actividades com forte componente tecnológica e/ou de conhecimento</p>
<b>N.º de projectos apoiados</b>	<p>415 projectos entre âncoras (67), complementares (329) e apoio específico à dinamização das entidades gestoras;</p> <p>Cerca de 60% das empresas candidatas a concursos específicos para PCT/ OC ainda não tinham apresentado um projecto no âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN;</p> <p>70% dos projectos complementares são apoiados pelo COMPETE</p>
<b>Investimento elegível induzido</b>	734,8 milhões de euros
<b>Incentivo</b>	452 milhões de euros, dos quais 142,5 milhões de euros relativos a projectos âncora

## 9. ESTRATÉGIAS DE EFICIÊNCIA COLECTIVA

A 17 de Julho de 2009 foram assinados os contratos de reconhecimento de 19 Estratégias de Eficiência Colectiva – tipologia *Clusters* (11 Pólos de Competitividade e Tecnologia e 8 Outros *Clusters*), após um período de quase um ano, em que se procedeu à análise das candidaturas e a diversas interações conducentes à introdução de melhorias nos Programas de Acção.

| 120

**Tabela 9.1: Lista de Pólos de Competitividade e Tecnologia reconhecidos**

Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC)	Missão
Pólo de Competitividade da Saúde	Tornar Portugal num <i>player</i> competitivo na investigação, concepção, desenvolvimento, fabrico e comercialização de produtos e serviços associados à saúde, em nichos de mercado e de tecnologia seleccionados, tendo como alvo os mais exigentes e mais relevantes mercados internacionais, num quadro de reconhecimento da excelência, do seu nível tecnológico, e das suas competências e capacidades no domínio da inovação.
Pólo de Competitividade da Moda	Tirar proveito das sinergias existentes entre todos os sectores que compõem a moda Portuguesa, das características comuns às várias indústrias que compõem o Pólo, de forma a amplificar os efeitos das respectivas associações sectoriais: têxtil, calçado e ourivesaria.
Pólo de Competitividade e Tecnologia Agro-industrial: alimentos, saúde e sustentabilidade	Congregar os interesses e as necessidades do sector, promover e partilhar o conhecimento, incentivar a inovação, e prestar apoio científico e tecnológico transversal às empresas da fileira agro-industrial, de modo a aumentar o seu índice tecnológico e assim reforçar a competitividade da economia portuguesa.
Pólo de Competitividade e Tecnologia da Energia	Contribuir para o desenvolvimento em Portugal de um Pólo de indústria, inovação e tecnologia no sector energético, competitivo a nível internacional.
Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Base Florestal	Dotar a floresta portuguesa da capacidade de produção de matéria-prima em quantidade e qualidade suficientes e de forma sustentável.
Pólo de Competitividade e Tecnologia Engineering & Tooling	Desenvolver e produzir moldes, ferramentas especiais e peças maquinadas de alta precisão, de forma a otimizar as funcionalidades dos produtos e dos processos de fabrico, integrando o molde numa cadeia alargada de serviços de engenharia, ampliando assim a cadeia de valor.
Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial	Dinamizar a constituição e o desenvolvimento do Pólo de Competitividade e Tecnologia nas áreas de Refinação, Petroquímica e Química Industrial, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento dos agentes produtivos nele presentes.
Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias da Mobilidade	Promoção e exercício de iniciativas e actividades de inovação e tecnologia de vocação nacional e internacional, promovendo e incentivando a cooperação entre empresas, organizações, universidades e entidades públicas, com vista ao respectivo aumento da capacidade de I&DT e conseqüente crescimento do volume de negócios, das exportações e do emprego qualificado nas várias áreas associadas às indústrias da mobilidade.
Pólo das Tecnologias de Produção PRODUTECH	Promover o desenvolvimento sustentável e a internacionalização da fi leira nacional das tecnologias de produção - fabricantes de máquinas, equipamentos e sistemas, integradores de sistemas, empresas de desenvolvimento de aplicações informáticas, empresas de engenharia, entre outros - em estreita colaboração com os principais sectores da indústria transformadora portuguesa e com o STCN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional).
Pólo das Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica TICE.PT	Construir uma plataforma de concertação que envolva e mobilize os principais actores das TICE (Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica) nos processos de inovação, I&DT, transferência de conhecimento, formação avançada, desenvolvimento, produção e comercialização de produtos e serviços, marketing e internacionalização.
Pólo de Competitividade e Tecnologia Turismo 2015	Promover a inovação, a qualificação e a modernização do agregado de empresas que actuam no sector do turismo, reforçando a sua capacidade competitiva e a sua afirmação internacional.

**Tabela 9.2: Lista de “Outros Clusters” reconhecidos**

Estratégias de Eficiência Colectiva (EEC)	Missão
<i>Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal</i>	Promover a competitividade das empresas de mobiliário que operam em Portugal, através do desenvolvimento e da difusão da prática de qualidade, design e inovação.
<i>Cluster Habitat Sustentável</i>	Desenvolver uma dinâmica concertada que procure, através da inovação, da qualificação e da modernização das empresas, o reforço da sua competitividade, mobilizando um conjunto de actores, focados em áreas específicas e críticas para o desenvolvimento do Cluster.
<i>Cluster Agro-Industrial do Centro</i>	Contribuir para que a região Centro se afirme ao nível nacional, ibérico e europeu como uma região líder nas fileiras agro-industriais de excelência.
<i>Cluster da Pedra Natural</i>	Desenvolver a cooperação entre empresas, associações empresariais, centro tecnológico, instituições de I&DT, centros de formação e outras entidades do sector contribuindo para a dinamização de processos de transferência de tecnologia, de incremento da produtividade, competitividade e inovação nas diversas actividades económico e produtivas.
<i>Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte</i>	Contribuir para que o Norte se torne na região criativa de Portugal pela concepção e implementação de um adequado modelo de governação que suporte o aumento da capacidade e empreendedorismo criativo, o crescimento dos negócios criativos e a atractividade dos lugares criativos, visando o reforço da massa crítica do capital criativo da região.
<i>Cluster Agro-Industrial do Ribatejo</i>	Desenvolver o grau de colaboração e cooperação entre empresas e entidades relacionadas com o sector Agro-industrial, encorajando a reestruturação competitiva do sector, assegurando dessa forma uma ampla participação das entidades directamente relacionadas com o sector nos circuitos comerciais, nacionais e internacionais.
<i>Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro</i>	Reconhecimento do sector da vitivinicultura Duriense, de modo a dinamizar e modernizar o sector, promovendo uma fonte contínua de informação para apoio técnico à decisão.
<i>Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar</i>	Apoiar o desenvolvimento das actividades marítimas em Portugal, promovendo uma visão global mobilizadora e partilhada e uma forte coordenação da acção entre actores do Cluster.

Com esta iniciativa horizontal, concorrendo os apoios disponíveis em termos de fundos estruturais, pretende-se catalisar dinâmicas agregadoras e fortemente impulsionadoras de práticas inovadoras que conduzam a médio prazo, a efeitos visíveis em termos de competitividade do agregado económico alvo e da economia nacional.

### O que é uma Estratégia de Eficiência Colectiva?

Uma Estratégia de Eficiência Colectiva é um conjunto coerente e estrategicamente justificado de iniciativas integradas num Programa de Acção que visa a inovação, a qualificação ou a modernização de um agregado económico, com uma implantação espacial de expressão nacional, regional ou local, que fomenta, de forma estruturada, a emergência de economias de aglomeração (cooperação e funcionamento em rede entre empresas e entre estas e outros actores relevantes para a estratégia – entidades de ensino e de I&DT, de formação, de assistência tecnológica, associações empresariais, etc. A estratégia definida deverá estar orientada para o futuro e para a mudança de perfil de especialização da economia portuguesa, ou seja muito ancorada na inovação, na produtividade e na mudança de comportamentos e atitudes.

Estão previstas no Enquadramento duas grandes tipologias de EEC:

Clusters, que agrega duas subtipologias – os “Pólos de Competitividade e Tecnologia” (PCT) e os “Outros Clusters” (OC),

Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial, que também agregam duas subtipologias – os “Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos” (PROVERE) e as “Acções de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos” (ARDU).

O COMPETE é a entidade nacional responsável pelo processo de reconhecimento da tipologia Clusters, assim como a entidade competente para efeitos de dinamização, acompanhamento e avaliação dos PCT/OC reconhecidos.

Este instrumento é horizontal ao QREN e envolve também o PRODER e o PROMAR. As Estratégias e os Programas de Acção que são reconhecidos como EEC beneficiam de um tratamento preferencial quer através da atribuição de incentivos majorados, quer da possibilidade de adaptação dos sistemas de incentivos transversais e/ou dotações orçamentais específicas, quer ainda, do lançamento de concursos específicos.

## 9.1 DINAMIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS EEC

Tendo sido atribuída ao COMPETE a responsabilidade nacional para efeitos de dinamização, acompanhamento e avaliação dos Pólos de Competitividade e Tecnologia e Outros *Clusters* (PCT/OC), foi instituída formalmente uma equipa de projecto responsável por estas actividades.



Foram implementados vários **mecanismos de acompanhamento**, sendo de referenciar Pontos de Situação (PS) semestrais (Relatórios), uma visita anual às entidades gestoras, participação em eventos organizados pelas entidades gestoras, dinamização de reuniões para ponto de situação e/ou discussão de temáticas específicas e elaboração de boletins “Flash Informativo” e de outros pontos de situação para reporte à gestão do COMPETE e à tutela.

Em termos globais, durante o ano de 2010, a equipa de projecto EEC do COMPETE produziu 2 Relatórios de Acompanhamento<sup>31</sup>, correspondendo um deles à avaliação do 1.º ano de reconhecimento, visitou e reuniu demoradamente com todas as entidades gestoras, participou em cerca de 10 seminários organizados pelas entidades gestoras, participou no “*European Cluster Conference 2010*”, organizado pela CE, participou nas sessões relativas à apresentação e primeira discussão dos peritos acerca dos projectos mobilizadores (SI I&DT), participou nos Grupos Técnicos de Acompanhamento dinamizados pela AICEP, para efeitos de acompanhamento dos projectos conjuntos (SI Qualificação de PME), e promoveu e/ou esteve presente em mais de duas dezenas de reuniões com promotores empresariais e/ou entidades gestoras dos PCT/OC reconhecidos.



#### AGENDA DAS VISITAS DE ACOMPANHAMENTO DAS EEC-CLUSTERS RECONHECIDAS

Local da Visita: sede da entidade gestora

Duração prevista: 3 horas

Participantes EEC: Presidente da Associação/ Conselho de Administração, Comissão Executiva, equipa técnica.

Programa de Visita:

1. Breve apresentação das instalações e da equipa técnica;
2. Dinâmica e sustentabilidade da entidade gestora: principais actividades desenvolvidas pela entidade gestora reportadas ao 1.º ano de reconhecimento - reuniões/ decisões da Associação; implementação e organização da equipa interna; situação financeira; parcerias; execução do projecto SIAC para apoio a actividades de animação, coordenação e gestão da parceria;
3. Primeiros resultados: implementação da Estratégia e Programa de Acção aprovado - breve ponto de situação sobre os projectos âncora e apresentação dos primeiros valores dos indicadores de realização e resultados;
4. Adesão de novos associados e actividades desenvolvidas para o agregado económico alvo;
5. Perspectivas de evolução para 2010-2012: estratégia e programa de acção; projecto SIAC para apoio a actividades de animação, coordenação e gestão da parceria;
6. Notas finais de acompanhamento do COMPETE.

Durante a visita será efectuada verificação no local dos dossiers relativos à entidade gestora, em particular os reportados ao projecto SIAC para apoio a actividades de animação, coordenação e gestão da parceria.

Documentos a disponibilizar na reunião:

1. Relatório de Actividades de 2009 e Plano de Actividades para 2010, devidamente aprovados em Assembleia-geral;
2. 1.ª versão do Ponto de Situação n.º 2 da EEC (Dez09 a Jun10);
3. 1.ª versão do Relatório Intercalar de Execução dos projectos SIAC (reportado a 31 de Maio);
4. Perspectiva indicativa da execução física e financeira do projecto SIAC para apoio a actividades de animação, coordenação e gestão da parceria (2.º semestre de 2010 e dois anos subsequentes);
5. Lista actualizada dos associados (NF, nome, Cif, localização; tpo entidade; e-mail/ contacto).

Os **Relatórios de Acompanhamento**, estruturados em 6 pontos, visam acompanhar a dinâmica e principais obstáculos vivenciados pelas EEC: a) Operacionalização da entidade gestora; b) Descrição das actividades desenvolvidas pela entidade gestora; c) Ponto de situação dos projectos âncora e complementares; d) Balanço do primeiro ano de reconhecimento/2010; e) Perspectivas para o semestre/ano seguinte; e f) Observações e propostas de melhoria no processo de acompanhamento e dinamização dos PCT/OC.

A **primeira visita de acompanhamento e avaliação** aos PCT/OC realizou-se entre 23 de Junho e 19 de Outubro, constando da agenda seis pontos: i) Breve

<sup>31</sup> Relatório de Acompanhamento n.º 01 – 2.º semestre de 2009, Jan.2010; Relatório de Acompanhamento e Avaliação do 1.º ano de reconhecimento, 10.Dez.2010. Em Março de 2011, disponibiliza o Relatório de Acompanhamento n.º 03 – 2.º semestre de 2010.

apresentação das instalações e da equipa técnica; ii) Dinâmica e sustentabilidade da entidade gestora: principais actividades desenvolvidas pela entidade gestora reportadas ao 1.º ano de reconhecimento – reuniões/decisões da Associação; implementação e organização da equipa interna; situação financeira; parcerias; execução do projecto SIAC para apoio a actividades de animação, coordenação e gestão da parceria; iii) Primeiros resultados: implementação da Estratégia e Programa de Acção aprovado – breve ponto de situação sobre os projectos âncora e apresentação dos primeiros valores dos indicadores de realização e resultados; iv) Adesão de novos associados e actividades desenvolvidas para o agregado económico alvo; v) Perspectivas de evolução para 2010-2012: estratégia e Programa de Acção; projecto SIAC para apoio a actividades de animação, coordenação e gestão da parceria; vi) Notas finais de acompanhamento do COMPETE.

Estiveram presentes pelas entidades gestoras 80 pessoas, entre membros do conselho de administração, directores e pessoal técnico.

Como contributo para a dinamização das EEC, são publicitados, no *site* do COMPETE, em espaço dedicado aos “Pólos & Outros *Clusters*”, os eventos organizados pelas entidades gestoras. Constitui objectivo para 2011, e em consonância com um maior grau de maturidade na implementação das EEC, o lançamento de um portal específico para as EEC, constituindo um elemento de referência na divulgação pública dos seus objectivos, resultados e dinâmicas vivenciadas.

Complementarmente, e revestindo grande importância, são efectuadas interações com as entidades gestoras dos PCT/OC, para efeito de definição das prioridades de investimento elegíveis, a considerar aquando do lançamento de Concursos com dotações orçamentais específicas para EEC (Referenciais), e que determinam o carácter “complementar” dos projectos.

Sem periodicidade definida, são igualmente desenvolvidas reuniões colectivas para debate em torno de temáticas de interesse a todos os PCT/OC.

Constituindo a iniciativa Estratégias de Eficiência Colectiva uma dimensão piloto e assumindo o reconhecimento um período de 3 anos, torna-se relevante o desenvolvimento sistemático de actividades que promovam, quer uma reflexão estratégica, quer operacional em torno dos resultados e estrangulamentos vivenciados. Este capítulo pretende sumariar os principais resultados do processo de acompanhamento e avaliação desenvolvido ao longo de 2010.

## 9.2 IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA E PROGRAMA DE ACÇÃO

No presente ponto descrevem-se as principais constatações da análise efectuada com base nos dados apurados no “Ponto de Situação n.º 3” (dados reportados a 31. De dezembro de 2010) e demais informações materializadas ou não em documentos de reporte.

| 125

Os pontos considerados chave no acompanhamento da dinâmica das entidades gestoras dos PCT/OC na implementação das Estratégias e Programas de Acção são: equipa técnica e órgãos sociais (nomeadamente, envolvimento dos associados na gestão do PCT/OC), projectos âncora e complementares, actividades de promoção e *networking*, e actividades de disseminação de conhecimentos e de transferência de tecnologia.

### 9.2.1. Equipa Técnica e Órgãos Sociais

Um dos aspectos centrais na operacionalização das EEC diz respeito à **equipa técnica** da entidade gestora responsável pela implementação da Estratégia e Programas de Acção reconhecidos, assim como a posição e participação dos associados nos órgãos sociais do PCT/OC.

Com excepção de 3 entidades gestoras (*Cluster Habitat Sustentável*, PCT Mobilidade e *Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro*), todas as restantes foram constituídas especificamente para a gestão/dinamização do PCT/OC. Um dos aspectos objecto de acompanhamento particular diz respeito ao nível de envolvimento dos associados na actividade da entidade gestora, assim como a natureza aberta da rede de cooperação.

Ainda que com alguns atrasos, todas as entidades gestoras já possuem órgãos de gestão eleitos e em pleno funcionamento.

Na generalidade das situações houve alguma dilatação no processo de constituição das equipas técnicas, que se traduziu de forma muito directa também numa menor capacidade de resposta aos desafios de arranque das entidades gestoras. Este constrangimento foi nalgumas situações mitigado por um maior envolvimento inicial dos associados.

A entidade gestora do PCT Saúde, tendo sido constituída em Abril de 2008, foi a primeira a possuir um quadro técnico dedicado (desde Junho de 2009), composto por um director executivo e 3 técnicos superiores (2 doutorados).

A 31 de Dezembro de 2010, as equipas técnicas apoiadas no âmbito do COMPETE (SIAC-dinamização) ascendem a 47 recursos humanos qualificados, ao qual se adicionam outros 18 recursos afectos ao PCT/OC de forma directa ou indirecta (apoio no acompanhamento de projectos-âncora, cedidos parcialmente pelos associados e/ou pela entidade gestora).

As entidades gestoras dos OC procederam à primeira contratação mais cedo do que verificado nos PCT: dos 8 *Clusters* reconhecidos apenas um iniciou a constituição da equipa técnica depois de Janeiro de 2010, enquanto nos PCT tal se verificou em cerca de metade das entidades gestoras.

Em termos globais, constata-se uma aproximação gradual ao que se considera como dimensão mínima, ajustada à dinâmica e forte proximidade com os associados e agregado económico alvo exigido.

O atraso vivenciado na implementação das actividades previstas para o 1.º ano de reconhecimento esteve fortemente relacionado com equipas técnicas insuficientes e com alguma inexperiência em actividades fortemente ancoradas na dinamização de redes e na promoção de economias de aglomeração.

Analisando a **composição dos órgãos sociais**, constata-se que, em média, 57,1% dos elementos das Assembleias-gerais são empresas e 52,9% dos órgãos de Direcção/Conselho de Administração.

Em relação aos PCT, destaque-se pela positiva os PCT da Mobilidade, *Engineering & Tooling*, Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial, Energia e Agro-industrial pelo facto de o órgão social Assembleia-geral ser presidido por uma empresa. Entre estes evidenciam-se os PCT da Mobilidade, *Engineering & Tooling* e Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial, por pelo menos  $\frac{3}{4}$  dos membros da Assembleia-geral serem empresas.

Ao nível dos membros empresariais da Direcção/Conselho de Administração destacam-se pela positiva, os PCT Agro-industrial, Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial, Saúde e Energia.

Ao nível dos Outros *Clusters*, somente o *Cluster* Agro-industrial do Ribatejo, das Indústrias de Mobiliário de Portugal e Vinhos da Região Demarcada do Douro observam uma empresa como presidente da Assembleia-geral e/ou da Direcção/Conselho de Administração.

Com o amadurecimento das entidades gestoras, e maior reconhecimento do seu valor acrescentado junto dos agregados económicos alvo, será previsível que em futuros mandatos se verifique um aumento da representatividade das empresas. Contudo, esta é uma dimensão que tem sido de forma contínua merecedora de recomendações.

Em relação à **rede de associados**, e face aos atrasos na constituição das equipas técnicas e um claro privilégio no primeiro ano de reconhecimento para a organização interna e elaboração das candidaturas aos projectos-âncora, o alargamento da base associativa, nem sempre constituiu objectivo. Efectivamente, a estratégia foi consolidar a equipa interna das entidades gestoras, desenvolver um conjunto de competências, para posteriormente poderem, de forma mais sustentada, lançar campanhas de adesão aos PCT/OC e respectiva oferta de serviços.

| 127

A 31 de Dezembro de 2010 contabilizam-se 1096 associados, dos quais 68% empresas. A rede de associados dos *Clusters* é superior à dos PCT (586 e 510, respectivamente), o que reflecte um importante trabalho das entidades gestoras junto dos respectivos territórios e agregados económicos alvo.

A percentagem de empresas nas redes constituídas reveste de primordial importância, uma vez que os PCT/OC se constituem como plataformas de colaboração para o desenvolvimento da competitividade, visibilidade internacional e negócios inovadores.

Das 745 empresas associadas, 27 são associadas de mais do que um PCT/OC.

Em termos de distribuição regional dos associados, estes localizam-se essencialmente nas regiões convergência Norte e Centro (81,2% dos associados empresas).

**Tabela 2.13: Distribuição Regional dos Associados Empresas dos PCT/OC**

Localização NUTS II	Total	% Total
Alentejo	37	5,20%
Centro	185	25,80%
Norte	397	55,40%
Lisboa	93	13,00%
Algarve	1	0,10%
R. A. Açores	2	0,30%
Espanha	1	0,10%
<b>Total</b>	<b>716</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Entidades Gestoras, PS n.º 3, 31.Dez.10

Centrando a análise no **perfil das empresas associadas**<sup>32</sup>, concluiu-se que 51,1% das empresas desenvolvem uma actividade com forte componente tecnológica e/ou de conhecimento. 55% das empresas de alta intensidade tecnológica estão sedeadas na região Lisboa, 50% das empresas de média-alta intensidade tecnológica, na região Centro, e 50,8% das empresas sedeadas na região Norte, desenvolvem serviços com forte conteúdo de

<sup>32</sup> Com base nas empresas com CAE industrial e/ou de serviços, não tendo presente as empresas das regiões com fraca expressividade (Algarve, Açores e Espanha).

conhecimento.

Comparando com a globalidade das empresas com projectos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN, constata-se por um alinhamento qualitativo, não se verificando um comportamento distintivo a este nível por parte da rede de associados dos PCT/OC: 76% das empresas de serviços com projectos apoiados no QREN apresentam forte intensidade em conhecimento (70,7% nos associados PCT/OC); 36% das empresas da indústria transformadora com projectos apoiados no QREN desenvolvem actividade de alta/média-alta intensidade tecnológica (34,5% nos associados PCT/OC).

| 128

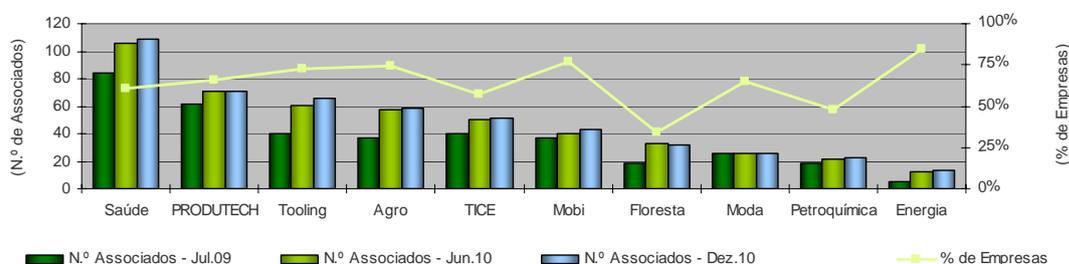
**Tabela 9.3: Caracterização da Actividade das Empresas Associadas dos PCT/OC**

Intensidade Tecnológica/ Conhecimento	Alentejo	Centro	Lisboa	Norte	Total N.º	% Tecnologia
Alta Intensidade Tecnológica	0,0%	15,0%	55,0%	30,0%	20	3,7%
Média-Alta Intensidade Tecnológica	2,5%	50,0%	7,5%	40,0%	80	14,9%
Média-Baixa Intensidade Tecnológica	15,2%	50,0%	4,3%	30,4%	46	8,6%
Baixa Intensidade Tecnológica	9,7%	29,9%	2,1%	58,3%	144	26,9%
Serv. Alta Tecn. Forte Intens. Conhec.	3,8%	23,8%	21,5%	50,8%	130	24,3%
Serv. Fin. Forte Intens. Conhec.	0,0%	16,0%	44,0%	40,0%	25	4,7%
Outros Serv. Forte Intens. Conhec.	0,0%	10,5%	15,8%	73,7%	19	3,5%
Serv. Mercado Fraca Intens. Conhec.	7,6%	34,8%	25,8%	31,8%	66	12,3%
Outros Serv. Fraca Intens. Conhec.	0,0%	33,3%	16,7%	50,0%	6	1,1%
<b>Total</b>	<b>6,2%</b>	<b>31,9%</b>	<b>15,3%</b>	<b>46,6%</b>	<b>536</b>	
<b>Total - N.º</b>	<b>33</b>	<b>171</b>	<b>82</b>	<b>250</b>		

Fonte: Entidades Gestoras, PS n.º 3, 31.Dez.10

Registaram maiores taxas de crescimento no número de associados, os PCT Energia *Engineering & Tooling* e das Indústrias da Mobilidade.

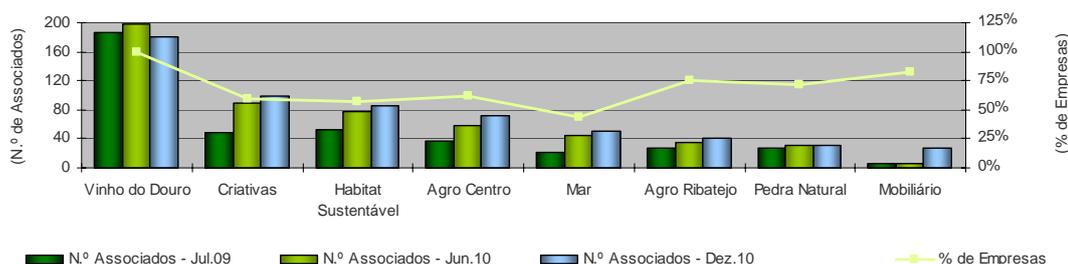
**Gráfico 9.1: Dinâmica na Rede de Associados dos PCT**



Fonte: Entidades Gestoras, PS n.º 3, 31.Dez.10

Conforme se pode observar no Gráfico 2, somente 4 dos 8 *Clusters* regista um peso relativo de empresas superior a 70%, sendo portanto necessário aumentar o esforço de aumento da representatividade das empresas.

Gráfico 9.2: Dinâmica na Rede de Associados dos OC



Fonte: Entidades Gestoras, PS n.º 3, 31.Dez.10

### 9.2.2. Projectos Âncora e Complementares

Os **projectos-âncora** assumem uma natureza colectiva e uma centralidade particular na Estratégia dos PCT/OC, pelo que foram elencados de forma selectiva de forma a serem objecto de candidatura inicial no âmbito dos vários instrumentos de apoio disponíveis. Para estes projectos havia um pré-compromisso da sua aprovação, desde que cumpridos os critérios de elegibilidade e admissibilidade impostos nos vários Regulamentos Específicos.

Os **projectos complementares** podem assumir uma natureza cooperativa ou individual, mas deverão estar alinhados com os objectivos e prioridades definidas pelos vários PCT/OC. Este conjunto de projectos é bastante alargado, envolve todos os instrumentos disponíveis no QREN, PRODER e PROMAR, e pretende promover o desenvolvimento de projectos que permitam, a um nível micro, aumentar a competitividade e presença internacional das empresas dos agregados económicos alvo, e potenciar a actividade da entidade gestora através do desenvolvimento de projectos individuais ou cooperativos que promovam a mobilização dos vários actores das plataformas de colaboração em que se inserem ou a cooperação com outros PCT/OC.

Os **projectos SIAC-dinamização** são projectos que apoiam a actividade das entidades gestoras ao longo deste primeiro período de reconhecimento (3 anos). São elegíveis as

despesas relativas à contratação de 3 recursos humanos qualificados e as actividades relacionadas com a promoção do PCT/OC, integração em plataformas internacionais, organização de eventos técnicos e de disseminação de conhecimento, assim como as reuniões que promovam a cooperação entre os vários actores da rede constituída.

## PROJECTOS ÂNCORA

Os contratos de reconhecimento das 19 EEC-*Clusters* previam um conjunto de 108 projectos âncora, que estimavam alavancar um investimento na ordem dos 651 milhões de euros.

Com base nas características específicas dos Concursos (e Regulamentos dos instrumentos de apoio), alguns destes projectos foram desdobrados em mais do que uma candidatura, traduzindo-se na contabilização de 120 projectos.

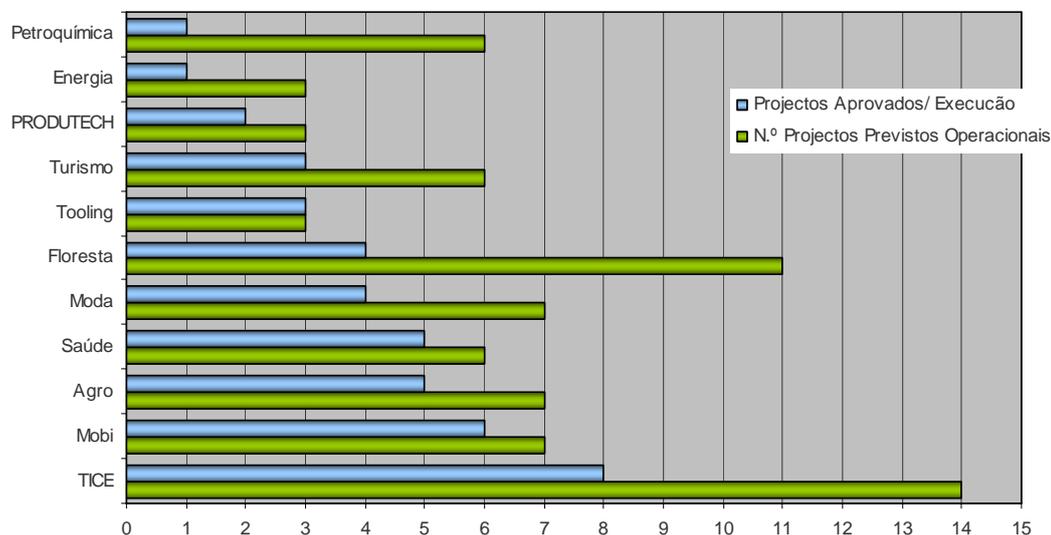
A 31 de Janeiro de 2011, 69,2% dos projectos tinham sido alvo de candidatura, envolvendo um investimento de 347,3 milhões de euros. Das 83 candidaturas submetidas, 41,0% inserem-se no âmbito de Acções Colectivas (SIAC), 28,9% no SI I&DT e 19,3% na criação de infra-estruturas.

Os projectos aprovados envolvem um investimento elegível de 233,8 milhões de euros e um incentivo de 145,0 milhões de euros. 2/3 do incentivo tem como entidade financiadora o COMPETE, 27,8% o POR Norte e 7,4% o POR Centro. Por instrumento de apoio, 35,5% do incentivo é para o desenvolvimento de projectos no domínio do SI I&DT, 34,9% para projectos relativos à criação de infra-estruturas e 28,0% para projectos de acções colectivas.

Na sua globalidade os projectos foram apresentados com um orçamento revisto em baixa.

Em relação aos PCT, o gráfico 9.3 permite inferir por diferentes velocidades na submissão dos projectos, o que constitui também um indicador de dinâmica da própria entidade gestora. Somente o PCT *Engineering & Tooling* tem a totalidade dos projectos âncora submetidos e aprovados. Possuem níveis de aprovação de projectos âncora superiores a 70%, os PCT Agro-industrial, Saúde e Mobilidade.

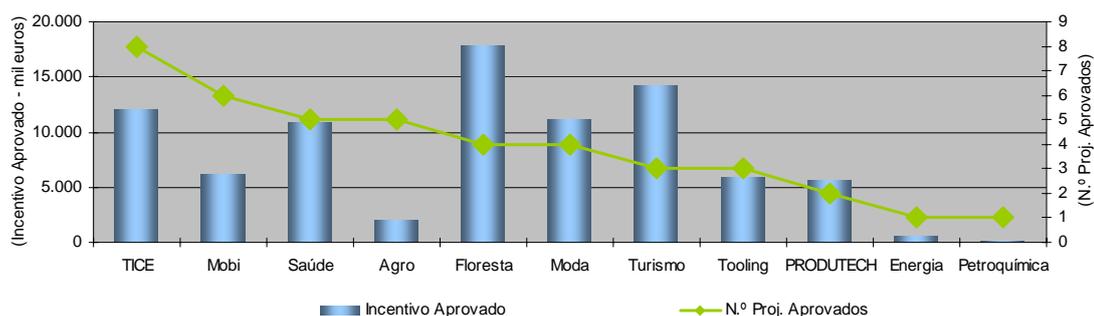
Gráfico 9.3: Projectos Âncora Previstos e Aprovados, por PCT



Fonte: AG QREN, PRODER, PROMAR, 31.Jan.11

Em termos de incentivo (cf. gráfico 9.4), os PCT das Indústrias de Base Florestal e do Turismo concentram 37,1% do incentivo total aprovado ao nível dos PCT, e observam os valores médios mais altos dos projectos aprovados.

Gráfico 9.4: Incentivo e Número de Projectos Aprovados, por PCT



Fonte: AG QREN, PRODER, PROMAR, 31.Jan.11

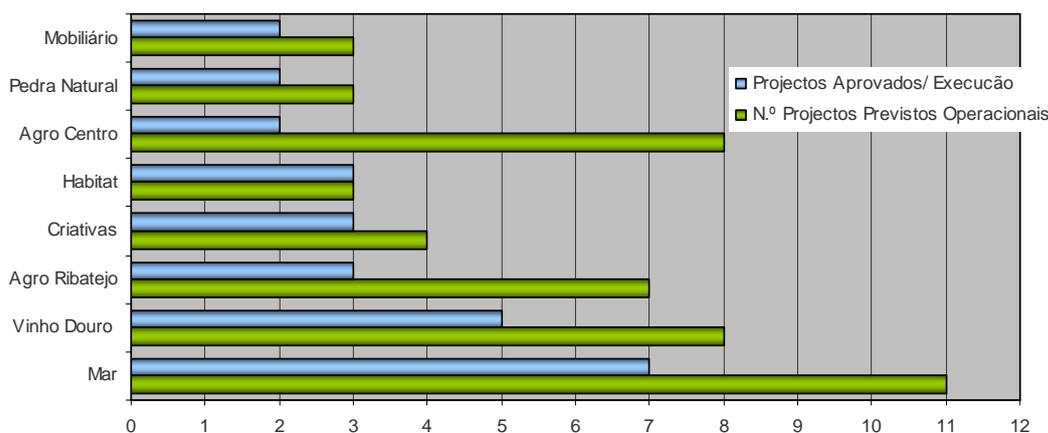
Parte significativa dos projectos-âncora têm contratação recente, pelo que ainda não é possível identificar resultados físicos.

Na sua grande maioria as entidades gestoras dos PCT instituíram mecanismos de acompanhamento dos mesmos, possibilitando um reporte actualizado e com algum detalhe

do grau de realização física e financeira dos projectos.

Em relação aos Outros *Clusters*, tal como verificado aos nível dos PCT, também aqui se vivenciam diferentes ritmos na submissão e aprovação dos projectos âncora. Somente o *Cluster* Habitat Sustentável já possui aprovada a globalidade dos projectos âncora. O *Cluster* das Indústrias Criativas, da Pedra Natural e das Empresas de Mobiliário de Portugal, são os que de seguida apresentam maior taxa de aprovação (cf. gráfico 9.5).

**Gráfico 9.5: Projectos Âncora Previstos e Aprovados, por OC**

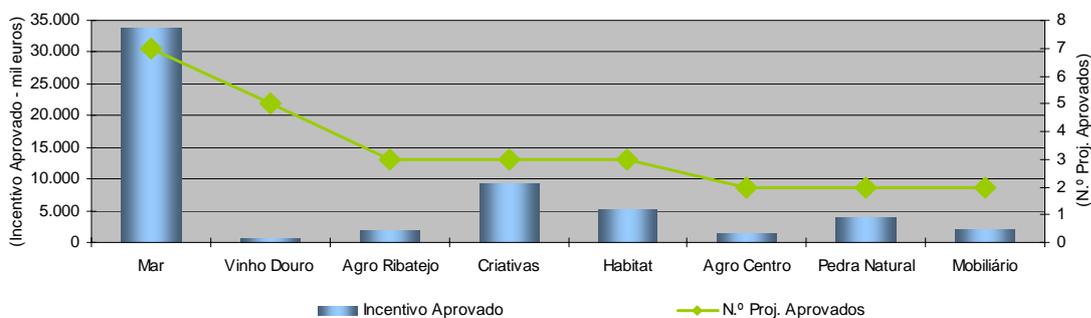


Fonte: AG QREN, PRODER, PROMAR, 31.Jan.11

O gráfico 9.6 que espelha o incentivo aprovado, permite concluir pela forte polarização dos projectos do *Cluster* do Conhecimento e Economia do Mar. Tal traduz o forte pendor infra-estrutural deste *Cluster*, que envolve volumes de investimento muito significativos.

Os maiores valores de incentivo médio por projecto aprovado registam-se no *Cluster* do Conhecimento e Economia do Mar (4,8 milhões de euros), das Indústrias Criativas (3,1 milhões de euros) e da Pedra Natural (2 milhões de euros).

**Gráfico 9.6: Incentivo e Número de Projectos Aprovados, por OC**



Fonte: AG QREN, PRODER, PROMAR, 31.Jan.11

Ao nível do *Cluster* do Conhecimento e Economia do Mar dado o forte desinvestimento neste recurso nas últimas décadas, parte significativa dos projectos assume uma forte natureza de requalificação/criação de infra-estruturas de apoio à economia do mar. No cômputo de todas as EEC-*Clusters* reconhecidas, o *Cluster* do Conhecimento e Economia do Mar é o que prevê maior nível de investimento em projectos âncora (120 milhões de euros), seguido do PCT TICE (108 milhões de euros) e do PCT das Indústrias de Base Florestal (91,4 milhões de euros).

Tal como referido no âmbito dos PCT, também nos OC os projectos âncora se encontram na sua generalidade numa fase inicial de realização.

### PROJECTOS COMPLEMENTARES

A partir da 2.<sup>a</sup> fase de 2009 dos Concursos dos Sistemas de Incentivos do QREN, foram definidas dotações orçamentais específicas para as EEC-*Clusters*, as quais representavam em média cerca de 2/3 dos orçamentos globais dos concursos. As primeiras decisões ocorrem a partir de finais de Janeiro de 2010, interessando neste ponto perceber a evolução da procura dirigida a estes apoios específicos e mais focalizados nas prioridades das EEC-*Clusters*.

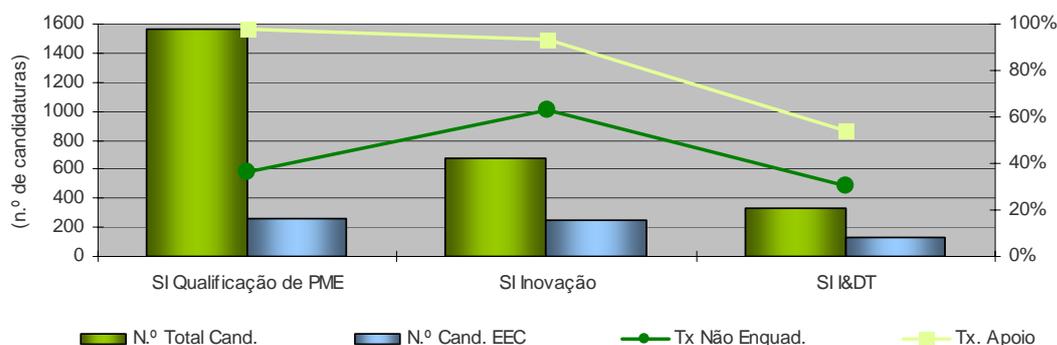
Não obstante as diligências desenvolvidas com o PRODER e POPH, as dinâmicas já instituídas, com menor flexibilidade que as dos Sistemas de Incentivos do QREN, não permitiram adoptar até ao momento metodologias similares, ou seja, com dotações e/ou prioridades específicas para as EEC-*Clusters*. Os PO Regionais, com excepção dos projectos-âncora, não introduziram, igualmente, uma metodologia de dotação orçamental específica, ou com prioridades definidas, ou, ainda, com majoração no apoio ou na pontuação.

Desta forma, os dados analisados reportam exclusivamente aos Sistemas de Incentivos do QREN e ao SIAC-COMPETE, entre o reconhecimento dos PCT/OC e 31 de Janeiro de 2011. Os dados reportam a 13 Concursos já com decisão: 2 SI Inovação, 1 I&DT Colectiva, 1 I&DT individual, 1 I&DT em co-promoção, 6 SI PME e 2 SIAC.

Focalizando a análise nos Sistemas de Incentivos, a procura dirigida a este instrumento totalizou 636 candidaturas à dotação orçamental específica para os PCT/OC, num total de

2.564 candidaturas (cerca de ¼)<sup>33</sup>. Destas, 54,4% foram consideradas enquadradas num determinado PCT/OC, das quais 85,5% foram objecto de apoio. Os principais motivos de não enquadramento, reportam, no caso do instrumento SI&DT, ao facto dos projectos não visarem uma das áreas tecnológicas definidas (69,7%); no caso do SI Inovação a questões de enquadramento no próprio Concurso (inovação) e à tipologia de investimento elegível (88,0%); e no caso do SI PME, a não inserção numa das tipologias de investimento elegíveis (77,6%). A taxa de sucesso de enquadramento numa EEC (os que foram considerados complementares face ao total de candidaturas ao orçamento EEC) foi de 37,4% no SI Inovação, 63,8% no SI PME, e 69,6% no SI I&DT.

**Gráfico 9.7: Candidaturas ao Orçamento Específico nos AAC dos Sistemas de Incentivos**



Legenda: Tx Não Enquad. - % de projectos que não cumpriram os requisitos para serem considerados complementares de uma EEC; Tx. Apoio - % de projectos que foram objecto de financiamento face ao total de projectos considerados complementares de uma EEC.

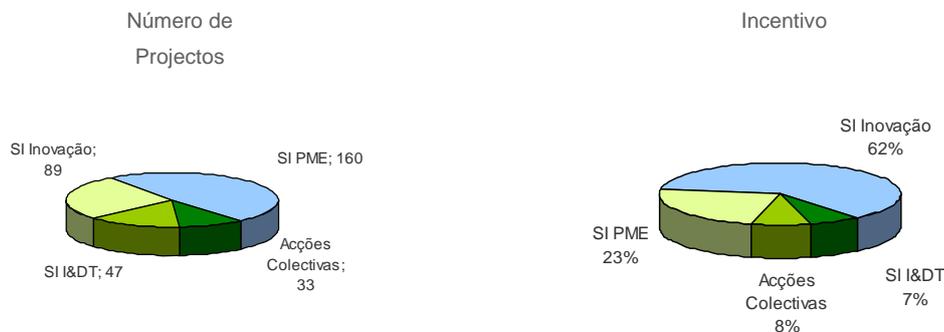
Fonte: SI QREN, 31.Jan.11

É ainda de assinalar a importância relativa das EEC-Clusters ao nível dos novos actores que têm vindo a alargar a base empresarial do QREN. No mais recente Concurso fechado para projectos de I&DT individual (AAC n.º 06/SI/2010), 62,2% das empresas candidatas não possuía qualquer projecto aprovado no âmbito dos SI do QREN (71,7% dessas empresas são micro e pequenas empresas).

Encontravam-se aprovados, a 31 de Janeiro de 2011, 329 projectos complementares (SI QREN e SIAC-COMPETE), alavancando um investimento elegível de 492,5 milhões de euros e envolvendo um incentivo de 296,4 milhões de euros.

<sup>33</sup> Refira-se que se encontram em análise 533 projectos cujo encerramento dos Concursos se registou em Janeiro/início de Fevereiro de 2011, e que naturalmente não se encontram contabilizados nestes dados que reportam a Concursos com decisão.

Gráfico 9.8: Número e Incentivo dos Projectos Complementares Aprovados



Fonte: SI QREN, 31.Jan.11

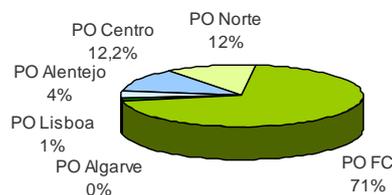
70,3% do incentivo aprovado de projectos complementares é financiado pelo COMPETE, 12,2% pelo POR Norte e 12,2% pelo POR Centro.

Cerca de ¼ dos projectos aprovados já verifica pagamentos (75 projectos), envolvendo um volume de incentivo pago de 56 milhões de euros (47,2% do incentivo contratado).

Cerca de 40% dos projectos aprovados são de empresas associadas das

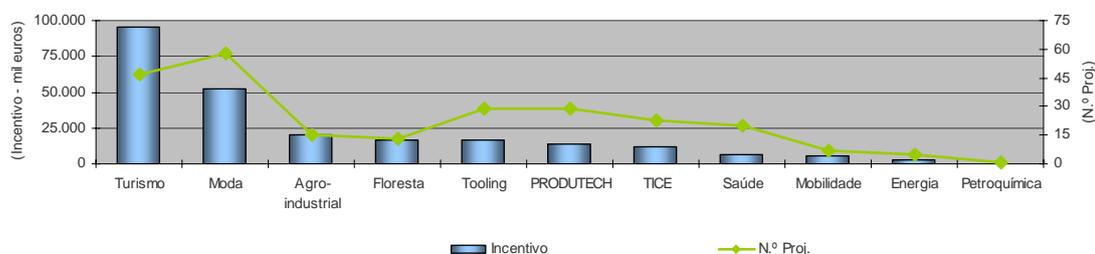
entidades gestoras dos PCT/OC.

Gráfico 9.9: Peso Relativo do Apoio a Projectos Complementares, por Autoridade de Gestão do QREN (incentivo)



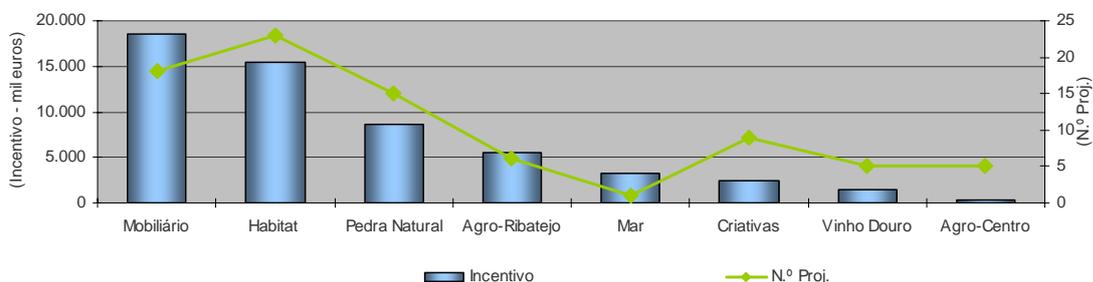
Fonte: SI QREN, 31.Jan.11

Gráfico 9.10: Incentivo e Número de Projectos Complementares Aprovados, por PCT



Fonte: SI QREN, 31.Jan.11

**Gráfico 9.11: Incentivo e Número de Projectos Complementares Aprovados, por OC**



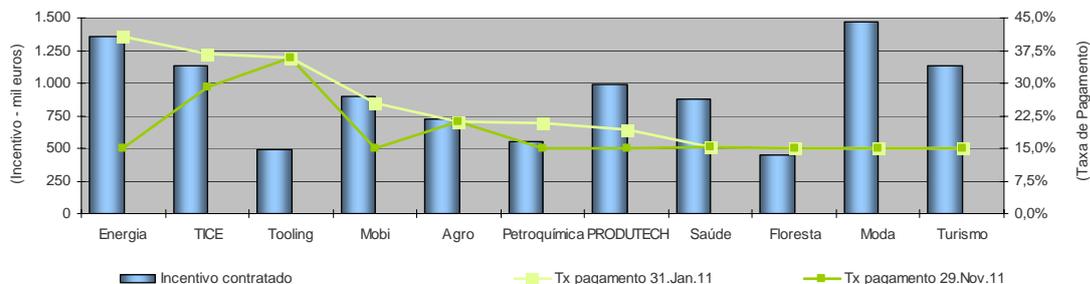
Fonte: SI QREN, 31.Jan.11

### PROJECTOS SIAC - DINAMIZAÇÃO

Com excepção do *Cluster* das Empresas de Mobiliário de Portugal, que foi o último a reunir as condições para a assinatura do contrato SIAC-dinamização (13.Dez.2010), todas as restantes entidades gestoras assinaram o contrato do projecto SIAC destinado ao apoio às actividades de dinamização, promoção e *networking*, ainda em 2009.

A evolução dos pagamentos permite constatar por um baixo nível de realização das actividades previstas, tendo presente que já foi ultrapassado cerca de metade do período de reconhecimento. Tal situação espelha um atraso na constituição das equipas técnicas de suporte às actividades dos PCT, e que constituem componente principal no incentivo contratado. Para além de um evidente atraso no desenvolvimento físico das actividades de reforço da rede, reflecte, igualmente, uma forte preocupação em relação ao grau de sujeição ao Código dos Contratos Públicos, tendo-se atrasado o lançamento de concursos/convites para a adjudicação de vários serviços e estudos.

**Gráfico 9.12: Incentivo Contratado e Taxa de Pagamento dos Projectos SIAC-dinamização, PCT**

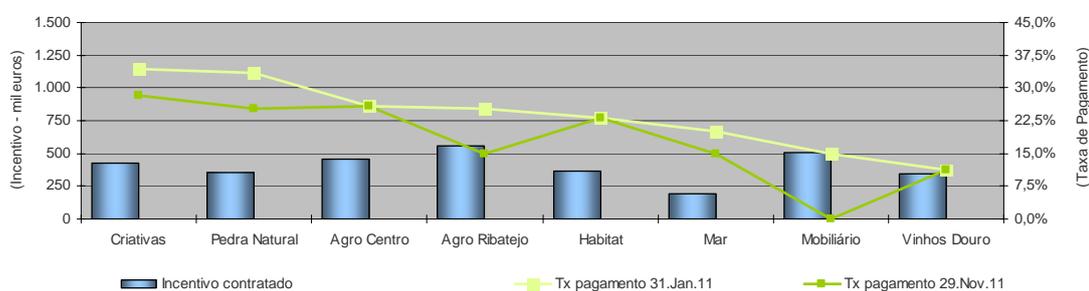


Fonte: SI COMPETE, 31.Jan.11

Os PCT que evidenciam um melhor comportamento em termos de evolução do seu projecto SIAC-dinamização são os PCT Energia, Mobilidade e TICE. Somente 3 PCT observam uma taxa de pagamentos superior a 30% (Energia, TICE e *Engineering & Tooling*).

Também ao nível dos Outros *Clusters* se regista uma taxa de pagamento abaixo do previsível, sendo de destacar por uma maior dinâmica nos meses mais recentes, o *Cluster* Agro-industrial do Ribatejo, da Pedra Natural e das Industrias Criativas na Região Norte.

Gráfico 9.13: Incentivo Contratado e Taxa de Pagamento dos Projectos SIAC-dinamização, OC



Fonte: SI COMPETE, 31.Jan.11

Não se pode dissociar este nível de realização financeiro inferior ao expectável, do atraso efectivo no arranque das actividades na generalidade das entidades gestoras, da perturbação induzida por alguma indefinição no grau de sujeição às regras da contratação pública, e do facto da fase inicial ser assegurada, em algumas situações, por recursos de associados. Acresce, ainda, algumas insuficiências ao nível da configuração das actividades previstas na candidatura do projecto SIAC-dinamização, que têm sido objecto de melhoria/reconfiguração.

### 9.2.3. Actividades de promoção e *Networking*

As entidades gestoras dedicaram parte significativa da sua actividade no 1.º ano de reconhecimento, para além do apoio na elaboração das candidaturas aos projectos-âncora, à realização de visitas aos associados, à participação em diversos *workshops*/seminários para divulgação da existência do PCT/OC, e a um nível superior, à realização de reuniões técnicas, envolvendo empresas e entidades do sistema científico e tecnológico ou empresas de sub-sectores diferenciados, numa lógica de identificação de novos negócios inovadores.

Tal como se constatou nas outras dimensões, também nesta, se verificam diferentes ritmos

no desenvolvimento de actividades de promoção e de disseminação de conhecimentos. Aliás esta última componente foi praticamente inexistente.

Em termos de promoção, é de referir ainda, a criação de *site* institucional, envio de *emails* e *newsletters* aos associados, inserção de publicidade na comunicação social, e participação em eventos tais como a “Conferência da Primavera PME” na Assembleia da República e o “Portugal Tecnológico”.

| 138

Com excepção do PCT da Moda que não promoveu qualquer tipo de iniciativa de promoção e *networking*, tendo optado por integrar esta preocupação nos eventos organizados pelas Associações associadas, todos os restantes PCT/OC desenvolveram um conjunto diversificado de iniciativas que passaram pela publicação de *newsletters*, participação em eventos nacionais e internacionais, organização de seminários/ workshops de natureza mais temática e/ou dirigida a públicos mais alargados e complementares (ex. alunos do ensino superior), reuniões com os associados e potenciais associados, assim como com entidades relevantes da administração pública. A dimensão internacionalização assume uma preocupação quase transversal, pelo que vários PCT/OC participaram de forma institucional e/ou como convidados de associados em diversas feiras.

Das várias actividades desenvolvidas em matéria de promoção institucional e de *networking* dos PCT/OC, destacam-se as seguintes:

#### **Newsletters:**

Pela frequência e relevância da informação contida, quer em termos de promoção, mobilização dos actores e divulgação de conhecimento, destaca-se a *newsletter* do PCT das Indústrias da Mobilidade (“Voz Off”).

Disponibilizam com alguma regularidade *newsletters*, os PCT das Indústrias da Refinação, Petroquímica e Química Industrial e da Saúde, e os *Clusters* do Conhecimento e Economia do Mar, do Vinho da Região Demarcada do Douro e das Indústrias Criativas na Região Norte.

#### **Organização de Seminários/ Workshops:**

- PCT *Engineering & Tooling*: Acções de sensibilização e divulgação da Pool-Net junto das Universidades de Coimbra e do Minho; Semana de Moldes 2010; *Workshops* temáticos “Reposicionamento, Protecção e Potenciação de um *Cluster*”, “Sensibilização da Indústria para o Mercado da Energia e Ambiente” e “Afirmação Internacional da Marca E&T *from Portugal*”;
- PCT PRODUTECH: Conferência Anual do PCT “Fórum PRODUTECH”; PRODUTECH Open Days;

- PCT das Indústrias da Mobilidade: Sessão de trabalho entre o consórcio MOBI.E e os municípios da rede RENER; apresentação e discussão dos planos de mobilidade para cada município; *Workshops* Auto2015, Mobi-Power (powertrain de veículos eléctricos e sistemas de carregamento) e Mobi-Trim (interiores de automóveis);
- PCT Energia: em parceria com o *Wave Energy Centre*, uma sessão de *brokerage* sobre as energias *offshore* com vista a identificar sinergias e dinamizar parcerias; 4 *workshops* temáticos (energia *offshore*, eólica, solar e rede eléctrica), com parceria da DGEG e GPPQ, com vista à dinamização e envolvimento das empresas portuguesas na Iniciativa Industrial Europeia (EII);
- PCT das Indústrias de Base Florestal: 1.º Congresso do PCT “Crescer forte, Grow Stronger”; co-organização do seminário “A floresta como recurso” na FIMAP/FERRALIA;
- *Cluster Habitat* Sustentável: sessão de esclarecimentos “Apoios à Eficiência Energética; congresso de Inovação na Construção Sustentável CINCO’s10; *Open Days* 2010 sobre o *Cluster Habitat* Sustentável e as Políticas Públicas de Apoio à Sustentabilidade;
- *Cluster* das Indústrias Criativas na região Norte: “Portugal Criativo@Porto2010”; Clube ADDICT;
- *Cluster* do Conhecimento e Economia do Mar: Seminário na região do Algarve para apresentação do *Cluster*; organização do seminário “*Clusters* Marítimos e Plataformas Offshore/Oportunidades de cooperação inter-regional”.

#### Participação em Feiras Nacionais/ Internacionais:

- PCT *Engineering & Tooling*: “Euromold 2010 - promoção da Marca E&Tooling”; “Glasstec 2010” Salão internacional dedicado à indústria de embalagem em vidro (Dusseldorf); “Feira Internacional K’2010” (Dusseldorf); Salão aeronáutico de Farnboroug (Inglaterra);
- PCT das Indústrias de Base Florestal: Expo Xangai “Semana Florestal”, apresentação e promoção dos 3 sectores do PCT; participação institucional na FIMAP/ FERRALIA;
- *Cluster Habitat* Sustentável: Participação na *European Cluster Conference 2010*, organizada pela Comissão Europeia; Participação na VIII Edição do *Open Days – Semana Europeia de Cidades e Regiões* (Bruxelas);

- *Cluster* das Indústrias Criativas na Região Norte: missão empresarial com a ANJE a Londres;
- *Cluster* Agro-industrial do Centro: Feira SIAL – Salão Internacional de Alimentação (Paris); 1.º Mercado Tecnológico Agro-alimentar (Espanha); Mercado dos Sabores (Lisboa); 15th *World Congress of Food Science and Technology* (África do Sul); *European Cluster Conference* (Bruxelas);
- *Cluster* Agro-industrial do Ribatejo: Agro-Global Feira do Milho e Grandes Culturas (Valada do Ribatejo); feira SIAL – Salão Internacional de Alimentação (Paris); HBE – Horticulture Brokerage Event (Lisboa).

| 140

### Participação em Plataformas Internacionais:

- PCT Engineering & Tooling: Participação nas reuniões da *European Tooling Platform* (sub-plataforma da Plataforma Europeia MANUFUTURE); através do CENTIMFE, a Pool-Net é membro activo no GPPQ – Grupo Português para a Promoção do 7.º PQ da EU; presença na EFFRA - *European Factories of the Future Research Association*, através do associado IBER-OLEFF;
- PCT PRODUTECH: participação na Plataforma Tecnológica MANUFUTURE/ EFFRA (*European Factories of the Future Research Association*); articulação com a CECIMO/EEWG, nomeadamente no desenvolvimento da SRI *Self Regulatory Initiative* (Directiva Eco Design/ Grupo de trabalho “Eficiência Energética”);
- PCT das Indústrias da Mobilidade: Participação no *Joint European Commission/EpoSS/ERTRAC Expert Workshop “Electric Vehicle Batteries Made in Europe”* (Bruxelas);
- *Cluster* Habitat Sustentável: protocolo de cooperação com o *Cluster Construcción* (Espanha);
- *Cluster* das Indústrias Criativas na Região Norte: adesão à rede “*European Creative Business Network* (ECBN); parceria de cooperação AECT Galiza – Norte de Portugal;
- *Cluster* do Conhecimento e Economia do Mar: presença no InfoDay sobre FP7-OCEAN-2011 “*The Ocean of Tomorrow*”;
- *Cluster* Agro-industrial do Ribatejo: integra o grupo de trabalho AgroBioFood dinamizado no seio da EBN – *European BIC Network*.

#### 9.2.4. Actividades de Disseminação de Conhecimento e de Transferência de Tecnologia

As actividades de disseminação de conhecimento são pouco expressivas na maioria dos PCT/OC, reflectindo ainda a prioridade dirigida para a elaboração e candidatura de projectos-âncora e para as actividades de promoção e conhecimento dos associados.

Alguns PCT/OC, contudo, desenvolveram ao longo do 2.º semestre de 2010 um conjunto de actividades interessantes e que perspectivam o potencial futuro ao nível da transferência de conhecimento e tecnologia para os respectivos agregados económicos alvo.

O **PCT Engineering & Tooling** associado ao projecto complementar Di-Markets apresentou dois estudos sobre tendências tecnológicas “Tendências e Oportunidades para a indústria de E&T no mercado da Energia e Ambiente”, e “Tecnologias da Indústria de E&T com potencial de aplicação na indústria da Energia e Ambiente”; promoveu vários seminários relacionados com as potencialidades associadas a “Novos mercados, novas oportunidades”; e desenvolveu o workshop “A importância do ECO Design no Desenvolvimento de novos produtos da área da energia e Ambiente”. Destaca-se de forma particular o “Repositório Digital de Informação” que está acessível no *site* do PCT desde o início de 2011, através de registo prévio, e que pretende ser um instrumento facilitador e de transferência de conhecimento, bem como de promoção da interactividade entre os membros da comunidade empresarial, tecnológica e científica de *Engineering & Tooling*.



Outro PCT que, também face à sua natureza tecnológica, tem atribuído importância à disseminação de conhecimento é o **PCT das Indústrias da Mobilidade**, ainda que mais



orientado para a identificação de oportunidades de negócio/projectos. Para além da edição de uma *newsletter* mensal, promoveu a divulgação de 3 estudos (“Estudo de soluções de motorização para veículos eléctricos urbanos”, “Estudo de viabilidade e oportunidade para a concepção, desenvolvimento, teste e industrialização de veículos cidadãos em Portugal” e “Estudo de soluções de *design* de

plataformas para carros eléctricos urbanos”); participaram na sessão de debate CMU Portugal, com vista a criação de ligações entre a rede REMOBI e universidades internacionais para exploração de oportunidades de I&D na área da mobilidade; e promoveram a realização de diversas sessões técnicas/workshops temáticos em torno dos veículos eléctricos e sistemas de carregamento.



O **PCT PRODUTECH**, dada a sua natureza transversal face ao conjunto de sectores e fileiras abrangidas pelas EEC, tem vindo a promover reuniões técnicas de articulação e de identificação de necessidades em vários sectores utilizadores. Para além da identificação de oportunidades de negócio permitiu uma aproximação e transferência de conhecimento entre actores empresariais e SCT. Realizaram-se 2 PRODUTECH *Open Days* que conduziram à constituição de grupos de trabalho específicos.

Para além destas actividades, estes três Pólos de Competitividade encontram-se inseridos em redes/plataformas internacionais, participando activamente na reflexão em torno de requisitos técnicos e na definição de prioridades de I&DT comunitárias.



O **PCT da Saúde** assume a disseminação de conhecimento como uma dimensão relevante e potenciadora da criação de valor. Promoveu diversas sessões temáticas (“Investigação de Translação”, “TICE na Saúde”, “Competitividade pela Inovação: Têxteis nos dispositivos médicos de França e Portugal”); está a desenvolver uma base de dados de projectos/tecnologias; divulgou publicamente o estudo “Sustentabilidade e competitividade do sector da saúde em Portugal”; contratualizou a aquisição de mais 3 estudos (“Análise estratégica e posicionamento competitivo do Cluster da Saúde Português”, “Portuguese inventions in the field of

*health: A database of portuguese A61 patents during the last decade*”, “Cadeia de valor da saúde: Portugal no contexto internacional”); a *newsletter* inclui artigos relativos a matérias como Inovação e Competitividade em investigação clínica; promoveu 3 *workshops* relativos à Transferência de Tecnologia/Propriedade Intelectual; e divulgou o estudo “Boas práticas internacionais em Transferência de Tecnologia/Propriedade Intelectual. Em



complementaridade, foram estabelecidos acordos especializados com escritórios de propriedade intelectual/Industrial e com empresas de *business/scientific intelligence* de modo a obter privilégios aos associados do PCT no acesso a serviços nestes domínios.



O **PCT Energia** realizou 4 *workshops* temáticos que assumiram como objectivos, para além da disseminação de conhecimento, a dinamização da participação de empresas portuguesas na Iniciativa Industrial Europeia (EII) (“Quem é quem na energia Offshore em Portugal”, “A iniciativa industrial europeia em energia eólica”, “A iniciativa industrial europeia em rede eléctrica”, “A iniciativa industrial europeia em energia solar”).

Refira-se igualmente, a visita da entidade gestora a dois institutos alemães a convite da Associação *Fraunhofer* (IWES (Bremerhaven), ISE (Freiburg)), perspectivando colaborações futuras.

Embora o **PCT Agro-industrial** tenha centrado as suas actividades na promoção e na internacionalização, refira-se a organização do seminário “Novas tecnologias em prol da competitividade do sector agro-alimentar”.

Ao nível dos *Clusters*, destacam-se pela positiva os *Clusters* dos Vinhos da Região Demarcada do Douro e do Habitat Sustentável.

A entidade gestora do **Cluster dos Vinhos da Região Demarcada do Douro** assume estatutariamente uma forte orientação das suas



actividades para a produção e disseminação de conhecimento. Para além do Boletim Informativo, das Circulares Técnicas, do repositório técnico e da publicação de vários artigos em revistas da especialidade,



promoveu a organização de vários *workshops* de formação/disseminação de conhecimento (“Biodiversidade em Viticultura”, “ Ampelografia e preservação dos recursos genéticos das castas da RDD”, “Avaliação da qualidade da uva”, “Sensibilização sobre HACCP na exploração Vitivinícola”, “Confusão Sexual”, Curso WSET nível 3 - Curso de prova de vinhos promovido pela ADVID e IVDP). Possui um forte relacionamento com entidades do SCT e participa em projectos de referência no 7.º PQ I&DT. Refira-se ainda o prémio ADVID, instituído desde 2007 que pretende atrair

investigadores de diversas áreas científicas para as especificidades técnicas, culturais e sociais da vitivinicultura da Região Demarcada do Douro. Em cada ano o prémio recebe o nome de uma personalidade que tenha sido marcante para o desenvolvimento da Região do Douro (em 2010 prémio Eng. Jorge Ferreira). O prémio de 2010 foi atribuído ao trabalho "*Highlighting Features of Spatiotemporal Spread of Powdery Mildew Epidemics in the Vineyard Using Statistical Modeling on Field Experimental Data*", desenvolvido pelo Departamento de Sanidade Vegetal (A. Calonne, P. Cartolaro) e Estação de Biometria (J. Chadoeuf) do INRA (Institut National de la Recherche Agronomique) em França.

| 144



O **Cluster Habitat Sustentável**, para além da conferência CINCO's - Congresso de Inovação na Construção Sustentável - e do respectivo livro de actas com 800 páginas, abrangendo vários artigos técnicos em 5 áreas (Materiais e Produtos para a construção, Tecnologias e sistemas de construção e reabilitação, Impacto e desempenho energético e ambiental, Utilização de recursos naturais, Economia e gestão da construção sustentável); promoveu/dinamizou várias sessões técnicas ("Apoios à eficiência Energética", "II Jornadas Quercus de arquitectura sustentável", "Comunidades Sustentáveis"); esteve envolvido no desafio "Construção sustentável, ideias e soluções", destinado a estudantes de engenharia civil e empresas com vista a premiar a melhor proposta (apresentada no CINCO's); promoveu o lançamento do sistema "*Effisus Efficient Sustainability*" protagonizado pela associada Up-Way Systems; e contratualizou a realização de 2 estudos sobre novos mercados ("Materiais de Construção Sustentável" e "Sustentabilidade do Habitat"). A entidade gestora possui um protocolo de cooperação assinado com o *Cluster Construcción* (Espanha) com vista à promoção, difusão e cooperação empresarial contribuindo para a melhoria das condições competitivas do sector da construção.

Refiram-se ainda dois seminários organizados por *Clusters*:

"*Clusters Marítimos e Plataformas Offshore/Oportunidades de cooperação inter-regional*" - *Cluster* do Conhecimento e Economia do Mar;

"*Neuromarketing – processos de tomada de decisão e PNL no sector Agro-alimentar e Industria*" – *Cluster* Agro-industrial do Centro.

As **perspectivas para 2011** apontam para um aumento da intensidade das acções direccionadas para a disseminação de conhecimento e transferência de tecnologia, muito alinhado com maiores níveis de realização dos projectos-âncora, maior maturidade da equipa de gestão e com a finalização de vários estudos de natureza estratégica e de conhecimento de mercados.

Será necessário que estas actividades potenciem uma disseminação o mais alargada possível, envolvendo e mobilizando todos actores que se mostrem disponíveis e facilitadores de práticas conducentes à inovação e melhoria competitiva dos respectivos agregados económicos.

### 9.3 BALANÇO DO ANO DE 2010 (AUTOAVALIAÇÃO)

Para a maioria dos PCT/OC, o ano de 2010 é apontado como positivo e favorável ao nível de resultados obtidos. O alargamento da base de associados é referenciado como tendo uma avaliação satisfatória, e a dimensão cooperação internacional como a menos trabalhada.

Em termos globais o ano de 2010 foi centrado na consolidação do processo de arranque e instalação, com a instituição de mecanismos de controlo e acompanhamento, de desenvolvimento de acções conducentes a uma aproximação e conhecimento da rede de associados, de promoção das candidaturas dos projectos-âncora, e de efectivação dos primeiros esforços para conhecimento e cooperação com outros PCT/OC nacionais e internacionais. Quase todos os PCT/OC promoveram um seminário/conferência específico, numa tentativa de aumento da visibilidade e reconhecimento do trabalho entretanto realizado.

Alguns dos PCT centram a sua auto-avaliação na consolidação do processo de arranque e instalação das entidades gestoras, nomeadamente os PCT da Energia, PRODUTECH, Turismo, Saúde e *Engineering & Tooling*.

O **PCT Turismo** destaca na sua auto-avaliação positiva, os esforços dedicados à divulgação e dinamização do sector, especialmente ao nível da difusão dos apoios e fundos estruturais, o qual se traduziu num acréscimo de candidaturas nos últimos concursos (duplicação do número de candidaturas).

O **PCT PRODUTECH** menciona que o ano de 2010 foi marcado pela edificação da estrutura organizativa (incluindo sistema de controlo, ferramentas de gestão e comunicação), pela realização de uma conferência anual, pela aprovação e arranque de um dos projectos-âncora e pela submissão de 2 projectos mobilizadores (considerados uma peça chave na concretização do programa de Acção).

O **PCT TICE** faz um balanço positivo das actividades desenvolvidas em 2010 e consideram que é necessário reforçar as acções que conduzam a um maior fortalecimento da ligação aos associados.

Com uma equipa técnica estabilizada já em 2009, o **PCT da Saúde** realçou os inúmeros convites recepcionados com vista à participação activa em eventos de relevo nacionais e internacionais, considerando-se como *key opinion leader* em alguns domínios na área da saúde. A entidade gestora destacou, ainda, o esforço desenvolvido ao nível da informação e disseminação de conhecimento, comunicação, *networking* e promoção do Pólo e seus associados.

O **PCT Engineering & Tooling** promoveu uma maior proximidade da comunidade empresarial, tecnológica e científica, reforçando a rede de cooperação entre os diversos actores nacionais. A entidade gestora assumiu um papel mobilizador e catalisador de redes tendo desenvolvido parcerias e redes de cooperação a nível nacional e internacional, bem como articulado actividades com outros PCT/*Clusters* (PRODUTECH, Saúde, Energia, Mobilidade...). Defende, como ponto forte e basilar no sucesso já alcançado, o estreito trabalho conjunto entre a entidade gestora, a CEFAMOL e o CENTIMFE.

O **PCT Agro-Industrial** atribui particular relevo à articulação próxima com os Ministérios da Economia e da Agricultura, em torno dos instrumentos de incentivo disponíveis para as empresas do sector, bem como à identificação de prioridades em termos de I&D e Inovação. O PCT actuou como identificador de oportunidades através do seu Observatório, facilitando o estabelecimento de parcerias entre as empresas e as entidades do sistema científico e tecnológico. Atribui, igualmente, relevo ao esforço desenvolvido ao nível da Internacionalização e da criação do “*internationalization capabilities scoring*”.

O **PCT das Indústrias de Base Florestal** ressalta a co-organização com a Secretaria de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural da semana das Florestas no pavilhão português na Expo Xangai e o primeiro Congresso do Pólo, onde foi efectuado o lançamento do primeiro Relatório de Caracterização da Fileira Florestal Portuguesa.

O **PCT da Mobilidade** efectua um balanço francamente positivo, destacando a realização de diversos eventos que promoveram a visibilidade de Portugal no domínio dos veículos eléctricos, o estabelecimento de parcerias nacionais e estrangeiras e a articulação com outros PCT nacionais/estrangeiros, a preparação de candidaturas e o desenvolvimento de mecanismos de controlo e acompanhamento internos. Refere, como constrangimentos, os atrasos na abertura do Concurso para projectos de I&DT mobilizadores e na posterior aprovação dos projectos-âncora, dada a ligação de algumas das actividades a outros projectos.

Ao nível dos **Clusters**, tal como verificado no reporte efectuado pelos PCT, apontam-se como preponderantes durante o ano de 2010, as actividades de consolidação interna e de elaboração e acompanhamento dos projectos âncora, de forma particular os *Clusters* da Pedra Natural, Agro-Industrial do Ribatejo, Vinhos da Região Demarcada do Douro e do

Conhecimento e Economia do Mar. Igualmente, são destacados os esforços desenvolvidos no sentido de uma maior aproximação aos associados/território e algumas tentativas de colaboração com instituições internacionais.

O ano de 2010 do **Cluster da Pedra Natural** foi centrado no acompanhamento das candidaturas aos projectos-âncora bem como de alguns projectos complementares. Assume-se a secundarização de outras actividades relevantes como o *networking*, a transferência de conhecimento e a melhoria do *site* institucional. Não obstante, destaca a realização de vários eventos de promoção do *Cluster* e a mobilização de um número considerável de actores (nomeadamente em torno dos projectos-âncora).

| 147

O **Cluster Agro-Industrial do Ribatejo** avalia de positivamente o ano de 2010, referenciando de forma particular os trabalhos de consolidação do *Cluster* ao nível da estruturação e organização interna, bem como ao nível do conhecimento e relacionamento com os associados (criação de uma cultura de interacção positiva com os associados). Destaca, ainda, o esforço desenvolvido em iniciativas de promoção e divulgação do *Cluster* no território e internacionalmente.

O **Cluster Agro-industrial do Centro** avalia igualmente as actividades desenvolvidas em 2010, de forma positiva, sendo mais visível a preocupação com a competitividade do território. Actuou, de forma principal, na melhoria da visibilidade do *Cluster* a nível do território e internacionalmente, visando o reforço da rede de parcerias e o alargamento da base de associados, promoveu o reforço da articulação, identificando relações de complementaridade, entre as entidades do Sistema Científico e Tecnológico e as empresas, bem como a articulação com outros PCT/*Clusters*.

O **Cluster do Conhecimento e Economia do Mar** destaca como principais aspectos positivos, a mobilização de parceiros para os projectos, o acompanhamento dos projectos-âncora, o esforço de *networking* para identificação de ideias de projecto, e a participação em alguns seminários. Avaliam de forma menos positiva, e portanto assumindo a necessidade de melhorias ao nível da concretização de projectos complementares, do alargamento das actividades de *networking* e de reforço das actividades que promovam maior visibilidade nacional e internacional do *Cluster*.

O **Cluster das Indústrias Criativas na Região do Norte** destaca a estruturação da entidade gestora e o início do estabelecimento de parcerias e relações estratégicas fundamentais ao lançamento de projectos estruturantes. Os esforços foram direccionados para o alargamento da base de associados e para a disseminação, nomeadamente via *site*, *facebook* e *twitter*. Destaca, ainda, o sucesso do “Clube ADDICT” e a realização do “Bairro Criativo”.

O **Cluster Habitat Sustentável** avalia o ano de 2010 de forma positiva e como um ano de consolidação da organização interna do *Cluster*. A assinatura do protocolo com o *Cluster Construcción* de Espanha e a realização com sucesso de vários seminários temáticos e do congresso CINCO's, marcam essa avaliação positiva.

Na sua grande maioria os PCT/OC demonstraram capacidade de auto-avaliação, indiciando clareza quanto ao caminho prosseguido, pontos fortes e fragilidades, e desafios para o futuro. As entidades gestoras com maior capacidade de reflexão são aquelas que verificam avanços mais consolidados em termos de composição da equipa técnica e de instituição de mecanismos de acompanhamento e controlo internos.

#### 9.4 CONCLUSÕES

O primeiro ano e meio de reconhecimento constituiu para a quase globalidade dos PCT/OC um ano de trabalho interno centrado na formalização dos órgãos sociais, na elaboração de candidaturas aos projectos-âncora, na auscultação e no desenvolvimento de reuniões de trabalho com os associados, na constituição da equipa técnica e organização interna (*website*, base de dados, monitorização, etc.).

Não obstante as recomendações formuladas, o envolvimento de empresas na gestão dos PCT/OC, encontra-se abaixo do expectável, dada a natureza dos objectivos das EEC (competitividade).

Ainda ao nível interno, e quanto ao alargamento da rede de associados, embora se avalie de forma positiva o esforço efectuado, é uma dimensão que claramente deverá ser objecto de melhoria no sentido do aumento da representatividade do agregado económico alvo.

A incapacidade nesta fase inicial das entidades gestoras gerarem receitas próprias, e estarem exclusivamente dependentes do financiamento comunitário e das quotas dos associados, introduziu nalgumas EEC fortes condicionamentos que estiveram na base do não envolvimento em alguns projectos-âncora (como inicialmente estava previsto) e/ou na decisão das equipas técnicas assumirem uma dimensão mínima.

Espelhando alguns destes constrangimentos, o grau de execução dos projectos SIAC-dinamização é reduzido.

O nível de projectos-âncora ainda não aprovados é significativo. Passados quase 2 anos, apenas 52,7% dos projectos-âncora se encontram aprovados e em execução. Na análise desta conclusão dever-se-á ter presente, que do lado da administração pública a prioridade à política nacional de *clusterização* não foi interiorizada da mesma forma, pelo que em

domínios como o PRODER, foi difícil para os PCT/OC poderem apresentar em tempo útil as candidaturas dos respectivos projectos-âncora. Refira-se, que mesmo ao nível do QREN, com excepção dos Sistemas de Incentivos, os outros instrumentos de apoio não introduziram os ajustamentos necessários para que as prioridades dos PCT/OC fossem valorizadas.

Em relação aos projectos complementares, encontram-se aprovados mais de 300 projectos<sup>34</sup>, indiciando pela análise da procura que as dinâmicas registadas reflectem mais os desiguais níveis de maturidade dos promotores/sectores em termos de conhecimento dos sistemas de apoio, do que um trabalho sistemático e qualificado desenvolvido pelas entidades gestoras. Tal não obsta a que se tenham verificado iniciativas relevantes desenvolvidas pelos PCT/OC, no sentido de trabalharem em conjunto com alguns associados as prioridades que serviram de base aos Concursos, assim como na fase posterior, na construção técnica da candidatura.

Este é um domínio que exige maior trabalho por parte da entidade gestora, em colaboração com as várias entidades associativas e tecnológicas que integram as respectivas plataformas de colaboração. Mais do que número, exige-se a construção e a aprovação de projectos que complementem os projectos-âncora e que promovam, num círculo virtuoso, a multiplicação de externalidades que potenciem o sucesso das estratégias desenhadas e reconhecidas.

Em concomitância, um esforço adicional em termos de reflexão estratégica e de introdução de maior foco estratégico nas acções a implementar. O sucesso depende das escolhas, e estas têm de ser selectivas, inovadoras e integradoras, e não replicarem o contexto e nível de desenvolvimento da procura, ou seja, têm de ser impulsionadoras da mudança e não alimentarem o *status quo*.

Em termos globais, e de acordo com os dados disponíveis, o apoio aos 19 PCT/OC reconhecidos, ascende já a um volume de incentivo de cerca de 450,7 milhões de euros, alavancando um investimento elegível de 730,1 milhões de euros (dados reportados a 31 de Março de 2011).

As perspectivas para 2011 apontam para um reforço da actividade das entidades gestoras, privilegiando-se a inserção em redes internacionais, a divulgação de resultados (alguns dos estudos que entretanto foram contratados e/ou projectos que apresentam maior maturidade em termos de realização), a interacção com outras EEC (nacionais e internacionais), e o trabalho conjunto com os agregados económico alvo, no sentido de potenciarem novas oportunidades de negócios/projectos.

---

<sup>34</sup> Tal como já referido, a informação disponibilizada ao COMPETE acerca dos projectos complementares submetidos e apoiados pelas várias entidades gestoras do QREN, PRODER e PROMAR, tem sido bastante diminuta.

A avaliação da fase de arranque das EEC-*Clusters* reconhecidas é pois na sua globalidade positiva, mas abaixo das expectativas, sendo claras as fragilidades de algumas das entidades gestoras, quer ao nível estratégico, quer operacional.

O sucesso da política nacional de *clusterização*, embora dependente da capacidade de mobilização e de trabalho continuado das várias entidades gestoras e da sua rede de associados, na prossecução da excelência e de melhores níveis de competitividade internacional, exige também, ao nível da administração pública, maior coerência e integração de políticas e acções, ultrapassando os obstáculos a um trabalho que também se impõe em rede.

## QUADROS-SÍNTESE

Nas tabelas seguintes apresenta-se a síntese de alguns dados considerados relevantes, sobre os apoios detalhados ao longo deste volume II, que complementa o Relatório de Execução do COMPETE de 2010.

| 151

### Sobre os Sistemas de Incentivos do QREN:

<b>Candidaturas</b>	N.º - 10.340 candidaturas Investimento - 17,7 mil milhões de euros
<b>Aprovações</b>	4.479 projectos aprovados, investimento elegível - 6,6 mil milhões de euros Incentivo - 2,5 mil milhões de euros
<b>Empresas</b>	3.975 empresas apoiadas directamente <sup>35</sup>
<b>Criação Líquida de Postos de Trabalho</b>	Prevê-se a criação líquida de mais de 32 mil postos de trabalho, dos quais 65% são qualificados. A taxa de enquadramento das empresas deverá crescer, em média 8 p.p. entre o pré e o pós-projecto.
<b>PME</b>	91% dos projectos e 61% do incentivo aprovado 1,5 mil milhões de euros de incentivo
<b>Regiões de Convergência</b>	92% dos projectos e 96% do incentivo aprovado 2,4 mil milhões de euros de incentivo
<b>Sectores de Actividade</b>	Indústria: 50% dos projectos e 66% do incentivo
<b>Investimento Directo Estrangeiro</b>	6,4% das empresas apoiadas inserem-se neste conceito, envolvendo 16% do incentivo aprovado
<b>Importância no contexto nacional</b>	As empresas apoiadas representam, pelo menos, 11% do VAB, 7% do pessoal ao serviço, 9% do volume de negócios e 25% das exportações dos sectores enquadráveis nos Programas
<b>Produção Transaccionável</b>	91% do incentivo dirige-se a actividades de produção de bens transaccionáveis ou serviços internacionalizáveis.
<b>Intensidade Tecnológica e de Conhecimento</b>	36% das empresas apoiadas na Indústria Transformadora inserem-se em actividades intensivas em tecnologia (28% na economia nacional) 76% das empresas apoiadas nos Serviços inserem-se em actividades intensivas em conhecimento (40% na economia nacional)
<b>Igualdade de Oportunidades</b>	71 projectos aprovados, com um investimento elegível de 325 mil euros
<b>I&amp;DT e Inovação</b>	2.495 projectos aprovados e 2 mil milhões de euros de incentivo (80% do total dos PO) 449 projectos com investimentos em propriedade industrial, marcas ou insígnias

<b>TIC</b>	584 projectos aprovados em CAE TIC; 63% dos projectos aprovados com investimentos em Economia Digital, num montante de 850 milhões de euros
<b>Diversificação e Eficiência Energética</b>	598 projectos com investimentos no domínio, num total de 118 milhões de euros Perto de ¼ do investimento elegível em energia da biomassa e solar
<b>Empreendedorismo</b>	207 projectos e 106 milhões de euros no SI Inovação (Empreendedorismo qualificado) Cerca de 900 empresas novas ou nascentes (menos de 3 anos) apoiadas
<b>Internacionalização</b>	2.659 projectos aprovados de empresas exportadoras (78% do total do incentivo concedido) 610 milhões de euros de investimento elegível

### Sobre os Apoios à Envolvente COMPETE:

<b>I&amp;DT e Inovação</b>	1.065 projectos e 90,7 milhões de euros de incentivo para I&D através do SAESCTN
<b>TIC</b>	8 projectos e 3 milhões de euros de investimento elegível no SIAC
<b>Diversificação e Eficiência Energética</b>	67 projectos SAESCTN com intervenção neste domínio 1 projecto e 1.4 milhões de euros de incentivo no SIAC
<b>Empreendedorismo</b>	15 projectos e 8,8 milhões de euros de investimento elegível no SIAC 24 fundos de capital de risco e 1 linha de financiamento a business angels, num montante de 277 milhões de euros para financiamento de projectos 3.755 PME abrangidas, num total de 1,3 mil milhões de euros de financiamento
<b>Internacionalização</b>	52 projectos e 84 milhões de euros de incentivo no SIAC

## Sobre Estratégias de Eficiência Colectiva

---

<b>Rede</b>	1096 associados (68% empresas dos respectivos agregados económicos alvo) 51% das empresas desenvolvem actividades com forte componente tecnológica e/ou de conhecimento
<b>N.º de projectos apoiados</b>	415 projectos entre âncoras (67), complementares (329) e apoio específico à dinamização das entidades gestoras; Cerca de 60% das empresas candidatas a concursos específicos para PCT/ OC ainda não tinham apresentado um projecto no âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN; 70% dos projectos complementares são apoiados pelo COMPETE
<b>Investimento elegível induzido</b>	734,8 milhões de euros
<b>Incentivo</b>	452 milhões de euros, dos quais 142,5 milhões de euros relativos a projectos âncora

---



## GLOSSÁRIO DE SIGLAS

<b>AAC</b>	Aviso para Apresentação de Candidaturas
<b>AC</b>	Agenda para a Competitividade
<b>AG</b>	Autoridade de Gestão
<b>CAE</b>	Código das Actividades Económicas
<b>CE</b>	Comissão Europeia
<b>COMPETE</b>	Programa Operacional Factores de Competitividade
<b>DI&amp;D</b>	Despesas em Investigação e Desenvolvimento
<b>EEC</b>	Estratégias de Eficiência Colectiva
<b>ESCO</b>	Empresas de Serviços de Energia
<b>ETI</b>	Equivalente a Tempo Integral
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FBCF</b>	Formação Bruta de Capital Fixo
<b>FCGM</b>	Fundo de Contragarantia Mútua
<b>FCR</b>	Fundo de Capital de Risco
<b>FEDER</b>	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
<b>FINOVA</b>	Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
<b>I&amp;D&amp;I</b>	Investigação & Desenvolvimento & Inovação
<b>I&amp;DE</b>	Investigação e Desenvolvimento Experimental
<b>I&amp;DT</b>	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
<b>ID&amp;DT</b>	Investigação, Desenvolvimento e Demonstração Tecnológica
<b>IDE</b>	Investimento Directo Estrangeiro
<b>N.º</b>	Número
<b>NUTS</b>	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
<b>OC</b>	Outros Clusters
<b>OI</b>	Organismo Intermédio
<b>p.p.</b>	Pontos percentuais
<b>PCT</b>	Pólo de Competitividade e Tecnologia
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PME</b>	Pequenas e Médias Empresas
<b>PNAEE</b>	Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética
<b>PO</b>	Programa Operacional
<b>POFC</b>	Programa Operacional Factores de Competitividade
<b>POR</b>	Programa Operacional Regional
<b>PPC</b>	Paridade de Poder de Compra
<b>PROVERE</b>	Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
<b>QREN</b>	Quadro de Referência Estratégico Nacional
<b>RNG</b>	Redes de Nova Geração
<b>SAMA</b>	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
<b>SAESCTN</b>	Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional
<b>SAFPRI</b>	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco na Inovação
<b>SBA</b>	Small Business Act
<b>SCTN</b>	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
<b>SI</b>	Sistema de Incentivos
<b>SIAC</b>	Sistema de Apoio a Acções Colectivas
<b>SI I&amp;DT</b>	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
<b>SI Inovação</b>	Sistema de Incentivos à Inovação
<b>SI PME</b>	Sistema de Incentivos à Internacionalização e Qualificação de PME
<b>TIC</b>	Tecnologias de Informação e Comunicação
<b>TICE</b>	Tecnologias de Informação, Comunicação e Electrónica
<b>UE</b>	União Europeia
<b>VAB</b>	Valor Acrescentado Bruto
<b>VE</b>	Valia Económica.



## BIBLIOGRAFIA

CAPGEMINI et al, *8th Benchmark Measurement*, Direcção-Geral para a Sociedade de Informação e Media, Comissão Europeia, Novembro de 2009.

Comissão Europeia, Innovation Union Scoreboard 2010, PROINNO Europe, 01-02-2011.

Direcção-Geral da Empresa e Indústria, *European SMEs under Pressure: Annual Report on EU Small and Medium-Sized enterprises 2009*, Direcção-Geral da Empresa e Indústria, Comissão Europeia, 2010.

Direcção-Geral da Empresa e Indústria, *Internationalisation of European SME's*, Direcção-Geral da Empresa e Indústria, Comissão Europeia, Bruxelas, 2010.

Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), *Desenvolvimento Sustentável e Competitividade - Informação Socioeconómica*, DPP – Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, n.º 3/2010, Outubro de 2010.

DGEG, *Estatísticas Rápidas*, n.º56/60, Janeiro/Fevereiro de 2010.

IMF, *Balance of Payments and International Investment Position Manual*, FMI, 6.ª Edição, 2009.

Instituto Nacional de Estatística (INE), *Demografia das Empresas, 2004-2007*, Destaque, INE, 26 de Junho de 2009.

OCDE, *Measuring Innovation - A New Perspective*, OCDE, 2010.

The Gallup Organization, *Entrepreneurship in the EU and beyond*, Flash Eurobarometer 283, 2010.